



República de Moçambique
Ministério da Função Pública

Unidade Técnica da
Reforma do Sector Público

Balanço da Implementação do Programa da
Reforma do Sector
Público

2008

Março de 2009

Aprovado pela XI Sessão do Conselho de Ministros

Sumário Executivo.....	3
Parte 1: Implementação da Reforma do Sector Público ao nível Central e Provincial	5
Prioridade I: Melhoria da prestação de serviços ao cidadão e ao sector privado	5
<i>Resultado 1: Órgãos do Estado ao nível central e local reestruturados de forma a atingir eficiência organizacional e desconcentração de funções.....</i>	<i>5</i>
<i>Resultado 2: Melhorados os processos de prestação de serviços nas instituições públicas.....</i>	<i>7</i>
Prioridade II: Fortalecimento da Capacidade dos Governos Locais	12
<i>Resultado 3: Órgãos Locais do Estado e Autárquicos fortalecidos funcionando de forma eficiente e participativa.....</i>	<i>12</i>
Prioridade III: Profissionalização da Função Pública.....	14
<i>Resultado 4: Melhorada a eficiência na gestão estratégica dos recursos humanos.....</i>	<i>14</i>
<i>Resultado 5: Instituições públicas fortalecidas na área de administração e gestão pública.....</i>	<i>18</i>
Prioridade IV: Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção.....	21
<i>Resultado 6: Melhorada a eficiência da gestão administrativa e financeira do Estado.....</i>	<i>21</i>
<i>Resultado 7: Melhorada a supervisão e prestação de contas na administração pública</i>	<i>24</i>
<i>Resultado 8: Reduzidos os níveis de corrupção nas instituições públicas.....</i>	<i>24</i>
<i>Resultado 9. Melhorado o acesso e a qualidade de serviços legais e judiciais nas Províncias.....</i>	<i>26</i>
<i>Resultado 10. Melhorada a qualidade de serviços legais e judiciais nas províncias.....</i>	<i>27</i>
<i>Resultado 11: Melhorada a Qualidade de Serviços na Procuradoria-geral da República.....</i>	<i>27</i>
<i>Resultado 12: Melhorada a informação Estatística Vital para as necessidades do Sector Público e Privado</i>	<i>28</i>
<i>Resultado 13: Implementado o Programa da Reforma do Sector Público.....</i>	<i>28</i>
Parte 2: Execução Financeira	29
2.1. Síntese da Execução Financeira	29
2.2. Considerações finais	31
Parte 3: Anexos.....	33

Abreviaturas e Acrónimos

AF&R	Análise Funcional & Reestruturação
APs	Assembleias Provinciais
AR	Assembleia da República
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAUs	Balcão de Atendimento Único
CM	Conselho de Ministros
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao Sida
CPSAP	Curso Profissional Superior em Administração Pública
DGI	Direcção Geral dos Impostos
DGERHE	Direcção Geral de Gestão Estratégica dos Recursos Humanos do Estado
DRH	Departamento dos Recursos Humanos
DUAT	Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra
EGFE	Estatuto Geral dos Funcionários do Estado
ESSAG	Associação Africana dos Directores Gerais de Contabilidade Pública
GIFAP	Grupo Interministerial para a Formação em Administração Pública
IFAPAs	Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica
ISAP	Instituto de Formação em Administração Pública
INEFP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
LAN	Local Area Network
MAAC	Ministério do Assuntos do Antigos Combatentes
MAE	Ministério da Administração Estatal
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
ME	Ministério da Energia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MICOA	Ministério da Coordenação da Acção Ambiental
MINT	Ministério do Interior
MITRAB	Ministério do Trabalho
MISAU	Ministério da Saúde
MJD	Ministério da Juventude e Desportos
MJ	Ministério da Justiça
MMAS	Ministério da Mulher e Acção Social
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OLE	Órgãos Locais do Estado
PPFD	Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
PRM	Polícia da República de Moçambique
SCR	Sistema de Carreiras e Remunerações
SIFAP	Sistema de Formação em Administração Pública
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira e Administrativa do Estado
TdR	Termos de Referência
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UFSA	Unidade de Facilitação e Supervisão das Aquisições
UGEA	Unidade de Gestão Executora das Aquisições
UTICT	Unidade Técnica para a Implementação da Política de Informática
UTRESP	Unidade Técnica da Reforma do Sector Público

Sumário Executivo

No Plano Económico e Social para 2008, aprovado pelo Conselho de Ministros, constam as seguintes acções prioritárias no âmbito da II Fase da Reforma do Sector Público (RSP):

- Elaboração da Carta da Função Moçambicana;
- Continuação implementação de processos de simplificação e racionalização de serviços em instituições seleccionadas, com destaque para os Ministérios da Saúde, Justiça, Interior, Educação e Cultura, Trabalho;
- Capacitação dos Órgãos Locais, através de afectação de técnicos para os distritos;
- Elaboração e aprovação da Estratégia de Descentralização;
- Elaboração das Estratégias de HIV e SIDA, Género e de Pessoa portadora de deficiência na função pública;
- Conclusão do processo de validação dos dados do recenseamento e desenvolvimento de aplicações complementares (software para a gestão dos recursos humanos, folha de salários e do Visto do Tribunal Administrativo);
- Aprovação pelo governo da política salarial e do sistema de gestão de desempenho;
- Continuação do desenvolvimento das actividades de formação no âmbito do programa do SIFAP;
- Revitalização da inspecção administrativa do Estado;
- Implementação da estratégia Anti-corrupção e realização das pesquisas participativas sobre a prestação de serviços nos seguintes (MJ, MISAU e MIC);
- Continuação da implementação da estratégia sobre o Governo Electrónico;
- Desenvolvimento de acções de formação pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária e provisão de material de apoio jurídico-legal e reabilitação de infra-estruturas desenvolvimento de acções com vista a melhoria da gestão processual;
- Elaboração da estratégia de comunicação e gestão e coordenação da reforma.

As actividades estratégicas referentes ao plano de 2008, foram implementadas tendo em conta as quatro prioridades estratégicas seguintes:

- § Prioridade 1: Melhoria da prestação de serviços ao cidadão e ao sector privado;
- § Prioridade 2: Fortalecimento da Capacidade dos Governos Locais;
- § Prioridade 3: Profissionalização da Função Pública;
- § Prioridade 4: Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção.

O desiderato de melhorar a prestação de serviços ao público e ao sector privado pressupõe alterações de longo prazo (estruturais), bem como reformas de impacto imediato.

No caso das reformas de curto prazo, destacam-se os processos de simplificação e racionalização por via da implementação de projectos do Fundo para a Melhoria do Desempenho e a melhoria progressiva nos seguintes serviços: atendimento hospitalar; serviços de registo e notariado; licenciamento de actividades económicas **(prioridade 1)**.

Em reconhecimento da importância da integração de serviços para um funcionamento pleno do Sector Público, a ligação à Rede Electrónica do Governo (GovNet) continuou a merecer a atenção da UTICT, tendo sido ligadas em 2008, dez (10) novas instituições, sendo oito ministérios (MICOA, Juventude e Desportos, Trabalho, Defesa, Assuntos dos Antigos Combatentes, Pescas, Energia e Mulher e Acção Social) e dois Governos Distritais (Malema em Nampula e Alto Molócue, na Zambézia), perfazendo um total de 140 ligações desde o início do processo.

A aprovação da Lei nº3/2008, de 2 de Maio que criou 10 novas autarquias de vila, bem como a aprovação da Lei nº 1/2008, de 16 de Janeiro que define o Regime Financeiro, Orçamental e Patrimonial das Autarquias Locais, traduz um avanço na consolidação do Poder Local **(prioridade 2)**.

No quadro da participação comunitária no processo da governação, especial realce vai para a aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento dos Conselhos Locais que viabilizará uma melhor participação dos cidadãos no processo de planificação e desenvolvimento local.

No contexto da profissionalização da função pública **(prioridade 3)**, são de sublinhar as acções de formação e capacitação dos funcionários e das lideranças, a aprovação da política salarial de médio prazo e o desenvolvimento do sistema de gestão de desempenho. Como resultado do esforço dos órgãos sectoriais, provinciais e distritais, no sentido de materializar um dos direitos fundamentais dos funcionários do Estado, o número de promoções e progressões cresceu 78% em 2008, comparativamente ao ano de 2007.

A implementação da Estratégia Anti-Corrupção **(prioridade 4)** entre outras acções de impacto positivo, ao nível dos ministérios e dos governos provinciais, prosseguiu em 2008. O Estatuto

Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, aprovado em 2008, inclui cláusulas relativas a anti-corrupção que deverão ser operacionalizadas através de regulamentos próprios.

O presente relatório está dividido em três partes: (i) a implementação da reforma ao nível central e provincial, (ii) execução financeira e orçamental e (iii) anexos.

Parte 1: Implementação da Reforma do Sector Público ao nível Central e Provincial

O balanço a seguir apresentado analisa o grau de implementação das actividades planificadas para 2008, de acordo com as prioridades e resultados alinhados com a Estratégia da Reforma do Sector Público (Fase II), ao nível dos órgãos centrais e provinciais do Estado.

1. Prioridade I: Melhoria da prestação de serviços ao cidadão e ao sector privado

1.1. Resultado 1: Órgãos do Estado ao nível central e local reestruturados de forma a atingir eficiência organizacional e desconcentração de funções

No contexto da melhoria da prestação de serviços ao cidadão e ao sector privado, contribuíram para o alcance do resultado nº1 ao longo do ano as seguintes actividades:

1.1.1. Conclusão da AF&R dos seguintes Ministérios: MJD, MITUR, MINERG, MCT e outras medidas de reestruturação

Durante o ano de 2008, foram concluídos os processos de Análise Funcional em mais 3 Ministérios (MITUR, MJD e MCT) elevando para 19 o número de organismos abrangidos desde o início do processo (MINAG, MIC, MAE, MEC, MF, MAAC, MIREM, MDN, MiPE, MITRAB, MISAU, MTC, MOPH, MMAS, MINT, MITUR, MICOA, MJD e MCT). O MPD, o MINEC e o MINERG, são de constituição recente podendo ser considerados como resultado de processos de reestruturação.

No quadro da análise da macro estrutura do governo e a necessidade de racionalizar as estruturas as Comissões Interministeriais foram reduzidas de 41 para 19.

A reestruturação teve impactos nos seguintes aspectos: (i) alinhamento organizacional com relação a missão objectivos e actividades estratégicas; (ii) desconcentração reservando ao nível central as funções de políticas; (iii) incremento de oportunidades de terceirização de serviços; (iv) melhoria na prestação de serviços (ex: atendimento hospitalar); (v) estruturas mais simples e integradas; (vi) melhoria da articulação inter-institucional;

Com base nas dimensões referidas, o estudo da AF&R apresenta resultados dos quais indicamos os seguintes exemplos:

- Realinhamento institucional ao nível macro. Ex. Realocação de macro-funções: Função Pública outrora do MAE e recentemente constituída em MFP; Planificação outrora do MF e actualmente do MPD;
- Descentralização e Desconcentração. Ex. Criação de Institutos especializados, como é o caso de MTC: IACM e INAMAR; MIC: IPI, INQ, IPE, ICM. O MISAU fez a descentralização de gestão de hospitais centrais de Maputo, Beira e Nampula;
- Terciarização/Privatização. Ex. MTC: privatização da gestão dos portos e caminhos de ferro, telecomunicações, aviação civil. MEC: produção e distribuição do livro escolar e a impressão de exames;
- Melhoria na prestação de serviços. Ex. Simplificação do licenciamento da actividade comercial de 90 para 15 dias;
- Institucionalização dos BAUs em todas as capitais provinciais;

Como parte do processo de Análise Funcional foram apresentados na CIRES (i) o estudo de Análise Funcional do MTC, MIPE, MOPH, e MINT e (ii) o estudo do lugar da Cooperação na Macro Estrutura do Governo.

Foi aprovado o Decreto Presidencial nº 12/2008, que cria a Comissão Interministerial da Função Pública (CIFP) que tem como atribuição debruçar-se sobre matérias gerais da Administração Pública relativas: ao fortalecimento e aprimoramento da Administração Pública e, às carreiras profissionais e remunerações, ao cadastro e desempenho dos funcionários, à disciplina laboral e previdência social.

1.1.1.1. Elaboração de Quadros de Pessoal e Estatutos Orgânicos

No processo de reestruturação da orgânica institucional, assume particular importância a institucionalização dos Quadros de Pessoal e Estatutos Orgânicos. Neste campo destacamos as seguintes realizações durante o ano:

- Aprovação de 147 quadros de pessoal sectoriais, provinciais e distritais, estando deste modo assegurado o enquadramento para técnicos qualificados a nível distrital e local. Até ao final do ano foram colocados 924 técnicos qualificados em todos os distritos;
- Aprovação de novos quadros de pessoal para as seguintes instituições: Instituto Nacional de Viação (INAV); Instituto Nacional de Ensino à Distância (INED); Fundo de Inserção Social dos Antigos Combatentes (FISAC) e; Fundo Nacional de Investigação (FNI).

- Conclusão do processo de revisão de 21 propostas de Estatutos Orgânicos, tendo em conta a necessidade das estruturas e processos de descentralização e desconcentração de competências.

1.1.2 Introdução da Carta de Serviços ao Cidadão com vista a melhoria de processos de Prestação de Serviços

- Foram seleccionados alguns sectores-chave (identificados no âmbito da pesquisa de base sobre Boa Governação e Corrupção - MISAU, MEC, MF, MINT, MJ, Sector Judiciário) e outros com impacto no sector privado (MIC, MINAG, MITUR), para a introdução da experiência piloto de avaliação participativa da satisfação do utente, tendo sido elaboradas a lista de serviços prestados aos cidadãos a serem abrangidos.

1.2. Resultado 2: Melhorados os processos de prestação de serviços nas instituições públicas

A simplificação e racionalização de serviços têm em vista o desenvolvimento de acções para a redução de procedimentos, através da simplificação ou racionalização dos aspectos considerados inúteis para a obtenção dos mesmos serviços. Neste capítulo, foram planificadas e implementadas ao longo do ano as seguintes acções:

1.2.1. Simplificação e racionalização serviços em instituições seleccionadas (registo e notariado, identificação civil, certificados e matrículas)

Bilhete de Identidade, Passaporte e Carta de condução

- O Conselho de Ministros aprovou o novo modelo de Bilhete de Identidade que vai incorporar dados biométricos do Cidadão.
- A produção diária do BI subiu de 2.300 no ano 2007 para 5.000 em 2008 na fábrica de Maputo, como resultado da introdução de uma nova linha de produção.
- As campanhas de entrega de Bilhetes de Identidade prosseguiram em todo o território nacional, em parceria com os governos locais e envolvimento das estruturas locais, tendo sido entregues 38.412 de um total de 138.412 Bis.
- Foram criadas brigadas móveis para a recepção de pedidos de emissão de passaportes nos distritos fronteiriços (Moamba e Namaacha) na Província de Maputo, o que contribuiu para a redução do tempo e recursos financeiros por parte dos cidadãos.
- Foi iniciado o processo de troca de Cartas de Condução (Cidade de Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Nampula) pelo novo modelo em vigor na SADC – foram já emitidas mais de 80.000 cartas.

- Iniciada a nível nacional a implementação da medida de inclusão da Taxa de embarque no bilhete de passagem aérea.

Matrículas, exames e certificados

Concorrendo para a eficiência e redução da falsificação de exames e certificados, são de sublinhar:

- A primeira experiência nacional de correcção electrónica dos exames extraordinários realizada de 23 de Julho a 10 de Agosto de 2008;
- A realização dos exames extraordinários em Julho, sendo que os da 12ª classe foram já de escolha múltipla;
- O tratamento dos resultados do pré-teste e tomada de decisões para o melhoramento dos exames extraordinários de Julho;
- A formação de técnicos do CNECE e técnicos de algumas Direcções Nacionais e Direcções Provinciais de Educação e Cultura (DPEC's) em matérias de elaboração de perguntas objectivas;
- A formação de todos os delegados de disciplina do ESGII;
- A formação de professores do ESGII através dos delegados de disciplinas;
- O desenvolvimento de um software para o registo académico dos examinandos externos e sua descarga em escolas que foram centros de realização de exames em Julho de 2008;
- A formação de utilizadores do software de registo académico nas escolas onde já foi instalado;
- A divulgação do projecto de reformas no seio das direcções nacionais, conselho consultivo, professores e membros das direcções de escolas e distritos;
- A realização do pré-teste em 22 escolas, sendo duas em cada província do país;
- A produção e distribuição de folhetos explicativos sobre os requisitos para o processo de matrículas nos principais centros urbanos, com vista à redução das cobranças ilícitas.
- A racionalização dos processos de certificação, equivalência e registo académico através da informatização de mais 13 escolas secundárias do 2º ciclo (3 em Nampula, 3 em Manica, 2 em Sofala, 2 em Inhambane, 3 em Gaza).
- A introdução do sistema de provas de exame com perguntas de escolha múltipla e sua correcção.

Registos e Notariado

- O projecto piloto de informatização dos registos de nascimento na II Conservatória do Registo Civil já arrancou, estando neste momento a ser montado o equipamento em mais duas conservatórias da cidade de Maputo.
- Os serviços de registo de nascimento foram introduzidos nas seguintes Unidades Sanitárias: Cariató, Hospital Provincial de Pemba, em Cabo Delgado; Hospital Provincial de Lichinga, Hospital Rural de Cuamba, na província do Niassa; Hospital Provincial de Quelimane, os Rurais de Mocuba, Gurúè e Alto Molocué, na província da Zambézia; e no Hospital Provincial de Xai-Xai, na Província de Gaza.
- Foram reabertos os serviços de Registo Civil no Posto Administrativo de Natikiri, na Província de Nampula. Estas acções concorreram para aproximação dos serviços ao cidadão.

Licenciamento das actividades económicas:

- Foi aprovada a Estratégia para a melhoria do ambiente de negócio e o Decreto 30/2001 que estabelece o regime jurídico da simplificação do licenciamento das actividades económicas.
- O tempo para emissão de certidão negativa foi reduzido de 15 para 1 dia e o tempo para reconhecimento de sociedades comerciais e civis de 15 dias para 1 dia nas províncias de Sofala e Gaza, valor médio de todas as províncias.
- O tempo de licenciamento de actividades comerciais e industriais passou de 60 para 5 dias e de 15 para 03 dias respectivamente, na Província de Sofala, para 02 dias em Niassa, No geral o tempo médio está dentro do prazo de 7 dias.
- Simplificados os procedimentos de licenciamento ambiental (Ministério da Coordenação da Acção Ambiental) tendo sido reduzido o tempo de 90 para 30 dias.

Atendimento Hospitalar

- Instituídos Gabinetes de Utentes no Hospital Provincial de Quelimane, Rurais de Gurúè, Milange, Alto Molocué, Mocuba e Morrumbala na Zambézia; no Hospital Rural de Mutarara na província de Tete, com o objectivo de estabelecer o dialogo permanente entre os usuários dos serviços e os prestadores do serviços de saúde.
- Criadas mais 3 salas de triagem, totalizando 5 para descongestionar o atendimento no centro de Saúde Eduardo Mondlane, em Manica.
- Consolidado o funcionamento dos gabinetes de relações públicas nos Centros Provinciais de Recrutamento e Mobilização e nos Hospitais Militares.

Fundo para a Melhoria de Desempenho

Proseguiu a implementação dos Programas de Impacto Imediato e Fundo para Melhoria de Desempenho (FMD), sendo de sublinhar as seguintes acções:

- A customização das duas bases de dados em implementação no Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), com assistência técnica da empresa de consultoria que desenhou e concebeu os sistemas.

- Submetido o relatório final e encerrado o projecto de Identificação das necessidades de formação e melhoria de processos de tramitação de expediente na Direcção da Educação da Cidade de Maputo e instituições subordinada.

- Iniciada a implementação dos seguintes projectos:
 - Gestão de reclamações, no Ministério da Educação e Cultura.
 - Base de dados sobre agentes económicos distritais - SDAE de Gondola.
 - Reengenharia de serviços nos principais postos de entrada do país (Ressano Garcia, Aeroporto de Maputo, Beira, Ponta de Ouro e Vilanculos).
 - Base de dados do INEFP para gestão financeira do sector.
 - Banco de dados para facilitação de procedimentos pedagógicos e de recursos humanos no Serviço Distrital da Educação Juventude e Tecnologia de Manica.
 - Relatório inicial para a constituição da base de dados do registo de ocorrências no MINT.
 - Identificação de processos críticos de melhoria do desempenho dos Municípios de Pemba e Nampula: iniciada a implementação do contrato e submetido o relatório inicial.
 - Levantamento de dados no âmbito da estratégia de gestão e monitoria das reclamações no MEC.
 - Concluída a assistência técnica a DECCM e instituições subordinadas.
 - Está em curso a correcção do projecto para a melhoria do desempenho da Ordem dos Médicos.
 - Aprovados os Termos de Referência e proposta de orçamento para a Capacitação da Inspeção Geral do Trabalho e da Arbitragem e conciliação de conflitos,

estando em curso o processo de concurso para a contratação da entidade para a realização do trabalho.

- Foram sistematizadas para réplica, duas experiências de melhoria de desempenho implementadas com sucesso, e publicadas no Boletim de Gestão de Mudança (UTRESP/ISAP), nomeadamente: (i) Informatização do Centro de Difusão Estatística - Delegação de Instituto Nacional de Estatísticas - Manica; (ii) implementação do Centro de Atendimento no Ministério da Educação e Cultura;
- Criada a base de dados do licenciamento e certificação sanitária, que permite a emissão electrónica dos certificados sanitários e o registo dos relatórios das vistorias feitas às unidades produtivas. A base de dados pode ser consultada (a pedido) parcialmente pelas empresas. Isto porque elas só podem ter cópias dos dados relativos à sua própria empresa e não aos dados de outras empresas nem dos dados internos (do INIP), relativos aos inspectores.

Balcões de Atendimento Único

- Os serviços prestados pelos Balcões de Atendimento Único (existem BAUS em todas as capitais provinciais) foram alargados, passando a integrar licenciamento, registo e notariado, migração, serviços de viação, cobrança de impostos. Através do Projecto de Apoio à Reforma do Sector Público (PARESP), financiado pelo BAD, foi consolidada a actividade dos BAUs em Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Maputo-Província e Maputo-cidade.

2. Prioridade II: Fortalecimento da Capacidade dos Governos Locais

2.3. Resultado 3: Órgãos Locais do Estado e Autárquicos fortalecidos funcionando de forma eficiente e participativa

Os órgãos centrais e provinciais desenvolveram acções no quadro da implementação da Lei 8/2003 de 19 de Maio, que estabelece os princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado (províncias, distritos, postos administrativos e localidades), do seu Regulamento e do Decreto 5/2006, sobre a desconcentração de competências de gestão de recursos humanos do Estado, com vista a dotar o nível local de pessoal com capacidade técnica para a promoção do desenvolvimento dos distritos como pólos de desenvolvimento. Assim, no período em análise tiveram destaque as seguintes acções:

2.3.1. No âmbito da elaboração, aprovação e implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de capacidades dos governos locais:

- Envolvendo os Chefes de Departamento da Administração Territorial e Chefes de Departamento da Planificação e Apoio Institucional da Secretarias Provinciais, e os Chefes de Gabinete dos Governadores Provinciais, foram realizados 2 seminários, sendo um de formação em governação local e outro de capacitação em matéria de descentralização e coordenação intersectorial;
- 162 técnicos médios e superiores foram colocados em 54 distritos nas áreas de Planeamento ordenamento territorial e infraestruturas, Planificação e finanças e desenvolvimento local, perfazendo um total de 924 técnicos desde o início do processo;

2.3.2. No âmbito da Implementação do Projecto de Desenvolvimento do Governo Local:

- Seleccionada a entidade que irá realizar a Estratégia Nacional de Descentralização.
- Modernização do equipamento dos Órgãos Locais do Estado (elaboração do "Projecto de Plantas Tipo para edifícios dos Órgãos Locais do Estado" que aguarda a sua aprovação).
- Em curso a implementação do Programa de equipamento Básico para os Órgãos Locais do Estado, tendo sido já alocados alguns bens aos distritos.

- Modernização do sistema de rádio-comunicação do MAE (foi adquirido um aparelho de teleconferências que permite uma Conferência “online” entre o MAE e os OLE’s).
- Criação de 10 novas autarquias através da Lei nº3/2008, de 2 de Maio que cria autarquias em algumas circunscrições territoriais visando a extensão do processo de autarcização, totalizando 43 autarquias.
- Realizadas as terceiras eleições municipais.
- Acompanhamento da implementação do Decreto 33/2006 sobre o processo de transferência gradual de funções e competências do Estado para as autarquias, estando em criação Comissões central e Provinciais visando coordenar esta actividade.
- Realização em Abril do Seminário Nacional sobre a Descentralização que juntou a Direcção do Ministério, quadros seniores do Estado de várias instituições, representantes da sociedade civil, dos órgãos locais (Municípios e Governo Distritais) e parceiros internacionais do Governo para uma reflexão conjunto sobre a implementação da Descentralização no País e aprimoramento dos Termos de Referência usado na elaboração da Estratégia Nacional de Descentralização.
- Em curso o desenvolvimento de um Banco de dados das autarquias.
- Capacitação dos Directores Nacionais, Chefes de Departamento e Técnicos de Planificação do MAE, em matéria de monitoria e avaliação em número de 42 participantes.
- Capacitação em matéria de monitoria e avaliação aos directores e chefes de departamento e Técnicos de planificação do MAE, Secretários Permanentes Provinciais, e Governadores Provinciais, num total de 50 formandos.
 - Foram colocados em todo o País 489 (acumulado de 924 incluindo dados de 2007) técnicos médios e superiores de diversas especialidades.
- Constituição de 11 Delegações Distritais do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) em Marrupa (Niassa), Mocímboa da Praia e Montepuez (Cabo Delgado), Ribáuè (Nampula), Barué (Manica), Marávia (Tete), Caia (Sofala), Vilanculos (Inhambane), Chicualacuala (Gaza).
- Nomeação de 3 Delegados do INEFP para as Províncias de Manica, Tete e Cabo Delgado, nas quais o Instituto ainda não se encontrava operacionalizado.
- Capacitação de 880 membros das Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCCs) de um total de 2575 em matéria de organização e funcionamento das mesmas, na Província de Maputo.
- Capacitação dos membros dos Conselhos Consultivos Distritais nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Gaza, Sofala, Manica e Tete.

- Conclusão do processo de Descentralização e Desconcentração administrativa da atribuição de Licenças de estabelecimento e exploração de instalações eléctricas para as Direcções Provinciais e Órgãos Locais do Estado, a nível dos distritos e/ou municípios, resultante da aprovação pelo ME do Regulamento das Licenças de estabelecimento e exploração de instalações eléctricas.
- Descentralização para os governos de Monapo, Malema e Mossuril os serviços de cadastro e atribuição de licenças de exploração florestal. Em cumprimento do estipulado no Decreto 93/2005, sobre os 20% de retorno dos fundos de exploração de recursos naturais para o distrito, foram entregues cerca de 3.600 milhões de meticais aos governos distritais de Meconta, Mogincual, Memba, Nacaróia, Muecate, Murrupula, Moma, Mogovolas, Lalaua, Angoche, Malema, Mossuril, Mecuburi e Eráti, para benefício das comunidades respectivas.
- Conclusão da elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (Muidumbe, Quissanga, e Ibo) e dos Municípios de Mocímboa da Praia e Montepuez.
- Aprovação e lançamento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital nos Distritos Milange, Ile, Mopeia, Chinde, Alto Molocué, Maganja da Costa, Namarroi, Nicoadala, Lugela, e Namacurra, todos da Província da Zambézia.
- Elaboração em Sofala de propostas de revisão dos limites das circunscrições territoriais da Beira, Dondo, Marromeu e a proposta de delimitação do território da nova autarquia de Gorongosa.

3. Prioridade III: Profissionalização da Função Pública

3.4. Resultado 4: Melhorada a eficiência na gestão estratégica dos recursos humanos

A actualização do Sistema de Informação sobre o pessoal foi definida como uma das prioridades, no âmbito da profissionalização dos recursos humanos. Neste desiderato foram planificadas e realizadas as acções seguintes:

3.4.1. Actualização e Consolidação do SIP

- Após o recenseamento dos **162.424** funcionários e agentes do Estado, realizado em 2007, foi concluído em Março de 2008 o processo de validação ao nível sectorial e do Tribunal Administrativo. Entre 2007 e 2008 registaram-se 5.008 novos ingressos totalizando **167.420** funcionários e agentes do Estado em **Dezembro de 2008**.
- A validação pelo Ministério das Finanças, iniciada em Abril de 2008, está a ser feita de uma forma gradual, tendo sido integrados na Folha de Salários, os funcionários e agentes do Estado dos seguintes sectores: Inspeção-geral das Finanças, Inspeção-geral de Seguro,

Inspecção-geral de Jogos, Gabinete da Primeira-ministra, Ministério da Função Pública, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério dos Assuntos para os Antigos Combatentes, Ministério dos Recursos Minerais, Ministério de Energia, Ministério do Turismo, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério das Pescas, Ministério da Juventude e Desportos, Ministério da Coordenação da Acção Ambiental, Ministério da Mulher e da Acção Social, Ministério da Administração Estatal e do Tribunal Administrativo.

- No âmbito da consolidação do e-CAF foram adquiridos computadores e acessórios para as Secretarias Provinciais.
- No âmbito da manutenção e desenvolvimento de aplicações complementares – software para a gestão dos recursos humanos pelos Ministérios das Finanças, Função Pública e Tribunal Administrativo – já foram identificadas as especificações necessárias para o software e lançado o concurso para a manifestação de interesse.
- Foi produzido e lançado o 1º anuário estatístico sobre os funcionários e agentes do Estado.

Sistema de pensões

- Na área civil, foram fixadas 1602 pensões, sendo 866 de aposentação, 730 de sobrevivência e 6 de sangue; na área militar, foram fixadas 2.309 pensões, das quais, 2021 de reforma ou invalidez e 288 de sobrevivência.
- Em coordenação com a UTRAFE o MF levou a cabo várias actividades preparatórias, das quais destacam-se (i) adopção de um cronograma de actividades; (ii) a reconciliação das bases dos sistemas informáticos de cadastro e de pagamento visando criar a base de alimentação para o recenseamento On-line; (iii) a preparação do material de formação para os formadores e recenseadores.
- Foram desenvolvidas as seguintes acções de formação, no domínio do processo de contagem de tempo e de Fixação de Pensões: (i) curso de integração destinados aos funcionários recém admitidos no Ministério das Finanças; (ii) proferidas duas palestras aos Directores e Chefes de Departamento da área de Recursos Humanas de diversos sectores da Função Pública; (iii) curso dirigido a 70 funcionários de diversos sectores, co-organizado com o Ministério da Função Pública e Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica (IFAPA); (iv) capacitação específica a funcionários do Conselho Superior da Magistratura Judicial e Procuradoria Geral da República.

Política Salarial

- O Governo aprovou a Política Salarial de Médio Prazo na 21ª Sessão do Conselho de Ministros realizada a 9 de Setembro de 2008.
- Foram iniciados o Estudo do Impacto orçamental para harmonização salarial, a Análise do Sistema de Carreiras e Remuneração (SCR), a Avaliação da estrutura de emprego e das projecções de crescimento e a Projecção do Cenário da Política Salarial.

3.4.2. Formulação/Actualização/Revisão da Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Gestão de Desempenho

- O Governo aprovou, em Dezembro de 2007, o **Modelo Conceptual do Sistema de Gestão de Desempenho**. Este Sistema prevê, entre outros: (i) Orientação por Resultados, (ii) ligação entre o Desempenho Individual e o Institucional através da celebração de Contratos Programa, e (iii) Implementação faseada, a iniciar pelas Funções de Direcção, Chefia e Confiança. É neste quadro que foram realizadas, ao longo do ano de 2008 ao nível dos vários sectores da Administração Pública, acções de auscultação das lideranças com vista a colher contribuições e sugestões, a serem incorporadas no desenho deste Sistema. Prevê-se que o Sistema de Gestão de Desempenho seja implementado a partir de 2010.
- Foi aprovado, em Dezembro de 2008, o Decreto que redefine o âmbito de actuação, o conjunto de competências e as regras de nomeação do Secretário Permanente dos Ministérios de modo a responder aos desafios da Reforma do Sector Público. Este Decreto estabelece que o Secretário Permanente é seleccionado através de concurso promovido pela entidade que superintende a área da função pública. Define, também, que o Secretário Permanente exerce as suas funções mediante a assinatura prévia, no acto da posse, de um Acordo de Desempenho com o Ministro respectivo, sujeito a monitoria e avaliações periódicas.

Promoções e Progressões

A realização de promoções e progressões vem plasmada como um direito do funcionário do Estado sendo um importante instrumento de motivação e, simultaneamente, de responsabilização dos gestores e dirigentes do Estado sobre os quais recai a missão de assegurar a sua materialização.

- Foram realizadas, em todo o país, 46.654 promoções e progressões, até finais de 2008 (o compromisso era de 45.660), o que constitui uma grande evolução, a nível da função pública, na materialização de um dos grandes direitos dos funcionários. Este valor representa um crescimento de 78% em relação ao ano de 2007.

Fórum dos Gestores dos Recursos Humanos

- Foram institucionalizados os Foros de Gestores de Recursos Humanos a nível Central e em todas as províncias e distritos do país. Estes foros são um veículo muito importante de capacitação permanente. Neste contexto foram capacitados 1410 gestores de recursos humanos, contribuindo, deste modo, para a consolidação de uma abordagem e visão comuns sobre os procedimentos e uma maior integração e articulação das acções de gestão e desenvolvimento dos recursos humanos do Estado;

- Foram realizadas 5 visitas de monitoria aos fóruns de gestores dos recursos humanos na Namaacha, Boane, Marracuene, Matola e cidade de Maputo.

3.4.3. Desenho e implementação das Estratégias de HIV e SIDA, Género e Pessoa Portadora de Deficiência

O ponto de situação do processo de desenho destas estratégias é o seguinte:

- **Estratégia de Combate ao HIV e Sida no sector público:** em colaboração com a ONUSIDA, foram realizadas acções de auscultação junto dos Secretários Permanentes dos Órgãos Centrais, Provinciais e distritais, gestores dos recursos humanos e pontos focais para o HIV e SIDA, com vista à sua validação. A ONUSIDA em parceria com o INE elaborou um estudo do impacto demográfico. Foi igualmente elaborado um estudo do impacto económico-financeiro.
- **Estratégia do Género:** foram realizadas consultas junto das Secretarias Provinciais e distritais, organizações da sociedade civil. O draft final da Estratégia será aprovado em 2009.
- Foi iniciado o desenho da **Estratégia da Pessoa Portadora de Deficiência**.

Sistema Nacional de Arquivo do Estado (SNAE)

No quadro da implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado, foram desenvolvidas várias acções de formação em todo o país sendo de destacar:

- A formação de 325 técnicos e gestores de Ministérios, Direcções Provinciais, Secretarias Distritais no âmbito da implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE) e Sistema de Informação Classificada (SIC);
- A criação de 100 Comissões de Avaliação e Eliminação de Documentos da Administração Pública ao nível do País, dos quais 34 instituições do nível Central e 66 de nível Provincial, totalizando 215 (55 ao nível central e 160 ao nível provincial).
- Aprovação da **Metodologia para a Elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos das Actividades Afins e as Normas de Avaliação de Documentos da Administração Pública** através dos Diplomas Ministeriais 30/2008 e 31/2008, ambos de 30 de Abril, respectivamente.

Elaboração da Carta da Função Pública moçambicana

- Foi elaborada a proposta da Carta Moçambicana da Função Pública. Está em curso a sua divulgação, após a sua apresentação durante o Conselho Coordenador do MFP. A aprovação desta Carta consta da matriz do Conselho de Ministros para Agosto de 2009.

3.5. Resultado 5: Instituições públicas fortalecidas na área de administração e gestão pública

O Sistema de Formação em Administração Pública foi criado com vista a oferecer formação a funcionários do sector público em todo o País, nos níveis básico, médio e superior, em áreas relacionadas com funções centrais da administração pública. Estas áreas incluem a gestão pública, gestão financeira, gestão dos recursos humanos, e gestão autárquica. Desta feita foram planificadas e realizadas as acções:

3.5.1. No contexto do Sistema de Formação em Administração Pública (SIFAP)

Institutos de Formação em Administração Pública e Autárquica

- No contexto da introdução da área de gestão documental nos currícula dos IFAPAS foi elaborado o manual temático básico sobre a matéria.
- Formados 31 funcionários para Contagem de Tempo, no período compreendido entre Junho e Setembro de 2008.
- Formados 341 Técnicos Médios em Administração Pública e Autárquica, do Curso Regular dos quais 205 (60%) do sexo masculino e 136 (40%) do sexo feminino.
- Revistos os módulos das áreas comum e de especialização em Recursos Humanos, Gestão Orçamental e Patrimonial e Gestão Autárquica para o nível médio, com vista a adequação com os desenvolvimentos do país.
- Realizada a supervisão e avaliação aos cursos de ensino à distância nos distritos de Magde e Matutuine.
- Formados 92 formadores em Maputo-Provincia, Maputo-Cidade e Gaza para os cursos modulares. Lançado o concurso para o 2º lote de obras no IFAPA da Beira, que inclui: bloco de 5 salas de aula, bloco de 4 salas de aula, campo de jogos, balneário, reabilitação do Centro Social e dos sanitários, instalação da rede geral de electricidade, instalação da rede de abastecimento de água, arranjos exteriores e parque de estacionamento, estando em curso o processo de avaliação das propostas submetidas.
- Formados 39 funcionários do Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) e instituições tuteladas e subordinadas, em matéria de Gestão de Recursos Humanos (27) e Gestão Financeira (12).
- Entre Junho e Setembro de 2008, foram realizados pelo IFAPA/Maputo, 4 cursos de curta duração sobre o SNAE, tendo sido formados 100 funcionários.
- Foram realizadas 3 reuniões do Grupo Interministerial de Formação em Administração Pública (GIFAP) onde foram debatidos e analisados: o Relatório Final do Estudo sobre o

Impacto dos Cursos de Nível Médio no âmbito do SIFAP e a Proposta do Perfil dos Directores e Directores Adjuntos dos IFAPAS.

- A Direcção do SIFAP fez a supervisão e avaliação dos cursos modulares nas províncias de Cabo-Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo-Cidade.

Instituto Superior em Administração Pública

- Formados 294 funcionários exercendo funções de direcção e chefia em matérias sobre a Liderança; Desempenho Institucional; Elaboração de Pareceres; Técnicas de Gestão e; Gestão de Mudança;
- Capacitação das Lideranças (Ministros, Vice Ministros, Secretários Permanentes centrais) num total de 63 formandos.
- Realizados 8 Cursos Executivos para Administradores e Secretários Permanentes Distritais das províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo Província abarcando 257 funcionários.
- Realizados 5 (cinco) Cursos Executivos, envolvendo cerca de 294 funcionários exercendo funções de direcção e chefia, nos quais foram abordados diferentes matérias, dentre as quais: Liderança; Desempenho Institucional; Elaboração de Pareceres; Técnicas de Gestão e; Gestão de Mudança.
- Lançamento do oitavo (8º) Curso de Certificado Profissional em Administração Pública 1 (CPSAP-1) em Lichinga, no âmbito da expansão de actividades previstas na Visão do ISAP. Este curso integra 30 funcionários seniores da Província, incluindo membros do Governo Provincial.
- Introduzido no ISAP o curso de Bacharelato Profissional em Administração Pública durante o primeiro semestre de 2008, com a participação de 30 funcionários.
- Graduados 155 estudantes dos Cursos de CPSAP1, CPSAP2 e a primeira Pós-Graduação Profissional em Administração Pública (PGPAP), numa cerimónia honrada pela presença de Sua Excelência o Presidente da República.

Acções de formação realizadas por outras instituições

- Na área de administração e gestão pública foram capacitados 170 gestores de escola pelo Instituto de Formação de Professores de Nampula, capacitados 23 gestores de escolas técnicas da zona norte em administração e gestão, capacitados 46 gestores de escolas técnicas de Nampula e Cabo Delgado em mudança e eficiência, capacitados 20 professores do ensino técnico -profissional em Hotelaria e Turismo, no âmbito da reforma curricular em curso, capacitados 30 instrutores dos Institutos de Formação de Professores e 11 coordenadores para a área de formação nas DPECs em temas transversais,

capacitados 63 funcionários dos órgãos centrais e instituições subordinadas em gestão documental e informação classificada (SNAE).

- Formados 39 funcionários do Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) e instituições tuteladas e subordinadas, em matéria de Gestão de Recursos Humanos (27) e Gestão Financeira (12).
- Formados 158 funcionários públicos da província do Niassa em Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira;
- Capacitados 11 funcionários públicos do Distrito de Mecuburi, sendo 4 em gestão financeira e 7 em gestão de recursos humanos.
- Formados 58 funcionários de instituições dos órgãos centrais, em matéria de contagem de tempo para aposentação e fixação de pensões.
- Formados 226 funcionários em diversos cursos a nível interno e externo (Informática, inglês, gestão e liderança, auditoria interna, financiamento de pequenas e médias empresas), ao nível do MIC.
- Capacitados 21 técnicos de quatro distritos do norte da província de Gaza em liderança e gestão de relacionamento, incluindo a capacitação em serviço sobre a implementação conjunta e efectiva da LOLE, Decretos 5 e 6 /2006.
- Capacitados 28 funcionários em matérias de gestão dos Recursos Humanos; 03 em gestão de projectos e 07 sobre informática, pelo MMAS.
- Formados cerca de 600 delegados de disciplina de todas as escolas do ensino secundário geral do 2º ciclo no âmbito do novo modelo de exames e de 170 gestores de escola pelo Instituto de Formação de Professores de Nampula ao nível do MEC.
- Realizados Fóruns de Gestores a nível central com a participação média, de 50 gestores por sessão (em todos os meses à excepção de Janeiro). Nestas sessões foram apresentados e debatidos temas como: Sistema de Carreiras e Remuneração, Parâmetros da Política Salarial, Ponto de situação sobre a validação dos dados do Recenseamento dos funcionários e agentes do Estado, Fixação de encargos para efeitos de pensão de aposentação, Gestor de Recursos Humanos como agente de mudança organizacional e Integração Regional.

4. Prioridade IV: Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção

4.6. Resultado 6: Melhorada a eficiência da gestão administrativa e financeira do Estado

Este resultado tem em vista garantir maior celeridade e criar transparência gestão e modernização administração financeira do Estado. Neste sentido foram planificadas e implementadas as seguintes acções:

4.6.1. Implementação de Acções no âmbito do SISTAFE

- O e-SISTAFE foi implementado em 50 distritos no ano de 2008 (é de recordar que o SISTAFE já foi implantado em todos os Ministérios e todas as Províncias). Desta forma estes distritos executam o orçamento do Estado em tempo real, acedendo directamente à sua parcela na Conta Única do Tesouro, com pagamentos aos seus fornecedores por transferências bancárias electrónicas.
- Foram capacitados no contexto do e-SISTAFE: 36 Funcionários usuários do SISTAFE nos distritos de Montepuez, Mueda Chiúre e Mocimboa da Praia, na província de Cabo Delgado; 69 funcionários, sendo 7 de nível distrital, na província de Nampula; 18 funcionários dos Ministérios do Ambiente, Obras Públicas e Recursos Minerais sobre o e-SISTAFE (elaboração e execução orçamental).
- Na Província de Manica foram realizados 2 Seminários de capacitação no âmbito do Sistema de Registo e Controlo das receitas do Estado com a participação dos Secretários permanentes distritais, Chefes de Secretarias e Contabilistas dos serviços Distritais e de 67 usuários do SISTAFE, sendo 40 de nível provincial e 27 de nível distrital.
- Foi introduzido o pagamento de salários, a partir da base de dados do recenseamento dos funcionários das seguintes instituições: Inspeção-geral de Finanças, Inspeção-geral de Seguro, Inspeção-geral de Jogos, Gabinete da Primeira-ministra, Ministério da Função Publica, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério dos Assuntos para os Antigos Combatentes, Ministério dos Recursos Minerais.
- Foi realizada com sucesso a capacitação dos inspectores do Ministério da Indústria e Comércio. A formação dirigida pelo ISAP contou com 40 inspectores vindos das províncias e 10 de nível central.

4.6.2. Revitalização da Inspeção Geral Administrativa do Estado

Elaboração do Regulamento da Inspeção Geral Administrativa do Estado

- Foi concluído o esboço de Regulamento da Actividade da Inspeção e Fiscalização Administrativa do Estado, bem como a Proposta de Guião do Inspector (instrumento

orientador do trabalho do Inspector) que serão integrados no âmbito do trabalho relativo à definição da Estratégia de Revitalização da IGAE.

Realização de Actividades de Inspeção Preventiva e Educativa

- Visando assegurar o controlo da legalidade administrativa dos procedimentos praticados pelos órgãos da função pública, a Inspeção Geral Administrativa do Estado realizou 7 inspeções extraordinárias às instituições de nível central e provincial, nomeadamente:
 - Secretaria Provincial da Zambézia, sobre o processo de Recenseamento dos funcionários e agentes do Estado.
 - Serviços de Viação da Cidade de Maputo, responsável pela emissão e substituição da Carta de Condução.
 - O Centro de Documentação e Informação de Moçambique; o Instituto Superior de Administração Pública; e os Institutos de Administração Pública e Autárquica de Maputo, Beira e Lichinga.
- Destaque vai, também, para as inspeções e auditoria em conjunto com a Inspeção Geral de Finanças aos órgãos locais do Estado na Província de Niassa, abrangendo os Distritos de Mecanhelas, Metarica, Sanga, Mandimba e Lago, na vertente financeira e administrativa, estando o respectivo relatório na fase do contraditório.
- Realizada uma Inspeção Ordinária pelo Ministério da Administração Estatal à Província de Maputo, Distritos de Matutuine, Manhiça, Município da Vila da Manhiça e Delegação do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, com o objectivo de verificar o grau de cumprimento das orientações deixadas aquando das visitas superiores, dos planos de actividades, da gestão de fundos de investimentos Local, da gestão de fundos de Compensação Autárquica, fundo de Estradas, processos de contas e de bens patrimoniais, estando neste momento a ser elaborado o respectivo relatório.
- Realizada a Missão de inspeção pelo Ministério da Administração Estatal aos Distritos de Namarroi e Ile, para averiguar as denúncias levantadas pela Bancada Parlamentar da Renamo União Eleitoral durante a 9ª sessão da Assembleia da República contra os respectivos Administradores. Foi elaborado o relatório resultante desta inspeção e enviado à Assembleia da República para os devidos efeitos.
- Finalizada a Auditoria financeira pelo Ministério da Administração Estatal aos Distritos das Províncias de Sofala, Tete e Cabo Delgado ao longo de 2007, tendo sido enviados ofícios para os Governadores provinciais para efeitos do cumprimento das

recomendações neles contidas, bem como recomendações às Inspeções Administrativas Provinciais (IAP's) com um conjunto de medidas de acompanhamento. As recomendações dos relatórios foram também enviadas aos respectivos distritos, neste momento falta apenas as IAP's levarem a cabo um trabalho de verificação do seu grau cumprimento.

Consolidação do papel da IGAE e da Acção Inspectiva

- No âmbito desta actividade de crucial importância, foi realizado o Primeiro Fórum dos Inspectores-gerais dos Ministérios onde foi discutido o Regime Jurídico das Inspeções da Administração Pública moçambicana, bem como o ante-projecto do Regulamento da IGAE.
- Por outro lado, a IGAE em coordenação com Inspectores-gerais da Administração do Estado de França, realizou um levantamento do estado das Inspeções Ministeriais e das suas ligações no âmbito do Subsistema de Controlo Interno, visando consolidar as bases para a elaboração dos instrumentos da sua revitalização. A visita dos Inspectores-gerais da Administração Pública do Estado da França serviu, também, para a troca de experiência e boas práticas sobre a organização e funcionamento das inspeções dos dois países.

4.6.3. Implementação do Regulamento das Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado

- Durante o ano foram constituídas 512 UGEAs (acumulado de 984 desde o início do processo) em conformidade com os modelos legalmente aprovados no âmbito da implementação do Decreto 54/2005, sobre a contratação de bens e serviços.
- Verificada a conformidade de 833 concursos realizados em diversos sectores (acumulado de 2638 desde o início do processo).
- Formados 821 funcionários provenientes das UGEAs, sendo 386 na zona Sul, 358 zona centro e 77 zona Norte (acumulado de 2621 formandos desde o início do processo).
- Inscritas 233 empresas no Cadastro (sendo o acumulado de 525 desde o início do processo).
- Realizadas 91 supervisões a instituições de nível Central, Provincial e Distrital e Autárquico no 1º semestre (sendo o acumulado de 122 desde o início do processo).

- Realizado o CPAR (Country Procurement Assessment Review) com a participação das instituições do Governo, Banco Mundial e Parceiros de Cooperação tendo sido concluída a 1ª avaliação do País utilizando esta Metodologia.

Resultado 7: Melhorada a supervisão e prestação de contas na administração pública

A melhoria da capacidade de supervisão e da prestação de conta na vertente administrativa e financeira. Assim sendo foram planificadas e implementadas as seguintes acções:

4.7. 1. Consolidação dos Órgãos Profissionais dos Contabilistas e dos Auditores

Com vista à consolidação da Associação do Contabilistas e Auditores, são de realçar as acções seguintes:

- Elaborado e aprovado o Regulamento Associação dos Contabilistas e Auditores.
- Seleccionados 50 candidatos para o exame de certificação internacional de auditores internos e de 100 (acumulado de 320 desde o início) candidatos para a certificação nacional e, a escritura do esboço para consultoria do projecto de certificação nacional.
- Em negociação o contrato para a implementação da consultoria sobre a instalação das Delegações Regionais do SGAR (Nampula, Beira e Xai-Xai).
- Realizadas pelo Tribunal Administrativo cinco (5) auditorias e visados 23.111 processos relativos e não relativos a pessoal.
- Em curso ao nível do Tribunal Administrativo, a institucionalização efectiva dos Serviços Regionais do Visto (Centro- Sofala e Norte- Nampula).
- Elaborados os TORs dos Projectos do Código de Procedimento Administrativo e da Lei de bases gerais de organização e funcionamento da Administração Pública, aguardando o “no objection” para o financiamento desta actividade.
- Constituídas na província de Tete e Zambézia comissões de gestores de RH para a triagem dos processos a enviar ao Tribunal Administrativo.

4.8. Resultado 8: Reduzidos os níveis de corrupção nas instituições públicas

A implementação da estratégia anti-corrupção tem como objectivo melhorar a prestação de serviços públicos ao cidadão e desenvolver um ambiente favorável ao crescimento do sector privado. Neste âmbito foram planificadas e implementadas as seguintes acções:

4.8.1. Implementação da Estratégia Anti-corrupção

- Apresentado e aprovado o Relatório sobre a Implementação da Estratégia Anti-corrupção referente ao ano de 2007, pela CIRES e pelo Conselho de Ministros. Foi assegurado o acesso público ao Relatório através da sua disponibilização no Portal do Governo, do Ministério da Função Pública e da Unidade Técnica da Reforma do Sector Público, e foram editadas e distribuídas 1000 Brochuras (em língua portuguesa e inglesa).
- Em 2008 foram instaurados a nível nacional 1590 processos disciplinares, (470 dos órgãos centrais e 1.120 das províncias) dos quais 1.192 foram concluídos e 398 estão ainda em tramitação nos sectores e no Tribunal Administrativo. Durante o ano foram expulsos e demitidos do Aparelho de Estado, 468 funcionários.
- Durante o ano foram recebidas e tramitadas 25.977 petições nos diferentes órgãos da Administração Pública.
- Foi iniciado o processo de Avaliação da prestação de serviços ao cidadão nos Ministérios da Justiça, Indústria e Comércio, MISAU e Interior.
- Foram elaborados os TORs da pesquisa no Ministério do Interior e submetidos ao Banco Mundial para aprovação. Aguarda-se pelo No Objection.

Governo electrónico

- Ligadas em 2008, dez (10) novas instituições, sendo oito ministérios (MICOA, Juventude e Desportos, Trabalho, Defesa, Assuntos dos Antigos Combatentes, Pescas, Energia e Mulher e Acção Social) e dois Governos Distritais (Malema em Nampula e Alto Molócue, na Zambézia).
- Concluído o documento sobre a implementação de um Sistema de Gestão de Processos e Fluxos de Expediente dos BAU's; e adquirido equipamento informático (computadores, UPS, fotocopiadora e impressora) para Administração do Distrito de Malema, em Nampula.
- Capacitados 35 funcionários públicos baseados em Xai-Xai em aspectos ligados ao Portal do Governo, instalada uma rede de computadores (LAN) na Administração do Distrito de Malema em Nampula e a rede de computadores (LAN) no BAU de Nampula (BUANA).

Transformação do CEDIMO em Centro de Documentação e Informação da Administração Pública

- Foi realizado o Estudo de transformação do Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO) em Centro de Documentação e Informação da Administração Pública. Este estudo conduziu à elaboração da proposta do Estatuto Orgânico do Centro de Documentação e Informação da Administração Pública, a ser aprovado em 2009. Paralelamente foi elaborado o Projecto de Formação dos Técnicos afectos à área de Documentação e Arquivos nas instituições da Administração Pública, a nível nacional.

4.9. Resultado 9. Melhorado o acesso e a qualidade de serviços legais e judiciais nas Províncias

As acções desenvolvidas nesta área estão a contribuir para a melhoria do desempenho do sector Jurídico e Judiciário. Neste sentido, foram planificadas e implementadas as seguintes acções:

4.9.1. Reforço da capacidade do judiciário

Centro de Formação Jurídica e Judiciária

- Graduados 13 Administradores Judiciais e 12 Chefes de Serviços.
- Graduados 13 Administradores Judiciais adjuntos.
- Desenvolvimento dos termos de referência, lançamento do concurso público e selecção da empresa de consultoria para elaboração de estudo diagnóstico e plano estratégico do CFJJ.
- Ampliado para todos os cursos de formação inicial o módulo sobre ética e deontologia profissional.
- Adquiridos 25 computadores de mesa completos, incluindo UPS's, 25 fotocopiadoras, 25 impressoras, 25 aparelhos de fax e 25 scanners, para permitir que os Administradores Judiciais e Chefes de Serviço possam dispor de meios de trabalho ao iniciarem as suas funções.
- Adquirido material de escritório e consumíveis para o CFJJ, a serem utilizados nas actividades de formação, bem como equipamento informático (2 projectores, 6 impressoras, 1 servidor, 12 UPS's, 12 computadores completos, 2 computadores portáteis, 14 programas office 2007 e antivírus).
- Foi adquirido material bibliográfico, destinado ao reforço do acervo do CFJJ e também para os formandos dos cursos realizados ao abrigo do projecto. Este material foi catalogado e se encontra disponível na Biblioteca. Paralelamente, foi assinado um contrato

com a empresa KAPUCUA Livros e Multimédia, Lda. visando garantir a continuidade e o desenvolvimento das edições do CFJJ.

- Foi lançado o concurso, seleccionado o empreiteiro e elaborada a proposta para obtenção do “no objection” para a reabilitação das infraestruturas do CFJJ.

Tribunal Supremo

- Foram enquadrados no Tribunal Supremo os administradores e, na PGR, os chefes de serviço formados pelo CFJJ e contratados três assessores jurídicos para a inspecção judiciária.
- Estão em curso ao nível do Tribunal Supremo acções com vista a compilação de Jurisprudência, formação de 6 auxiliares de inspecção e a concepção e instalação do portal.

Fundo de Acesso à Justiça

- Foi elaborado o Manual do Fundo de Acesso à Justiça. O Fundo de Acesso à Justiça está direccionado para as organizações da sociedade civil e será desembolsado a partir do II trimestre de 2009.

4.10. Resultado 10. Melhorada a qualidade de serviços legais e judiciais nas províncias

4.10.1. Desenvolvimento do subsistema de gestão processual

- Está em curso a elaboração dos TOR para o desenho do Sistema de Gestão Processual - previsto no SIPAMAJ e para o desenho do Sistema de Gestão Processual.

4.11. Resultado 11: Melhorada a Qualidade de Serviços na Procuradoria-geral da República

4.11.1. Formação dos Magistrados

Esforços estão sendo desenvolvidos com vista à melhoria do desempenho da Procuradoria-Geral da República. Deste modo foram realizadas as seguintes acções:

- Compilação na PGR dos pareceres sobre os processos decididos e elaboração da lei de protecção dos denunciantes e testemunhas e o fortalecimento dos mecanismos de denúncia dos actos de corrupção.
- Capacitação dos Magistrados e Investigadores afectos ao GCCC e Gabinetes Provinciais de Corrupção de Nampula e Sofala e Cidade de Maputo e nomeados os "Focal Point" do GCCC em todas as províncias;
- Formação de 18 magistrados e 07 investigadores nas áreas de Combate à Corrupção.
- Enquadramento na Procuradoria Geral da República dos administradores e chefes de serviço formados pelo CFJJ.

- Enquadramento na PGR de três assessores jurídicos para a Inspeção das Procuradorias.
- Palestras para a disseminação das linhas gerais sobre a prevenção e combate à corrupção e divulgação dos mecanismos do seu combate, nos distritos de Macomia, Chiure, Montepuez, Madjune, Sanga, Cahora Bassa, Angónia, Dondo, Nhamatanda, Buzi, Gorongosa, Marromeu, Catandica, Milange, Massinga, Inhassouro, Xai-xai, Chibuto, Chókwe, Mabalane, Marracuene e Moamba.
- Institucionalização na Procuradoria-Geral da República da Província de Maputo de 01 dia para o atendimento ao público pelo Procurador-Chefe.

4.12. Resultado 12: Melhorada a informação Estatística Vital para as necessidades do Sector Público e Privado

4.12.1. Publicação, disseminação e processamento dos dados do censo de 2007

Está em curso o tratamento de dados estatísticos, no âmbito da elaboração do relatório final do recenseamento geral da população.

4.13. Resultado 13: Implementado o Programa da Reforma do Sector Público

CIRESP

- Foram realizadas, durante o ano de 2008, oito (8) sessões da CIRESP.

UTRESP

- O Conselho de Ministros aprovou o Relatório Balanço do I Semestre de 2008, na sua 28ª sessão ordinária (2 de Dezembro).
- A UTRESP consolidou ao longo do ano a sua função de órgão de apoio e assistência técnica à CIRESP, ao Governo Central, aos Ministérios, aos Governos Provinciais, sector privado, sociedade civil e parceiros de cooperação. Ao mesmo tempo iniciou um processo de reestruturação interna, para responder aos novos desafios que se colocam na RSP.
- Foram realizados dois (2) seminários de alinhamento estratégico e organizacional com a participação da equipa da UTRESP, Secretários Permanentes dos Ministérios pontos focais dos sectores, Secretários Permanentes Provinciais e Técnicos da UTRESP nas províncias, entre outros convidados.
- Foi iniciado o desenho do sistema informatizado de planificação, monitoria e avaliação das actividades da RSP.

- Foram realizadas visitas de estudo com vista à recolha de boas práticas e experiências bem sucedidas nos seguintes Países:
 - (i) Brasil no âmbito da adopção do modelo de excelência;
 - (ii) República de Singapura e Federação da Malásia no âmbito do desenvolvimento e capacitação institucional do Ministério da Função Pública;
 - (iii) Malásia: para tomar parte em dois grandes eventos, nomeadamente: Conferência do MES (Malasian Evaluation Society) 2008 - Avaliação Num Contexto de Gestão de Desenvolvimento Orientada Para Resultados (MfDR). Deste evento resultou a criação de um grupo de trabalho sobre Planificação Monitoria e Avaliação, composto pelos Ministérios da Planificação e Desenvolvimento, Interior, Educação, Função Pública; Conferência sobre Integridade e Boa Governação;
- Foram realizadas visitas de trabalho às províncias de Niassa, Tete e Nampula que incluíram a verificação do estado de implementação dos BAU´s, e-gov, e e-Sistafe.

Fortalecimento das unidades técnicas da reforma, lideranças e equipas de gestão da mudança

O ISAP levou a cabo, cinco (5) acções de formação direccionadas para o reforço da liderança, nomeadamente:

- Liderança e desenvolvimento (Ministros, Vice-Ministros, e Secretários Permanentes Provinciais).
- Liderança e desenvolvimento organizacional (Governadores e Secretários Permanentes Provinciais).
- Liderança e gestão (Ministros, Vice-Ministros e Governadores).
- Liderança e gestão de relacionamento (Administradores e SP distritais de todo o país).
- Outras capacitações técnicas (RH, liderança orientada para resultados, políticas públicas, entre outras).

Parte 2: Execução Financeira

2.1. Síntese da Execução Financeira

Em 2008 foram gastos **USD 9.400.575,62** dos quais **USD 5.085.630,21** do Banco Mundial e **USD 4.314.945,41** do Fundo Comum. O orçamento global planificado era de **USD 16. 542.000, 00**.

2.1.1. Execução Financeira por Prioridades Estratégicas

Prioridade	Plano 2008	Realizado	% Execução
Prioridade 1: Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	2.250.000,00	858.721,00	38%
Prioridade 2: Fortalecimento da Capacidade dos Governos Locais	2.205.000,00	1.051.920,00	48%
Prioridade 3: Profissionalização da Função Pública	5.265.000,00	2.135.864,00	41%
Prioridade 4: Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	6.822.000,00	5.354.965,00	78%
TOTAL	16.542.000,00	9.401.470,00	56,8%

O maior nível de execução (78%) registou-se na implementação de actividades estratégicas relacionadas com a prioridade 4: Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção.

2.1.2. Execução Financeira por Resultados:

EXECUÇÃO FINANCEIRA 2008 (USD)	TOTAL		Plano	%EXEC
	BM	FC		
RESULTADOS				
1. Órgãos do Estado ao nível central e local reestruturados de forma a atingir eficiência organizacional e descentralização	78.284,17	77.796,64	205.000,00	76%
2. Melhorados os processos de prestação de serviços nas instituições públicas	635.364,33	67.372,60	2.085.000,00	34%
3. Órgãos Locais do Estado e Autárquicos fortalecidos funcionando de forma eficiente e participativa	882.762,77	169.157,02	2.205.000,00	48%
4. Melhorada a eficiência na gestão estratégica dos recursos humanos.	632.131,59	424.224,13	2.220.000,00	48%
5. Instituições públicas fortalecidas na área de administração e gestão pública		1.079.507,90	3.045.000,00	35%
6. Melhorada a eficiência da gestão administrativa e financeira do Estado	404.930,46	89.600,36	755.000,00	66%
7. Melhorada a supervisão e prestação de contas na administração pública	130.917,77	6.573,25	490.000,00	28%

8. Reduzidos os níveis de corrupção nas instituições públicas	197.220,19	236.057,93	1.640.000,00	26%
9. Melhorado o acesso e a qualidade de serviços legais e judiciais nas Províncias	979.952,83	0,00	1.640.000,00	60%
10. Melhorado a capacidade de gestão processual no Sistema de Administração da Justiça			332.000,00	0%
11. Melhorada a qualidade de serviços do GCCC, da Procuradoria-geral da República e Tribunais no tratamento de casos de Corrupção.	96.530,57	0,00	150.000,00	64%
12. Melhorada informação estatística vital para as necessidades do sector público e privado	54.017,86	0,00	75.000,00	72%
13. Implementado o Programa da Reforma do Sector Público	993.517,67	2.164.655,58	1.740.000,00	182%
TOTAL (USD)	5.085.630,21	4.314.945,41	16.582.000,00	56,7%
	9.400.575,62			

2.2. Considerações Finais

As reformas em curso estão a ter dentro e fora do sector público um impacto positivo, sendo de destacar a simplificação de vários procedimentos que conduziu à redução do tempo de espera para a obtenção de serviços ao público e ao sector privado (licenciamento de actividades económicas, atendimento hospitalar, registo de nascimento, registo criminal).

A consolidação de vários instrumentos de pesquisa para aferir o grau de satisfação dos utentes e beneficiários dos serviços (**resultado 1: Melhorados os Processos de Prestação de Serviços nas instituições públicas**) tem garantido as condições para melhorar a monitoria e avaliação participativa do processo da Reforma do Sector Público como um todo e aferir o impacto das actividades estratégicas correlacionadas.

A implementação de vários projectos âncora ligados aos Programas de Impacto Imediato e Fundo para Melhoria de Desempenho, tem produzido melhorias nos serviços fronteiriços, no acesso à informação estatística e documental, na gestão do atendimento e na gestão de reclamações nas instituições públicas.

No tocante ao **resultado 4 (Melhorada a eficiência na gestão estratégica dos recursos humanos)** apesar do crescimento gradual das acções de formação no contexto da implementação do SIFAP, estando a contribuir para a melhoria da pirâmide da formação da Função Pública. Contudo, a atenção deve continuar a ser dada para o reforço da componente de formação autárquica, com especial destaque para os seguintes aspectos:

- Actualização contínua do currículo para profissionalização;
- A necessidade de inclusão nos currículas dos IFAPAs e do ISAP de matérias ligadas ao género, ao HIV e SIDA, à gestão do desempenho, no âmbito do SIFAP; à semelhança do que foi feito em relação ao procurement e gestão documental.
- A necessidade de estabelecer uma ligação curricular entre os IFAPAs e ISAP;
- A necessidade de acelerar a expansão do Ensino a Distância no ISAP, à semelhança do que se faz em relação aos IFAPAs com os cursos de nível básico.

O recrutamento ao longo do ano de 489 técnicos qualificados (médios e superiores) para os distritos, totalizando 924 o número de técnicos médios e superiores colocados nos distritos desde 2007, reforçou sobremaneira a capacidade de intervenção dos Governos locais e insere-se na consolidação do processo de descentralização.

Ainda no contexto da descentralização, na sua vertente financeira é de assinalar a inclusão de 50 distritos no e-SISTAFE (**resultado 6: Melhorada a eficiência da gestão administrativa e financeira do Estado**). A governação electrónica foi consolidada ao longo do ano, com a expansão das tecnologias de informação e comunicação ao nível dos distritos através da aquisição de equipamento informático, uso de painéis solares e outros sistemas isolados de fornecimento de energia eléctrica.

Desafios:

- Melhoria da execução financeira ao nível da UTRESP, reforçando os mecanismos de articulação com os sectores quanto à implementação de projectos específicos e efectuar um exercício de alinhamento entre as actividades a implementar e a correspondente cobertura financeira.
- Fortalecimento dos órgãos de planificação, monitoria e avaliação a nível sectorial e provincial no que concerne às actividades da RSP;
- Assegurar a efectiva integração das acções da reforma (incluindo os planos anti-corrupção) no PES, para garantir a sua sustentabilidade;
- Reforçar a partilha e disseminação de informação sobre as realizações dos sectores no âmbito da RSP (Observatórios de Desenvolvimento, Conselhos Consultivos Distritais, Sessões dos Governos provinciais, media, portal do Governo);
- Sistematização e réplica das boas práticas que emergem das iniciativas, projectos e programas no contexto da implementação da RSP.
- Expansão do e-SISTAFE de modo a abarcar mais distritos.

Parte 3: Anexos

Anexo 1: Implementação da Reforma do Sector Público ao nível Central

Ministério da Saúde

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas /medidas de mitigação
Melhoria da prestação de serviços ao cidadão e ao Sector privado	<ul style="list-style-type: none"> Foi concluída a revisão da Lei do Medicamento que será aprovada em 2009. Foi feita a revisão da Lei da Medicina Privada e submetida à discussão com o Sector privado; Foi elaborada uma proposta de Lei que cria o Serviço Nacional de Transfusão de Sangue e enviada para harmonização com partes interessadas; Foi dado seguimento ao processo de apetrechamento das Unidades Sanitárias com material médico e cirúrgico e várias obras de construção e expansão da rede sanitária. Foi concluído o processo de colocação/envio às Províncias de profissionais graduados em finais de 2007 com especial referência aos 91 médicos de clínica geral assim como 28 médicos especialistas expatriados para os Hospitais Centrais e Provinciais e 330 profissionais de nível médio e básico. 	Beneficiaram desta actividade Unidades Sanitárias de todo o País
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> Foi concluído o processo de formação de 82 Técnicos dos Órgãos Centrais e Instituições Subordinadas sobre o novo Sistema Nacional de Arquivos do Estado Formação de 27 Inspectores e Técnicos dos Gabinetes de Inspeção 	
Fortalecimento dos sistemas de boa governação e combate à corrupção	<ul style="list-style-type: none"> Foram feitas inspecções ordinárias e extraordinárias em 301 Instituições do Sector ao nível central e provincial; Foi prestada assistência técnica á 06 Gabinetes Provinciais de Inspeção (Maputo, Cidade de Maputo, Gaza, Inhambane, Nampula e Cabo Delgado Foram instaurados 352 Processos disciplinares aos funcionários por infracções de natureza vária dos quais cerca de 13 resultaram em expulsão e 10 em demissão e 14 em rescisão de Contratos. Foi dado seguimento ao processo de criação de 24 Gabinetes do Utente nas US; Foram feitos 15 inquéritos de sindicância à 04 Províncias (Cidade de Maputo, Inhambane, Maputo e 	

	<p>Cabo Delgado).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação e fortalecimento de 15 Gabinetes de utentes nas Unidades Sanitárias, sendo:1 Hospital Provincial;5 Hospitais Gerais;5 Hospitais Rurais;1 H. Especializado;1 Serviço de Medicina (com estatuto de Hospital) 2 Hospitais Distritais. • Foram montadas 12 linhas verdes na Inspeção Geral de Saúde e nos Gabinetes Provinciais de Inspeção; • Foram adquiridos 12 aparelhos celulares para Gabinetes de Inspeção Provincial • Foram feitas reuniões de reflexão sobre o funcionamento das 3 principais Unidades (UGEA's) responsáveis pelo Procurement no MISAU: Bens e Serviços em geral, Infraestruturas e Medicamentos). 	
--	---	--

Ministério da Administração Estatal

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
<p>Fortalecimento dos órgãos locais com enfoque no distrito.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação dos Governos Locais e Modernização do equipamento dos OLE's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação de Estatutos orgânicos dos serviços distritais • Elaboração da proposta de estrutura da Representação do Estado nas circunscrições territoriais das Autarquias Locais e respectiva implantação • Aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento dos Conselhos Locais. • Elaboração das propostas de estrutura dos Órgãos Locais de Estado para escalões de Posto Administrativo e Localidade; • Continuação do levantamento de competências e funções a serem descentralizadas para os Órgãos Locais do Estado e autarquias junto dos Ministérios. • Apresentação do " Projecto de Plantas Tipo para infra-estruturas dos Órgãos Locais do Estado" ao Conselho de Ministro; • Elaborado o Programa de equipamento Básico para os OLE's. • Iniciou-se o processo de lançamento de um concurso internacional para aquisição de rádios de comunicação para os Distritos e Postos Administrativos. • Adquirido um aparelho de teleconferências para o Gabinete do Ministro. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Afectação de Técnicos em 54 Distritos e Elaboração e Aprovação da Estratégia de Descentralização 	<ul style="list-style-type: none"> • Afectados em 54 distritos 162 Técnicos Médios e Superiores. • Criadas 10 novas autarquias através da Lei nº 3/2008, de 2 de Maio. • Aprovados os termos de Referência para elaboração da Estratégia Nacional de Descentralização no Seminário Nacional de Descentralização. • Enviado ao Banco Mundial o Relatório Técnico e Financeiro do concurso para a contratação da Consultoria que vai elaborar a proposta de Estratégia de Descentralização. 	

<p>Boa Governação e Combate à Corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Instaladas em todas as Províncias as Inspeções Administrativas Provinciais, realizado um seminário de Formação e Capacitação dos Inspectores da Administração local e produzido o Manual do Inspector, que será um instrumento de orientação nas acções inspectivas. • Encabeçadas por equipas da IAL integrando alguns Inspectores provinciais 9 (nove) missões de inspecção às Províncias, Distritos, Municípios, Delegações do INGC e GAR, sendo 7 (sete) de carácter ordinárias e 2 (duas) extraordinárias. Desse universo, destacam-se: • Divulgação de valores éticos e de boa conduta para o funcionário público entre os funcionários da instituição 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação da Inspeção da Administração Local para o melhor funcionamento • Melhoria da qualidade na acção da inspecção bem como, na prestação de serviço e gestão de Coisa Pública pelos agentes da Administração Pública do sector. • Ainda numa fase inicial
--	--	---

Ministério de Transportes e Comunicações

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<ul style="list-style-type: none"> • O processo de troca de carta de condução está em curso, abrangendo as províncias de Maputo-Cidade, Maputo-Província, Gaza, Nampula, Sofala e Manica; • Inclusão da Taxa de embarque no bilhete de passagem aérea; • Elaboradas as Cartas de Serviço; 	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de mais pontos de captação de dados bio- métricos
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorada a eficiência na gestão estratégica dos Recursos Humanos; • Actualizado e consolidado o SIP no MTC e em todas as Direcções Provinciais; • Funcionários com maior domínio em matérias ligadas ao funcionalismo público; • Formados funcionários no âmbito do novo Sistema Nacional de Arquivos; • Criada a Comissão de Avaliação e eliminação de Documentos da Administração Pública; 	
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzidos níveis de corrupção nas instituições do Sector dos Transportes e Comunicações com o funcionamento efectivo do e-SISTAFE e da UGEA. • Foi instalada a linha verde; 	

Ministério da Industria e Comércio

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da prestação de serviços ao cidadão e ao sector privado	<ul style="list-style-type: none"> • Concluída a Revisão do Estatuto Orgânico e Quadro de Pessoal e qualificadores profissionais – realizado trabalho técnico no MFP; • Aprovada a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócio; • Aprovado o Decreto que estabelece o regime jurídico da simplificação do licenciamento das actividades económicas; • Criado o Instituto para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas; • Consolidação dos BAU's – iniciado o processo para a nomeação de directores para os BAUs; • Assegurado o funcionamento do Centro de Informação de Negócios no MIC; • Concluída a Revisão dos Termos de Referência da Pesquisa de Opinião sobre a qualidade dos serviços; • Celeridade na tramitação dos processos de aquisição dos direitos da propriedade industrial. 	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Fortalecimento da capacidade dos órgãos locais	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência de competências de licenciamento para os órgãos locais (DPCI's e (BAU's). • Realizados encontros com alguns Administradores de Distrito no âmbito da industrialização rural; • Implementação e divulgação da Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios; • Criado o Centro de Treinamento para a Massificação do Uso de Tecnologias de Comunicação e Informação; • Concluído o projecto SISCAL; divulgados os regulamentos de licenciamento de actividade industrial e comercial; • Concluída a 1ª versão do Plano de Acção Estratégica do MIC; • Aprovada a Política de Concorrência; • Está em curso a elaboração das Estratégias para o desenvolvimento do sector Textil e Vestuário, da industria metalomecânica e do sector gráfico. • Está em curso a elaboração da Estratégia do "Made in Mozambique". 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de alocação de fundos para o funcionamento dos BAU's
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Formados 226 funcionários em diversos cursos a nível interno e externo (Informática, inglês, gestão e liderança, auditoria interna, financiamento de pequenas e médias empresas); • Atribuídas bolsas de estudos a 33 funcionários para frequentar cursos de nível superior; • Contratados técnicos superiores e médios para reforçar a capacidade técnica das Direcções Nacionais, Departamentos Autónomos e Direcções Provinciais. 	
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da capacidade inspectiva nas províncias; • Formados 2 funcionários na área de auditoria interna; • Formados 9 inspectores na África do Sul na área de auditoria interna; • Discussão do projecto de estatuto da Inspecção Única das Actividades Económicas a nível dos Conselhos Consultivos dos Ministérios (IGAE); • Direcções Provinciais auditadas. • Melhorada a metodologia para a preparação dos PAAOs; 	
Gestão do Processo da Reforma	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidada a Unidade Técnica da Reforma (UTR-MIC); • Consolidado o funcionamento dos Núcleos de Gestão de Mudança nas Direcções Provinciais; 	

Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificados os processos de licenciamento ambiental. Foram licenciadas 60 actividades de desenvolvimento; • Produzida uma ficha para denúncia (Com a introdução da ficha para denúncias foram atendidas 5 denúncias contra zero do mesmo período no ano passado); • Divulgados os procedimentos sobre o licenciamento ambiental; • Elaborado o Plano Estratégico de Educação Ambiental; • Elaborado o manual básico das técnicas de planeamento e ordenamento de território. • Divulgada a Lei de Ordenamento do Território; • Colocação permanente de funcionários nos BAUs; • 	
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio aos órgãos locais na elaboração dos planos de ordenamento; • Apoio aos órgãos locais no reassentamento das populações; • Capacitação os serviços distritais de planeamento e infra-estruturas; • Capacitação (curso de refrigeração e climatização) de 40 técnicos dos sectores públicos e privado em Nampula, no âmbito da Convenção de Viena e Protocolo de Montreal • Desconcentração de funções. • Indicação de quadros para Directores dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas na província de Tete; • Colocação de técnicos em 3 distritos (Vilanculos, Murrumbene, Zavala); • Colocação de 3 funcionários em 3 distritos de Niassa (Mandimba, Cuamba, Maua), em cumprimento da Lei 8/2003, de 19 de Maio; • Legislação ambiental divulgada para os governos distritais e Municípios de Nampula; • Colocados 13 técnicos médios profissionais em igual número de distritos na província de Cabo Delgado; • Orientada palestra na DPCA – Sofala sobre as normas deontológicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Com este apoio os órgãos locais têm grupos de activistas baseados na comunidade que procedem o parcelamento de zonas para reassentamentos; • Com a capacitação em matéria de refrigeração e climatização, visa a substituição gradual de substância que destroem a camada de ozono;
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de 4 técnicos dos diferentes sectores do ministério. • Capacitados 30 funcionários em pacotes informáticos na óptica do utilizador; • Capacitados 3 técnicos da inspecção em ambiente e e-SISTAFE; • Capacitados 20 inspectores ambientais em matéria específica; • Capacitados 23 educadores ambientais de diversas instituições governamentais, ONGs e sociedade civil de todo o país; • Capacitados 7 secretárias e 2 funcionários da biblioteca, 1 da secretaria geral e 1 da 	<ul style="list-style-type: none"> • A capacitação visa garantir maior dinâmica no planeamento e ordenamento, bem como na administração pública.

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>Direcção dos Recursos Humanos em matéria de gestão de documentos e arquivos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formados 4 técnicos Superiores N1; • Formados 3 técnicos profissionais; <p>Em formação 4 funcionários em cursos médio profissional e superior em administração pública na província de Cabo Delgado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um funcionário frequenta o curso de pós-graduação no ISAP, 5 frequentam na UP, 2 frequentam o curso médio no IFAPA e 2 no ISPU; 	
<p>Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de órgãos consultivos (conselho técnico, conselho consultivo, colectivos de direcção); • Realizadas 20 auditorias ambientais; • Realizadas 337 inspecções ambientais a diferentes actividades de desenvolvimento; • Realizadas 14 auditorias financeiras a diferentes unidades orgânicas do ministério; • Realizadas sindicâncias ambientais a 30 processos de licenciamento ambiental em Nampula; • Produção de identificação do inspector ambiental; 	<ul style="list-style-type: none"> • Como resultado do trabalho com os órgãos consultivos, todas as decisões são colegiais; • Reuniões com funcionários;

Ministério das Obras Públicas e Habitação

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
<p>Melhoria de prestação de Serviço ao Cidadão e ao Sector Privado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorada a rede de comunicação interna e externa através da ampliação da rede de internet. • Reduzido o tempo de permanência de documentos no MOPH em cumprimento do disposto no artigo 58 do Decreto 30/2001 (Referente ao prazo para dar resposta aos assuntos recebidos (Casos que não necessitam de recolha de informação ou pareceres para subsidiar a tomada de decisão, permanecem menos de 15 dias, casos que pela sua natureza requererem tratamento que sugere solicitação de informações em várias instituições, demora-se 45 dias no máximo. • Reorganizada a sala da SIC o que permitiu o descongestionamento do expediente. • Emitidos crachás de identificação para 24 novos ingressos. 	
<p>Fortalecimento da capacidade dos Órgãos Locais do Estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Submetido ao Conselho de Ministros o Projecto de Decreto para cedência de instalações dos Postos de cobrança da APIE à Autoridade Tributária de Moçambique. • Fortalecida a integração dos Agentes Económicos activos a nível local por via da construção de 15 casas em 13 Distritos de Nampula com recurso a micro empresas rurais associadas. • Redefinição da Estrutura orgânica da ANE Central e das Delegações Provinciais; 	

<p>Profissionalização da Função Pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizados Seminários de capacitação dos Departamentos de Edificações a nível das direcções provinciais; • 30 Funcionários Capacitados sem procurement e 32 em património; • Elaborados os Termos de Referência e lançado o concurso para a contratação de consultoria que vai elaborar a Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Plano de Formação do MOPH para os anos de 2009-2011; • Realizadas 179 promoções e 63 progressões nas carreiras profissionais. • Elaboração e implementação do plano integrado de formação para 2008; • Incorporada a perspectiva do género nos planos, programas, políticas e estratégicas do sector; 	
<p>Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Instaladas as UGEAS a nível do FIPAG, nas Cidades onde possui representação. • Criada a linha verde; • Criado e divulgado o Boletim Informativo do Fomento de Habitação-lançada a Revista Nyumba. • Melhorados os procedimentos de selecção dos beneficiários dos Projectos do Fundo para o Fomento de Habitação. Estão definidos os requisitos de acesso e atribuição de crédito. • Inspeccionadas 85 obras do Estado e 442 obras particulares para garantir a qualidade das mesmas. 	
<p>HIV/SIDA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disseminada a lei 5/2002, de 5 de Fevereiro. • Realizadas palestras de sensibilização e e aconselhamento em tetestagem voluntária em saúde e ITS's nas Direcções Nacionais e Instituições Subordinadas; • 155 funcionários efectuaram testagens voluntárias na Direcção Nacional de Águas; • O MOPH deu apoio nutricional, em cesta básica a 12 funcionários vivendo com HIV/SIDA. 	

--	--	--

Ministério da Educação e Cultura

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	Processos das matrículas: <ul style="list-style-type: none"> • Produzidos e distribuídos folhetos nos principais centros urbanos sobre o processo de matrículas. 	
	Processo da emissão dos certificados e declarações nas secretarias das instituições de ensino: <ul style="list-style-type: none"> • Distribuídos 26 computadores a algumas escolas secundárias do 2º ciclo, fornecidos pela UTRESP no âmbito da reforma dos processos de certificação, equivalência e registo académico. • Desenvolvido e instalado o software para exames externos nas escolas; 	
	Processo de elaboração, empacotamento e distribuição dos exames: <ul style="list-style-type: none"> • Realizados os exames de admissão para o nível médio do Ensino Técnico Profissional e Vocacional e para os Institutos de Formação de Professores sem incidentes; • Realizada a formação de cerca de 600 delegados de disciplina de todas as escolas do ensino secundário geral do 2º ciclo no âmbito do novo modelo de exames; • Recolha de propostas de provas de exame para 2008; • Formados os professores do 2º ciclo do Ensino Secundário Geral por intermédio dos delegados de disciplina; • Divulgado o projecto de reforma de exames e certificação; • Aprovado o Diploma Ministerial que introduz provas de exame com perguntas de escolha múltipla e atribui ao órgão central a competência de correcção de exames e emissão de certificados; • Distribuído o pré-teste por todas as escolas do 2º ciclo para a capacitação dos discentes; • Iniciada a implementação de perguntas de escolha múltipla nas escolas; • Elaboradas as provas de exame com perguntas de escolha múltipla para a 12ª classe (exame extraordinário); • Elaborada a 1ª perguntas de escolha múltipla para alimentar o banco de itens; 	
	Capacitação dos Gestores de escolas: <ul style="list-style-type: none"> • Reelaborado o projecto de formação no sentido de passar a ser liderada pelas DPEC's no âmbito da descentralização e com o início previsto para Abril dirigida pelos Institutos de 	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>Formação de Professores e DPEC's;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizada uma capacitação em Nampula de 170 gestores de escola pelo Instituto de Formação de Professores de Nampula; • Reorientado o projecto de capacitação do pessoal ligado às secretarias das instituições de ensino para as províncias, descentralizando as capacitações; • Adjudicada a consultoria para a Estratégia de Gestão de Reclamações; • Realizada a primeira parte da capacitação em utilização do software de gestão de expediente; • Realizada a formação a nível nacional dos formadores em unidade nacional, patriotismo e auto-estima; • Decorre a capacitação em língua inglesa para membros do conselho consultivo. 	
	<p>Implementação de acções no âmbito do Combate ao HIV e SIDA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborado material de divulgação do pacote de incentivos para os activistas de base do programa Geração Biz; • Criados os Comitês para o combate do HIV e SIDA no local de trabalho em algumas escolas seleccionadas no distrito de Chibuto (Gaza); • Implementação do programa piloto ao nível do comité criado com duração de 3 meses; • Monitoria do programa piloto; • Desenvolvidos e impressos materiais sobre a estratégia de comunicação de comunicação sobre HIV/SIDA; • Incrementado em 59% de escolas primárias o programa educativo sobre HIV/SIDA para a faixa etária entre os 8 e 15 anos; • Criadas as condições para o arranque de um ciclo de palestras para os funcionários do MEC (sede) sobre as matérias do HIV e SIDA; • Capacitação dos coordenadores distritais de pacote básico nas províncias de Sofala, Manica e Maputo; • Elaboração e acompanhamento do material de divulgação de pacote de incentivos para os activistas de base (programa Geração Biz); • Elaborada a proposta de TDRs para o Grupo de Trabalho da componente Assuntos Transversais no processo de formação de professores; • Participação no grupo de referência sobre prevenção de HIV/SIDA no CNCS; • Está em curso o desenho da estratégia sobre a abordagem de conteúdos sobre HIV/SIDA; • Iniciado o diálogo com as universidades no sentido de que as teses sobre HIV/SIDA sejam expostas nas bibliotecas; 	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> • Criadas as condições para uma capacitação regional em Apoio Social aos infectados; • Levantamento das necessidades das escolas profissionais para escolarização de crianças com necessidades especiais; • Recolha de dados de professores para capacitação e acompanhamento; • Participação de técnicos no workshop de planificação compreensiva de serviços oculares em Nampula; 	
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Os consultores da VSO estão a trabalhar na elaboração de TOR's para a formulação da estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Sistema de carreiras, promoção e progressão, incentivos, EGFE); • Implementação de acções no âmbito do Combate ao HIV e SIDA: • Elaborado material de divulgação do pacote de incentivos para os activistas de base do programa Geração Biz; • Criados os Comitês para o combate do HIV e SIDA no local de trabalho em algumas escolas seleccionadas no distrito de Chibuto (Gaza); • Implementação do programa piloto ao nível do comité criado com duração de 3 meses; • Desenvolvidos e impressos materiais sobre a estratégia de comunicação de comunicação sobre HIV/SIDA; • Incrementado em 59% de escolas primárias o programa educativo sobre HIV/SIDA para a faixa etária entre os 8 e 15 anos; • Criadas as condições para o arranque de um ciclo de palestras para os funcionários do MEC (sede) sobre as matérias do HIV e SIDA; • Capacitação dos coordenadores distritais de pacote básico nas províncias de Sofala, Manica e Maputo; • Elaboração e acompanhamento do material de divulgação de pacote de incentivos para os activistas de base (programa Geração Biz); • Elaborada a proposta de TDRs para o Grupo de Trabalho da componente Assuntos Transversais no processo de formação de professores; • Está em curso o desenho da estratégia sobre a abordagem de conteúdos sobre HIV/SIDA; • Iniciado o diálogo com as universidades no sentido de que as teses sobre HIV/SIDA sejam expostas nas bibliotecas; • Levantamento das necessidades das escolas profissionais para escolarização de crianças com necessidades especiais; • Participação de técnicos no workshop de planificação compreensiva de serviços oculares em Nampula; 	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Fortalecimento dos sistemas de boa governação e combate à corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Feitos trabalhos de Inspeção às DPECs de Maputo e Nampula, incluindo alguns serviços distritais de Educação, Juventude e Tecnologia; • Realizada uma auditoria interna no MEC; • Em curso a divulgação da Estratégia Anti- corrupção através de reuniões tanto do conselho técnico como com funcionários em geral de modo a sensibilização no combate à corrupção; • Produzido um panfleto que contém dicas para uma escola livre da corrupção; • Recebidas denúncias sobre a venda de matrículas na Escola Completa Unidade 2 – Maputo; • Denúncia sobre a burla a 30 pessoas com a promessa de vagas; • Apresentação de certificados falsos em averiguação; • Processo de averiguação de indícios de procedimentos incorrectos na Escola Secundária Josina Machel. • O Plano Estratégico da Educação e Cultura foi resumido numa brochura de 12 páginas; e será divulgado para línguas nacionais com o apoio da UNESCO e da UNICEF; 	<p>O objectivo é sensibilizar os funcionários para o combate e prevenção de actos de correcção</p> <p>O funcionário visado encontra-se detido.</p> <p>Levantado o processo disciplinar ao professor visado.</p>

Ministério do Interior

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
-------------	-----------------------	--

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<ul style="list-style-type: none"> • Produzido o Anteprojecto de Lei que aprova o regulamento de nacionalidade moçambicana; • Produzido o projecto de Lei de criação do Serviço de Investigação Criminal (SICRIN); • Em experiência a nova central de produção de Bilhetes de Identidade; • Está na fase final o processo de lançamento do concurso para aquisição de meios e equipamentos para a produção de passaporte biométrico; • Está em curso o processo de revisão do regulamento interno dos Serviços Sociais da PRM; • Está em curso, na sua fase final, a preparação do projecto de produção de cartazes de utilidade pública e do programa de formação em comunicação e informática na Escola Prática da PRM de Matalane; • Foi realizado no 1º trimestre do corrente ano, a 1ª Conferência Nacional dos Conselhos de Policiamento Comunitário; • Está em curso a criação de duas unidades evolutivas de Bombeiros nas cidades da Matola e Tete. 	
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzidas acções de capacitação técnica dos agentes, com vista a ter maior domínio das matérias de especialidade; • Realizado o primeiro curso de reciclagem para os oficiais da PRM; • Iniciada a preparação dos cursos básico, superior e executivo na Escola prática da PRM de Matalane e na ACIPOL, respectivamente. 	
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborado o programa de divulgação da Estratégia anti-corrupção aos comandos provinciais • Concluída a formulação do Plano Estratégico Global do MINT, estando neste momento em processo de harmonização para posterior apreciação pelo Conselho de Ministros; • Constituída a Unidade de Gestão de Reformas do MINT; • Em curso a fusão dos Departamentos de Administração e Finanças e Direcções de Logística e Finanças a nível dos Comandos Provinciais; • Entrou em funcionamento experimental a Linha Verde; • Elaborado o Guião e constituídas equipas para a divulgação da estratégia Anti-Corrupção nos comandos provinciais da PRM, ainda este ano. • A nível do Comando Geral da Polícia e dos Comandos Provinciais, foram revitalizados os Conselhos de Ética e Disciplina, que têm estado a dar celeridade ao tratamento de casos disciplinares ou de outras denúncias de natureza disciplinar, colocadas ao sector e relacionados com agentes da PRM; • Iniciada a divulgação da Estratégia Anti-Corrupção nos Comandos Provinciais da PRM; • Garantido o financiamento do projecto sobre "Principais (mais frequentes) Violações do Código de Estradas e Respectivas Penalizações", junto da UTRESP; • Está em curso a revisão do processo de cobrança e comparticipação dos agentes em relação às receitas da PT; 	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação

Ministério do Turismo

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovado o relatório final da Análise Funcional e submetido ao MITUR o draft do Plano de Reestruturação do MITUR; • Transição de certas actividades tais como, classificação e reclassificação de estabelecimentos turísticos, concessão de espaços para o desenvolvimento turístico do MITUR para o INATUR; • Formados 12 técnicos em matérias de procedimentos administrativos e financeiros. • Atendimento directo com o público, possibilidade de contacto directo com os administradores. • Descentralização e desconcentração de competências para o licenciamento de determinadas categorias dos empreendimentos turísticos; • Simplificados os procedimentos e maior celeridade no processo de licenciamento. • Melhorada a qualidade das propostas de investimentos e consequente celeridade na sua apreciação e tomada de decisão. • No quadro da descentralização, os municípios já podem aprovar projectos relativos ao aluguer de quartos e casas de hóspede (guest houses) o que permite que tenham receitas pelo exercício de actividades turísticas. • Estabelecido um Centro de Negócios para o Turismo em Inhambane e Niassa. • Concluída a elaboração do guião do investidor como forma de apoiar e facilitar o investidor na apresentação dos seus projectos, 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos financeiros para responder cabalmente a missão de formação e capacitação dos recursos humanos.
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Nomeação de alguns Assessores do Turismo em Bilene, Matutuíne Tofo para assistir as Administrações. • Distritais/Autarquias em matérias de planificação de actividades turísticas. • Simplificação dos procedimentos de aprovação de projectos turísticos de 90 para 30 dias. • Elaborado o projecto piloto do sistema de classificação dos estabelecimentos turísticos, estando em curso a sua divulgação ao nível das províncias. • Prestada assistência às Direcções Provinciais no âmbito do e-SISTAFE e do Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro; 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de incremento de número de Assessores para outros pólos de desenvolvimento do turismo no país. Contudo, depara-se com o problema da figura de Assessor do Turismo no quadro da Administração Pública.

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizados em 2008, 462 estabelecimentos, sendo 371 pelas Inspeções provinciais; 	
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> Maior dinâmica na execução de tarefas, o que permitiu a melhoria da qualidade de serviços prestados ao cidadão/administrado. Formação e capacitação pessoal a nível provincial, no processamento e utilização das estatísticas do turismo no sistema de planificação e avaliação de desempenho do sector. Tendo em conta que a Secretaria também desempenha as funções de Recepção, recebe pessoas de várias origens e falam diversas línguas, há necessidade de os técnicos se formarem em línguas (Inglês e Francês) 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de recrutamento de pessoal qualificado e maior garantia nas promoções e progressões.
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> Maior número de estabelecimentos e operadores turísticos fiscalizados bem como, o início do Controlo Interno às Unidades Orgânicas do Ministério no âmbito do SISTAFE Descentralização de gestão de recursos humanos e financeiros dos Parques e Reservas para as províncias; Realizado o inquérito à despesa de turismo, cobrindo 8 postos fronteiriços (Ressano Garcia, Goba, Ponta de Ouro, Giriyondo, Vilanculos, Beira, Mavalane e Pemba). Iniciado em coordenação com o Instituto nacional de Estatística o inquérito ao orçamento das famílias sobre o turismo doméstico; 	<ul style="list-style-type: none"> Os meios financeiros e materiais alocados são relativamente ínfimos para realização cabal das tarefas. Esforço no combate à corrupção está sendo feito no sentido de se evitar subornos e corrupção.

Ministério da Justiça

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<ul style="list-style-type: none"> Uniformizados os procedimentos administrativos na área de Recursos Humanos em matéria de controlo da efectividade, mudança de carreira e implementação do Sistema Nacional de Arquivo do Estado; Alargamento do atendimento ao cidadão em matérias de registo de nascimento ao nível de localidade com recursos a brigadas móveis; 	A fuga maciça de técnicos superiores está relacionada com o sistema remuneratório da carreira de regime geral praticado neste Ministério contrariamente aos dos restantes

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos profissionais de administração pública reorientados conforme a sua especialidade de formação; Admitidos 69 funcionários o que reforçou a capacidade técnica institucional; Melhoradas condições de trabalho dos técnicos e maior celeridade no trabalho, por via da reabilitação das instalações do edifício sede do Ministério da Justiça e aquisição de equipamento informático e mobiliário de escritório; Simplificados os procedimentos relativos à constituição e registo de empresas, permitindo o registo e publicação electrónica de estatutos no Boletim da República em 24 horas; Foi concluído o Estudo da Análise Funcional e Plano de Reestruturação (elaborado pela KPMG) da Imprensa Nacional; 	<p>sectores de administração da justiça. Melhores condições de trabalho concorrem de certa maneira para melhor prestação de serviços.</p> <p>(Foi aprovado pela CIRES);</p>
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> Formados 3 técnicos em gestão de risco, 1 técnico em gestão financeira, 45 técnicos em diversas matérias de recursos humanos (contagem de tempo, processos disciplinares, secretariado); Intervenção psico-social no atendimento individualizado de reclusos e seus familiares. 	<p>Uso de métodos técnicos e científicos na actuação dos funcionários. Reinserção social do recluso.</p>
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> Serviços dotados de meios que permitem maior transparência no atendimento às preocupações do cidadão, eliminando-se atitudes negativas ou de corrupção, por via da consolidação do uso de crachás, colocação de livros de reclamações e caixas de sugestões e ainda a colocação de vitrinas com minutas diversas e tabela de custos. Implantação do IPAJ ao nível das cadeias, PIC, esquadras e Centros de Reclusão Feminina; Consolidada a informatização no envio e recepção de dados do registo comercial o que permite celeridade processual e redução dos focos de corrupção; Está em criação um sector de estatística dos registos e notariado o que vai melhorar a consolidação da recolha de informação para fins diversos dos sectores público e privado; 	

Ministério da Mulher e Acção Social;

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação	Concluído o relatório de reestruturação do MMAS;	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	Emitidos 560 cartões de assistência médica e medicamentosa; Construídas de rampas de acesso para pessoas portadoras de deficiência física; Aumento do escalão de subsídios de alimento de 70 MT para 100 MT (valor mínimo) e de 140 MT para 300 MT (valor máximo); Iniciado o processo de divulgação do Regulamento Interno do INAS, aprovado em Dezembro de 2007; Iniciada a implementação do pagamento do subsídio de alimentos de acordo com os novos escalões a partir de Janeiro;	
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	Constituídas 11 Delegações Distritais em Maruupa (Niassa), Mocimboa da Praia e Montepuez (Cabo Delgado), Ribaue (Nampula), Barué (Manica), Marávia (Tete), Caia (Sofala), Vilanculos (Inhambane), Chiculalacula (Gaza); Preparado o arranque do Projecto de Potenciação de Habilidades Femininas, financiado pelo BAD;	
Profissionalização da Função Pública	Capacitados 28 pessoas em matérias de gestão dos Recursos Humanos; 03 em gestão de projectos e 07 sobre informática. Realizadas acções de supervisão pelo Departamento dos Recursos Humanos nas províncias de Inhambane, Gaza, Nampula e Cabo Delgado. Capacitados técnicos no SNAE e no e-SISTAFE; Atribuídos diplomas de honra a 150 funcionários; Iniciada consultoria para elaboração de um plano de desenvolvimento dos recursos humanos no MMAS;	
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	Destacados técnicos superiores para a área de inspecção; Participação no Seminário sobre risco na gestão dos fundos públicos, realizado em Pretória;	

Ministério das Pescas

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
-------------	-----------------------	--

<p>Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovado o Diploma Ministerial com procedimentos para a simplificação da instrução dos processos de infracção de pesca; • Elaborada a Estratégia de Monitorização, Controlo e Fiscalização da pesca; • Criada a base de dados do licenciamento e certificação sanitária, permite a emissão electrónica dos certificados sanitários e o registo dos relatórios das vistorias feitas às unidades produtivas. A base de dados pode ser consultada (a pedido) parcialmente pelas empresas. Isto porque elas só podem ter cópias dos dados relativos à sua própria empresa e não aos dados de outras empresas nem dos dados internos (do INIP), relativos aos inspectores; • Adoptado um novo modelo de pedido de licenciamento de pesca. (DNAP) • Simplificados os procedimentos para o licenciamento e certificação sanitária. (INIP) • Iniciada a informatização do sector de Administração e Finanças; • Em curso a elaboração do guião para projectos de aquacultura; • Criada a base de dados sobre os laboratórios em funcionamento no Laboratório de Maputo • Criado o Instituto para o Desenvolvimento da Aquacultura • Recrutados e formados inspectores de pescado; • Nomeados inspectores de pescado com poderes para certificar em nome da Autoridade competente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diploma Ministerial nº 22/2008, de 26 de Março (BR nº. 13, I Série)
--	---	---

Ministério dos Recursos Minerais

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
<p>Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Instalado novo equipamento no Laboratório Nacional d Geologia de modo a responder a demanda e qualidade e de forma fiável aos serviços solicitados pelo sector privado; • Adquirido e instalado novo equipamento na Estação Sismológica de Nampula com o fim de providenciar ao público em tempo útil, informações sobre sismos que ocorrem no país; • Introduzido um check list para a verificação da conformidade legal e documental dos 	<ul style="list-style-type: none"> • Constrangimentos relacionados com falta de quadros para responder as avarias nas estações sismológicas • Registam-se algumas dificuldades na alocação dos fundos por parte do

	<p>processos, entre outros;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborada proposta da construção de um guiché de informação e atendimento público; • Criado um balcão de atendimento ao público: adopção/implementação do princípio “Primeiro a chegar, Primeiro a ser servido” preconizado na legislação mineira; • 512 Pessoas (nacionais e estrangeiros) visitaram o Museu Nacional de Geologia; • Divulgada a Legislação Mineira nas províncias de Sofala e Manica; • Elaborada proposta de Despacho conjunto MIREM, MFinanças para regularização e utilização de receitas cobradas; 	<p>DAF</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema “3 cotações” tem contribuído para morosidade na tomada de decisões e libertação de fundos, seno um constrangimento nos esforços em prol da melhoria de prestação de serviços ao cidadão.
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Afectos 8 técnicos superiores nas províncias de Zambézia, Nampula e Sofala no âmbito da política de desenvolvimento do distrito, para assistência técnica adequada e transmissão de melhores práticas de mineração • Capacitação e afectação de técnicos qualificados nos distritos e seu apetrechamento em meios diversos materiais (motos, viaturas, GPS, etc.). 	<p>Morosidade no desembolso de fundos, fazendo com que as cotações se tornem ultrapassadas nulas e sem efeito.</p>
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Aberto o concursos para a promoção e progressão para a 154 funcionários, dos quais 77 de gestão central com tempo mínimo de permanência na mesma classe ou escalão, 48 enquadrados nas carreiras mistas e 29 nas carreiras de classe única; • 4 Funcionários a frequentar cursos de Pós-graduação fora do País; • 18 funcionários a frequentar cursos diversos do ensino superior a nível de licenciatura; • Alguns funcionários beneficiando-se de uma formação no IFAPA (Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica) e ISAP (Instituto Superior de Administração Pública). • Formação de 4 técnicos em matéria de lançamento e abertura de concursos (Decreto 54/2005 de 13 de Dezembro); • Formação de 4 técnicos, 2 para o método de execução orçamental (SISTAFE) e os outros 2 no módulo de elaboração orçamental. 	<p>O nível de conhecimento da legislação é muito fraco o que leva a atropelos por desconhecimento da mesma. Por isso, foi instruída uma equipa para desenvolver estudos da legislação pelos sectores.</p>

Ministério da Energia

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorada a prestação de serviços através da conclusão da montagem da rede do sistema de informatização do Cadastro para o processo de Licenciamento de instalações de utilização de energia eléctrica e já se encontra operacional; Maior celeridade na tramitação de processos de licenciamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Constrangimentos financeiros estão a atrasar a expansão do Sistema Informático do cadastro a nível das direcções provinciais e a admissão do pessoal e

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> • Admitidos mais 6 funcionários, tendo reforçado a capacidade de resposta institucional • Inspeccionadas 109 Instalações de utilização de energia eléctrica e 25 postos de abastecimento de combustíveis nas províncias de Nampula e Cabo Delgado e iniciado o processo de divulgação da Legislação e Normas atinentes a energia e combustíveis perante aqueles e o sector privado em geral; • Identificados 5 funcionários que irão operacionalizar o funcionamento da secretaria-geral do ME; • Emitidos e distribuídos crachás a todos funcionários do ME para melhor identificação num total de 137 funcionários; • Com a instalação da base de dados a nível do país irá melhorar a prestação de serviços na área de combustíveis. Foi concluída a recolha de dados na província de Maputo • Aprovados e publicados em Boletim da República Novos Modelos de licença para as actividades de distribuição e comercialização de produtos petrolíferos; • As licenças passaram a ter validade por tempo indeterminado. São válidas enquanto o titular cumprir com as condições estabelecidas. • Foram emitidas 32 licenças definitivas para o exercício de actividade de comercialização de produtos petrolíferos na cidade de Maputo; • Foi concluído o levantamento de dados em 223 postos de abastecimento em todo país de forma a informatizar o cadastro das infra-estruturas petrolíferas no País; • Nomeados e empossados 3 membros do CNELEC, estando já em exercício das suas funções; • Identificação das áreas para intervenção no âmbito da implementação do decreto 30/2001, de 15 de Outubro tendo como base a avaliação do nível de implementação deste regulamento proposto pelo Ministério da Função Pública • Lançado o site do Ministério com informações relevantes do sector; www.me.gov.mz. Maior informação disponível aos utentes e ao público. • Divulgação da legislação sobre energia eléctrica e combustíveis pelos operadores registados no país; • Emitidas 174 licenças definitivas para o exercício de actividade de comercialização de combustíveis. 	<p>aquisição de meios materiais para alocar aos distritos/conselhos municipais com vista à integração nos Balcões de Atendimento único (BAU´s) de técnicos do sector.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porque o primeiro contacto foi para dar a conhecer os mecanismos legais e a necessidade de se proceder de acordo com estes, a inspecção não pode colher resultados palpáveis, mas deixou recomendações perante o sector privado que opera na área; • Formação contínua e organização da Secretaria-geral o que vai contribuir para que haja mais responsabilidades no contacto com o cidadão; • Em vista a instituição de mecanismos para reconhecimento de assinaturas e cópias junto das secretarias do ME; • Necessidade de melhorar o nível de conhecimento em relações públicas a nível do pessoal de secretaria; • Identificou-se a necessidade de melhorar o acesso para os deficientes.

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> • Atendidas 2 denúncias de venda ilegal de combustíveis nos Distritos de Namahacha e Catembe 	
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Em curso a divulgação e sobre o processo de Descentralização e Desconcentração administrativa da atribuição de Licenças de estabelecimento e exploração de instalações eléctricas para as Direcções Provinciais e Órgãos Locais do Estado, a nível dos distritos e/ou municípios, com a aprovação do Regulamento das Licenças de estabelecimento e exploração de instalações eléctricas, em Agosto de 2008; • Capacitados 12 operadores de centrais eléctricas e sistema isolados o que permitiu a melhoria de serviços de fornecimento de energia eléctrica às populações de alguns distritos da província de Niassa; • Descentralizado o processo de licenciamento a nível das províncias, de venda a retalho nos postos de abastecimento de combustíveis e da revenda de GPL de acordo c/o Dec. 63/2006 de 26 de Dezembro; 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o 1º trimestre do ano em curso realizou-se uma capacitação de 12 operadores em 12 distritos da província do Niassa; • Em curso a implementação do Decreto nº 63/2006 de 26 de Dezembro a nível das províncias.
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgado e conhecido o Decreto 30/2001 de 15 de Outubro a nível dos funcionários do ME • Capacitados dois técnicos em auditoria baseada na avaliação do risco; • Capacitado um técnico em Gestão Executiva; • Em curso acções com vista a prevenção e mitigação do impacto do HIV/SIDA junto dos funcionários do ME; e têm sido dadas palestras de sensibilização para o combate ao HIV-SIDA ao nível das províncias • Formados 4 pontos focais em matéria de género fora do país; • Formados 22 funcionários ligados ao Arquivo e documentação (SNAE); • Capacitação de 2 técnicos de auditoria no ambiente e-SISTAFE; • Criada a Comissão de Avaliação e eliminação de Documentos da Administração Pública; • Formados 13 funcionários em diversos cursos a nível interno e externo (Sistemas descentralizados de energia, energias renováveis, monitoria e avaliação, informática, inglês, género, HIV/SIDA); • Atribuídas bolsas de estudos a 15 funcionários para frequentar cursos de nível superior; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco nível de interacção entre os sectores de modo a permitir a capacitação contínua dos nossos técnicos em matérias de inspecção e auditoria e procedimentos administrativos inerentes à actividade;

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> • Admitidos 10 novos funcionários (2 Superiores, 5 médios e 3 básicos) afectos ao Gabinete de Ministro, aos Departamentos de Informática, de Planificação, de Relações Internacionais e Energias renováveis. • Contratados 4 agentes (1 superior, 1 médio e 2 básicos) afectos ao Gabinete de Ministro, Informática e Departamento de estudos e planificação respectivamente. 	

Ministério da Defesa Nacional

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria na prestação de serviços.	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de gabinetes de relações públicas nos Centros Provinciais de Recrutamento e Mobilização e nos Hospitais Militares, e o fortalecimento dos existentes, tendo permitido o aumento de atendimento ao público. Como resultado, foram: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Emitidas 290 juntas médicas no Hospital Militar do Maputo; e ◦ Fixadas 88 pensões de reforma, sendo: 19 de militares e 69 de funcionários. • Melhoria nas acções de sistematização e protecção da documentação, à luz da Lei 12/79, de 12 de Dezembro; • A descentralização do processamento dos salários aos órgãos locais, nomeadamente nos Centros Provinciais de Recrutamento e Mobilização das províncias de Maputo, Gaza, Nampula e cidade de Maputo; • Entrada em funcionamento do Hospital – Dia, no Posto Médico de Matacuane, Cidade da Beira; • Pulverização intradomiciliária nos quartéis da Cidade e Província de Maputo e na região norte, num total 22 quartéis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar para o 2º Semestre, o preenchimento orgânico com pessoal técnico da área de relações públicas; • Redução do índice de malária e outras epidemias.
	<ul style="list-style-type: none"> • Alargamento de áreas de recenseamento militar tendo permitido, o recenseamento de 198.406 jovens, sendo 132.106 do sexo masculino e outros 66.300 do sexo 	

<p>Fortalecimento dos órgãos locais com enfoque no distrito.</p>	<p>feminino, correspondendo a 99,2% dos 200.000 jovens planificados). Contudo, esta cifra representa um decréscimo de 25,6%, comparativamente aos 266.693 jovens, do ano de 2007, tendo as cheias, que assolaram as regiões centro e norte, a causa principal da diminuição dos recenseados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incorporação, no 1º turno de 2008, para o Centro de Instrução da Manhica, na ordem de 55,8% do total de recrutas planificados para o presente ano, no âmbito de completamento dos efectivos das FADM; 	
<p>Profissionalização da função pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação contínua dos funcionários e oficiais das FADM, nos diferentes estabelecimentos de ensino, tendo sido inscritos e admitidos para o presente ano lectivo, 136 estudantes, assim distribuídos: <ul style="list-style-type: none"> ○ 5 no ISAP; ○ 6 no IFAPA; ○ 74 na UP; e ○ 52 na Escola Secundária Joaquim Chissano. • Beneficiaram de promoção nas carreiras profissionais 40 funcionários e progressão de 38 nos termos dos artigos 10 e 11 do Decreto 64/98 respectivamente; • Envio para efeitos do Visto no Tribunal Administrativo de 80 despachos de progressão e 10 de promoção nas carreiras profissionais; • Participação de 12 funcionários no curso sobre “Metodologia de Elaboração de Orçamento” (MEO); • Participação de 2 funcionários no curso de formadores pedagógicos, promovido pelo MUNDI SERVIÇOS; • Participação de 2 funcionarios no curso sobre a previdência social (contagem de tempo para fixação de pensão civil e militar), ministrado pelo Ministério da Função Pública; • Participação no curso de capacitação de 10 secretárias promovido pela Universidade Eduardo Mondlane; • Participação de 16 oficiais das FADM, em seminários de curta duração no exterior, sendo: <ul style="list-style-type: none"> ○ 4 nos EUA (2 em Liderança e 2 em Resposta e Segurança contra o Terrorismo); ○ 2 no Botswana (Gestão Integrada de lixo no Exército); ○ 2 em Cabo Verde (Gestão da Área Integrada); ○ 2 na Holanda (Observadores da ONU); ○ 6 em Portugal (3 para Controle de Tumultos e outros 3 para Aperfeiçoamento de Liderança). • Inauguração e inicio de aulas da Escola de Formação Profissional de Chingodzi – 	

	<p>Tete;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inauguração e início de aulas da Escola de Sargentos das FADM; • Ingresso de 110 Cadetes na Academia Militar, Marechal Samora Moisés Machel, em Nampula; • Assinatura de um memorando de entendimento com a Universidade Eduardo Mondlane, para a formação de 50 militares, no Instituto Superior de Desenvolvimento Rural, em Vilanculos; • Participação nos seminários sobre a informatização e modernização da função pública, assim como dos agentes públicos do Estado, no ESAAG – East Southern Association of Accountants General (Associação dos Directores Gerais de Contabilidade Pública e Auditoria Interna de Sul e Este de África); • Realização de palestras relacionadas com o manuseamento de documentos classificados e não classificados bem como de cursos de capacitação sobre o uso do manual de sobrevivência dos militares nas unidades miliatres da região sul; • Formação de 20 socorristas militares; • Formação de 19 técnicos de saúde, na componente (ATS); • Reciclagem de 131 formadores de educadores de pares nas técnicas de uso do manual de sobrevivência. 	
--	---	--

<p>Boa governação e combate à Corrupção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de desempenho de 1.651 funcionários, do universo de 2.941, correspondendo aos 56.1%, tendo produzido a seguinte classificação: <ul style="list-style-type: none"> ○ Muito bom - 522 funcionários; ○ Bom – 896 funcionários; ○ Regular - 235 funcionários. • Recepção e conferência de 2.777 questionários de provas de vida dos funcionários das diferentes Unidades Militares, do universo de 2.941, correspondente a 95%; • A consolidação da implementação do Decreto 54/2005, relativo ao Regulamento de Contratação de Empreitadas e Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado; • Alargamento da implementação do e-SISTAFE, nas unidades orgânicas do MDN; • Instauração de processos disciplinares aos funcionários que violam o artigo 98 do EGFE, tendo sido observados 3 (três) processos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Um concluído com a pena de expulsão, por abandono do posto de trabalho; ○ Dois em curso (Gabinete do MDN e Hospital Militar do Maputo). • Realização de inspeções educativas e ordinárias nos órgãos centrais, unidades militares das FADM, estabelecimentos e órgãos sob tutela do Ministério da Defesa Nacional; • A desconcentração às Direcções Provinciais de Plano e Finanças dos orçamentos de Funcionamento e de Investimento dos Centros Provinciais de Recrutamento e Mobilização; • A descentralização do processamento dos salários aos órgãos locais, nomeadamente nos Centros Provinciais de Recrutamento e Mobilização das províncias de Maputo, Gaza, Nampula e cidade do Maputo; • Cadastro dos funcionários e empresas colaboradoras do sector, com vista a doptar maior rigor, eficácia e eficiência na gestão de recursos alocados ao MDN; • Cadastro do património afecto ao sector, permitindo a actualização da informação relativa a infraestrutura do MDN, com vista ao maior controlo e gestão dos recursos da instituição; e • Continuação da publicação da revista bimensal “25 de Setembro” com informações multifacetadas sobre diversos assuntos de interesse público. 	<p>A recolha de dados de avaliação de desempenho, a nível das unidades militares sediadas nas Províncias tem experimentado algumas dificuldades no tocante aos prazos de entrega, aliado a falta de modelos.</p> <p>Transparência e rigor no processo de aquisição de bens e serviços</p> <p>Maior flexibilidade na alocação de fundos aos sectores locais beneficiários.</p>
---	--	---

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria na Prestação d serviços	<ul style="list-style-type: none"> Melhorada implementação das normas e a prestação de serviços. Concluído o Estudo de Análise Funcional e Plano de Reestruturação; O processo de disseminação das normas de funcionamento dos Serviços da Administração Pública está em curso. Rubricados Contratos – Programas e Termos de Compromisso com as Federações Desportivas e Conselho Nacional da Juventude. 	
Fortalecimento do Órgãos Locais do Estado com enfoque no Distrito	<ul style="list-style-type: none"> Descentralizada a formação dos agentes desportivos de nível básico passou a ser realizada ao nível local e com os técnicos locais. 	<p>Os programas, como Fundo de Apoio às Iniciativas Locais e FUT 21 têm incidência ao nível dos distritos.</p> <p>A capacitação das Direcções Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia continuam ainda um desafio.</p>
Profissionalização da Função Pública.	<ul style="list-style-type: none"> Realizado, em Maio, em coordenação com o ISAP, o II Curso Executivo sobre Desempenho Institucional: “ Um desafio para Todos” , dirigido aos Técnicos Superiores denominados Técnicos de 2ª Linha, que prestam assessoria aos dirigentes. Tomaram parte 23 funcionários. Realizado no mês de Junho, igualmente o III Curso Executivo sobre Gestão e Administração de assuntos Juvenis e Desportivos, também com a colaboração do ISAP, dirigido aos Chefes de Departamento de nível Central e de nível Provincial. Participaram 50 funcionários. Formado 15 Funcionários ligados a área de documentação em matéria de Sistemas de Informação Classificada e Gestão Documental, com apoio do CEDIMO. Seis (6) funcionários frequentam curso de línguas (inglês), como resposta a globalização e integração regional e os projectos concretos que o sector possui com a Commonwealth no âmbito de programa de geração de rendimento. Concedias 19 bolsas de estudo sendo 18 de nível superior 1 de nível médio profissional. 	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria na prestação de serviços	<p>Melhoria do processo da fixação de pensões resultando na fixação de 4.282 (quatro mil duzentos e oitenta e dois) pensões de Combatentes. Emissão de 5.029 (dezasseis mil oitocentos e vinte e sete) Cartões de Combatentes;</p> <p>Financiamento de 19 projectos de Combatentes pelo Ministério através do Fundo de Inserção dos Antigos Combatentes (FISAC), em cumprimento da Lei 3/2002 e do respectivo regulamento;</p>	<p>A dedicação dos funcionários do MAAC, permitiu resolver em tempo recorde o problema da fixação de pensões daqueles que ainda não usufruíam deste direito, plasmado na Lei 3/2002 de 17 de Janeiro.</p>
Profissionalização da função pública	<p>Nove (9) funcionários frequentam o Instituto Superior em Administração Pública (ISAP), tendo sido graduados 2;</p> <p>Vinte e um (21) Funcionários com nível básico encontram – se a frequentar o Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica (IFAPA).</p> <p>Beneficiaram de promoção nas carreiras profissionais 40 funcionários e de progressão 38 nos termos dos artigos 10 e 11 do Decreto 64/98 respectivamente;</p> <p>Quinze (15) funcionários foram formados e capacitados nas Tecnologias de Informação e Comunicação;</p> <p>Ainda no âmbito de formação específica, foram formados funcionários em métodos de transcrição de informações contidas em fitas magnéticas para a Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional, Arquivo e Documentação, Contagem de tempo para efeitos de aposentação.</p>	<p>A Melhoria do Sistema das Tecnologias de Informação e Comunicação é uma forma de divulgar as actividades da instituição, especialmente através de uma janela da Internet pública; pois a maioria dos funcionários não dispõem de conhecimentos informáticos.</p>
Boa Governação e Combate à Corrupção	<p>Criação da Unidade de Gestão e Execução de Aquisições no âmbito do Cumprimento do Decreto 54/2005, de 13 de Dezembro à escala nacional;</p> <p>Estabelecido o Regulamento para a atribuição de bolsas de Estudos aos filhos de Combatentes no âmbito da aplicação da Lei 3/2002, de 17 de Janeiro; Instalação da linha verde no MAAC;</p> <p>Colocação de placas de identificação.</p>	

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários
<p>1. Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi adoptado um balcão único onde os serviços da SIC e do reconhecimento de certificados são realizados simultaneamente. O facto do balcão único e por estar mais próximo dos níveis de decisão assim como a admissão do pessoal qualificado, permitiram a redução do tempo de execução de 1 ou 2 dias para 15 minutos. Além disso foram instaladas caixas para livro de sugestões e reclamações em várias unidades orgânicas do MINEC, onde o atendimento público tem lugar. • Introduzidos sistemas electrónicos de catalogação, registo e arquivo de informação além da realização de vários encontros de auscultação às comunidades residentes em vários países que Moçambique tem representações Diplomáticas/Consulares. Tais encontros tinham como objectivo colher do público utente o que pode ser melhorado na prestação de serviços que procuram. • Criadas Websites nas MDC's. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Profissionalização da Função Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizado o seminário sobre Gestão Documental, Arquivo e Segredo do Estado. Com este curso, cada direcção estará em condições de ter documentos organizados em arquivo corrente, intermédio e permanente. E ainda, os funcionários estão melhor preparados para criarem condições de protecção de informações classificadas do MINEC, segundo as regras do segredo do Estado. • Realizadas reuniões de estudo e divulgação do Decreto 30/2001, de 15 de Outubro, sobre as normas de funcionamento dos serviços públicos de administração. • Foram capacitados 49 funcionários da Sede do MINEC e Instituições Subordinadas e Tuteladas e 38 Adidos Administrativos e Financeiros afectos nas MDC's. Esta capacitação envolveu técnicos e dirigentes do Ministério da Função Pública, da UTRESP, do Ministério das Finanças, do Tribunal Administrativo e do próprio MINEC. Este seminário tinha como objectivo, munir os Adidos com instrumentos que os possam ajudá-los a melhorar, entre outros, a sua prestação de contas junto da Sede do MINEC e Tribunal Administrativo (TA), gestão patrimonial além de estudar formas de implementação das novas modalidades de contratação de bens, serviços e obras públicas para as instituições do aparelho do Estado, nos termos do Decreto 54/2005, de 13 de Dezembro. Esta capacitação permitiu a compreensão pelos formandos, de novos métodos de prestação de contas no âmbito da implementação do e-SISTAFE. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Boa Governação e Combate à Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizadas visitas de trabalho às MDC's tais como Dar Es Salam, Roma, Cairo, Mutare. Estas vistas tinham como objectivo, avaliar o grau de execução das actividades Consulares desenvolvidas e apurar <i>in loco</i> as dificuldades que estas MDC's enfrentam na realização do seu trabalho. Isto tornou possível a correcção de alguns erros encontrados. Paralelamente, foram detectadas algumas irregularidades que culminaram com processos disciplinares para os funcionários envolvidos. • Criado o Conselho Consultivo das Comunidades Moçambicanas no Exterior, para colher aconselhamentos que possam ajudar na melhoria da assistência prestada pelas entidades competentes nacionais. Este Conselho, efectuou algumas visitas às comunidades moçambicanas no exterior, a ocasião serviu para fazer trabalho de 	

	<p>mobilização das comunidades para se organizarem em associações a fim de propiciar a sua assistência e a defesa dos seus interesses de uma forma organizada.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizadas 17 inspecções pelo TA e 2 pelo IGF; 	
--	---	--

Ministério da Planificação e Desenvolvimento

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/me didas de mitigação
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<p>§ Realizadas acções de formação e capacitação dos técnicos de desenvolvimento rural em matérias de promoção e coordenação, monitoria orientado para o meio rural;</p> <p>§ Realizadas acções de formação e capacitação aos distritos em matérias de planificação e orçamento como forma de assegurar a integração dos mesmos como unidades orçamentais, no âmbito do processo de planificação e finanças descentralizadas;</p> <p>§ Realizadas acção de apoio e capacitação aos Conselhos Locais. Numa altura em que a planificação distrital está a transitar do formato de projectos para o Programa Nacional, as funções então desenvolvidas pelas Equipas Técnicas de Planificação Distrital em processo de institucionalização no quadro da actual disposição dos Governos Distritais em conformidade com o Decreto 5 e 6/2006.</p>	
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitados os técnicos a todos os níveis em matérias de planificação, monitoria e avaliação, gestão financeira, boa governação gestão dos recursos humanos, desenvolvimento económico local, comunicação e arquivo e SISTAFE; <p>§ Criado o Centro de Excelência e Boa Governação de Namaita, em Nampula, enquadrado na Estratégia de Saída do PPF;</p> <p>§ Capacitação de funcionários em arquivo e classificação documental;</p> <p>§ Capacitação dos quadros dos distritos em planificação participativa;</p> <p>§ Criada a Comissão Instaladora, elaborado o Estatuto Jurídico e Orgânico o qual foi apreciado pelo Governo Provincial de Nampula, o ISAP, a UNILÚRIO, instituições de ensino superior trabalhando para a formulação do curriculum e programas de formação.</p> <p>§ Aprovada e em implementação a inovação do PPF de incrementar uma formação baseada no lema “saber fazer e saber ser e estar” para funcionários públicos.</p>	

Ministério da Ciência e Tecnologia

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<p>§ Realizadas visitas ao Centro Regional de Ciência e Tecnologia Norte (Cabo Delgado) para aperfeiçoamento da estrutura de articulação com as Delegações provinciais e com o Órgão Central – MCT;</p> <p>§ Criada a Comissão para a implementação do Sistema nacional do Arquivo do Estado e feita a sua integração na Unidade Técnica da Reforma do MCT;</p> <p>§ Identificados os técnicos para serem capacitados em matérias do Sistema Nacional de Arquivos de Estado (SNAE) com vista a harmonizar a sua implementação com o classificador de correspondência oficial do MCT e realizado encontro com o CEDIMO para discutir os mecanismos de formação;</p> <p>§ Realizados dois encontros para discussão do SNAE e consolidação do classificador de correspondência oficial e um encontro para estudo da legislação sobre assistência médica e medicamentosa e divulgação dos discursos do Presidente da República publicados no livro “A Nossa Missão”;</p> <p>§ Concluído o relatório de análise funcional do MCT;</p> <p>§ Criado o boletim informativo do MCT;</p> <p>§ Elaborado manual de gestão financeira para orientação dos gestores financeiros na correcta utilização dos fundos públicos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> •
Profissionalização da Função Pública	<p>§ Revisto o o plano de formação</p> <p>§ Efectuada a progressão de 8 funcionários e promoção automática de 12 funcionários que já tiveram nomeação definitiva;</p> <p>§ Formados 34 funcionários, durante 3 meses em língua inglesa nos níveis principiante, elementar e pré-intermédio;</p> <p>§ Distribuídas brochuras de aconselhamento sobre matérias de HIV-SIDA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir as necessidades de formação, pois mais de 50% do total dos funcionários é um desafio de modo a salvaguardar o funcionamento normal da instituição. • A promoção automática está na fase de obtenção do visto do

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> Divulgada a Lei 4/07 de 7 de Fevereiro e do decreto 53/07 de 3 de Dezembro; Estendido o pagamento de pensões via POS a todas as Delegações; Expansão do Sistema para todos os Distritos 	
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<p>Inspecção Administrativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Divulgados os Decretos 30/2001 de 15 de Outubro, que aprova as normas de funcionamento dos serviços da administração pública e do Decreto 54/2005 de 13 de Dezembro que aprova o Regulamento das contratações e empreitadas <p>INEFP</p> <ul style="list-style-type: none"> Nomeados delegados ou coordenadores do INEFP para todas as províncias em que ainda não se encontrava operacionalizado o INEFP, em Manica, Tete e Cabo Delgado; Solicitada a alocação directa às diferentes províncias pelo Ministério das Finanças de fundos resultantes de receitas consignadas para aceleração da implementação da Estratégia de Emprego e Formação Profissional 	<ul style="list-style-type: none"> O fim desta acção é colocar em todas as províncias delegados do instituto
Profissionalização da Função Pública	<p>INEFP</p> <p>10 funcionários formados na área de informática</p>	
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<p>Inspecção administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> Consciencializada a liderança sobre o papel as auditores no fortalecimento da boa governação e combate a corrupção. <p>INEFP</p> <ul style="list-style-type: none"> Apresentada a versão final do sistema informático para a gestão de fundos do INEFP; Iniciado o processo de assinatura de memorando com os distritos para facilitar uma intervenção coordenada no âmbito da implementação da Estratégia de Formação Profissional, 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de aplicação da Legislação

Ministério da Agricultura

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<ul style="list-style-type: none"> Serviços aos produtores: (i) reforço da capacidade de extensão através da capacitação dos extensionistas (ii) aquisição de meios de trabalho – kits e motorizadas – e (iii) monitoria e controle de pragas; Lançados e divulgados de manuais de tecnologias agropecuárias (Brochuras, CD e Cassetes); 	Necessidade de visitar a organização dos serviços de agricultura ao nível dos distritos;

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalizadas 588 parcelas de terras; • Em curso a reabilitação e construção de infra-estruturas de irrigação; • Monitoria das campanhas de vacinação, aquisição de doses de vacinas contra o carbúnculo e newcastle, banhos carracidas; • Disponibilização da informação sobre mercados e preços; • Divulgação e promoção de projectos de intensificação da agricultura nas culturas de batata reno e trigo; • Divulgação dos benefícios do uso de sementes melhoradas; • Realização de campanhas fitossanitárias; • Reactivação da assistência aos produtores de semente para o aumento da disponibilidade da próxima campanha; • Assistência técnica ao sector privado na prospecção e identificação das zonas afectadas pela mosca da fruta que culminou com a criação de quarentenas domésticas; 	
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Realizados cursos e/ou seminários, com vista a adoptar os órgãos locais de melhor capacidade; • Realizadas visitas de monitoria das actividades de gestão e administração de Recursos Humanos no Primeiro Semestre nos Órgãos Centrais e Locais do MINAG; • Concluído o Plano de Actividades para os órgãos locais; • Realizado um estudo sobre a descentralização na agricultura; • Estudo do impacto dos processos de DUAT; • Realização de seminários de planificação envolvendo os órgãos locais; • Monitoria dos projectos de desenvolvimento local; • Assistência ao distrito de Morrumbene na preparação da Conferência de Investidores; 	<p>Há problemas em alguns órgãos locais, nomeadamente as Secretarias Provinciais por estas não terem conhecimento da legislação sobre desconcentração e de algumas actividades desenvolvidas no MINAG.</p> <p>Necessidade de se promover um debate aprofundado sobre o papel do Estado na Agricultura;</p>
Profissionalização da Função Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de formação dos funcionários (i) formações no âmbito do plano de formação do MINAG (ii) revisão do Quadro de Pessoal (iii) desvinculações antecipadas (iv) promoções e progressões; 	
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Acções de inspecção (i) verificação do cumprimento das decisões tomadas superiormente da legislação pelos serviços de Inspecção (ii) realizadas visitas às Direcções Provinciais de Agricultura de Inhambane, Sofala, Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e PIF – Nacala (iii) realizadas visitas às Direcções Provinciais de Agricultura de Inhambane, Sofala, Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e PIF – Nacala (iii) realizadas visitas às Direcções Nacionais e Instituições subordinadas, DAF, DNTF, INCAJU; 	<ul style="list-style-type: none"> • Agenda para o III trimestre na área de gestão financeira; • Formação e gestão do património; • Continuação de formações ao abrigo do Decreto 54/2005, de

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<ul style="list-style-type: none"> • Acções na área financeira (i) supervisão financeira e patrimonial (ii) supervisão na área de aprovisionamento (aquisição de bens e serviços e aplicação do decreto 54/2005, de 13 de Dezembro (iv) auditoria financeira; • Realizada a deslocação à Direcção Provincial de Agricultura de Sofala, na sequência de cartas anónimas de funcionários que acusavam o respectivo Director, Engº António Limbau de gestão danosa; • Realizada a deslocação à Direcção Provincial de Agricultura de Cabo Delgado para esclarecer a acusação de 2 operadores do sector madeireiro, nomeadamente MACALOE Lda, SAFTRADE e da PANGA – Empresa de Madeiras Lda, ao Director Provincial, Engº Oliveira Amino, pela forma duvidosa e pouco clara como gere a actividade de exploração de madeiras na província; • Efectuada uma deslocação à Direcção Provincial da Agricultura da Zambézia para junto da Direcção de Finanças garantir a implementação da exposição do Sr. Lacerda Cardoso, dirigida à Sua Excia Senhor Presidente da República; • Deslocação ao Posto de Inspeção Fitossanitária de Nacala, por despacho de Sua Excelência a Vice-MINAG para aprofundar o relatório apresentado pela Direcção Provincial de Agricultura de Nampula que acusava 3 funcionários de desvio de fundos; • Analisada junto da Direcção de Administração e Finanças do MINAG a reclamação da CONTABIL (MOÇ) Lda sobre irregularidades no concurso público para aquisição de motorizadas; • Analisada junto da INCAJU a reclamação da CONTABIL (MOÇ) Lda sobre irregularidades no concurso público para aquisição de pesticidas; 	<p>13 de Dezembro;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do plano de acção dos resultados da auditoria; • Implementação e acompanhamento das recomendações das auditorias; • Formação básica em procedimentos e contabilidade pública. • Produzido relatório com as recomendações para normalizar a situação. • Produzido relatório com recomendações para normalizar a situação. • A reclamação da CONTABIL foi considerada improcedente. • Também neste caso a reclamação da CONTABIL foi considerada improcedente.

Anexo 3: Implementação da Reforma do Sector Público ao nível Provincial

1. Cabo Delgado

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
<p>Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado</p>	<p>1.1. Entrada em funcionamento de três postos de Registo de Nascimentos nos centros de Saúde de Natite, Cariacó e no Hospital Provincial de Pemba 1.2. Instalada a rede electrónica do Governo nas direcções provinciais do Plano e Finanças, Turismo, Educação e Cultura, Agricultura, Secretaria Provincial, Direcção Provincial da Mulher e Acção Social. 1.3. Nomeado o director do Balcão de Atendimento Único de Pemba 1.4. Capacitação de 21 funcionários distritais em matéria de gestão de banco de dados numa parceria entre o PPFd e a Fundação Agha Khan – Projecto Pontes para o Futuro. 1.5. Actualizado o Portal de Internet e Informalizado o Banco de Dados. 1.6. Aberto o Centro de Informação e difusão estatística aos Usuários 1.7. Iniciado o Processo de criação e Instalação de Banco de Dados em 18 Escolas Secundárias do Segundo grau. 1.8. Adquirido o equipamento informático para criação de Arquivo electrónico na Secretaria Provincial e Gabinete de Governador. 1.9. Iniciado o processo de capacitação de escolas secundárias gerais com material para autenticação de documentos e em curso o programa de divulgação do decreto 66/99 de 5 de Novembro através da TVM.</p>	<p>1.1 A integração dos serviços de registo de nascimentos nos hospitais visa garantir o registo das crianças após a nascença e reduzir o número de crianças não registadas. Estão integrados os serviços de Registos e Notariado e de saúde, e espera-se adicionar ao nível da cidade de Pemba os serviços do Conselho Municipal para efeitos de registo de óbitos.</p> <p>1.2. Acção inserida na política de Informática e o processo de expansão do GovNet.</p> <p>1.3 Fraca aderência por desconhecimento público da existência do Programa do consumo de Internet</p>
<p>Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado</p>	<p>2.1. Colocados 16 técnicos de contabilidade em cada um dos 16 distritos da província, no âmbito do PROCADIS, adicionando aos 16 técnicos superiores afectos no segundo semestre de 2007. 2.2. Realizado seminário de divulgação da LOLE e da Fase II da Reforma aos governos distritais de Namuno, Balama, Montepuez, Chiure, Pemba/Metuge, Mecufi; Mueda, Macomia, Mocimboa da Praia e Palma. 2.3. Reforçada a capacidade de organização e preparação das sessões do Governo Provincial com a nomeação do Secretário do Governo Provincial. Foi lançado o concurso para a aquisição do equipamento para reforço da capacidade do Governo Provincial (3 computadores, uma maquina fotocopadora industria). 2.4. Concluída a elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (Muidumbe, Quissanga, e Ibo).</p>	<p>2.1. Através do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas – PPFd foi, antes, reforçada a capacidade técnica na Secretaria Provincial e na Direcção Provincial do Plano e Finanças, com a contratação e afectação de 6 técnicos, sendo 1 jurista e 5 técnicos profissionais.</p> <p>2.4. Com a elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital nos três distritos indicados, ficou completo</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>2.7 Realizada a Elaboração dos Planos estratégicos dos Municípios de Mocimboa da Praia e Montepuez.</p> <p>2.5. Enquadrado o pessoal contratado.</p> <p>2.6 Realizadas visitas de assistência no local de trabalho aos órgãos do Estado nos Distritos de Maluco, Ibo, Quissanga, Muidumbe, e Nangade.</p> <p>2.7. Elaborados os planos estratégicos dos municípios de Mocimboa da Praia e Montepuez.</p>	<p>o ciclo de elaboração de PEDDs) nos 16 Distritos de cabo Delgado.</p>
<p>Profissionalização da Função Pública</p>	<p>3.1. Realizada acção de capacitação aos usuários do SISTAFE dos Distritos de Montepuez, Mueda Chiure e Mocimboa da Praia. Beneficiaram-se desta Capacitação 36 Funcionários</p> <p>3.2. Realizados dois (2) Seminários regionais (Zonas Sul e Centro) de capacitação no âmbito do Sistema de Registo e Controlo das receitas do Estado com a participação dos Secretários permanentes distritais, Chefes de Secretarias e Contabilistas dos serviços Distritais.</p> <p>3.3. Disseminada em cascata os resultados do seminário sobre registo e controlo de receitas em todos os distritos</p> <p>3.4. Capacitados em matérias de Gestão de Documentos e Arquivo do Estado todos os distritos e Secretaria Provincial num total de 40 Funcionários.</p> <p>3.5. Capacitados em matérias de Gestão de Pessoal e Recursos Humanos 32 funcionários dos distritos da Província.</p> <p>3.6. Capacitados em matérias de gestão de pessoal e recursos humanos a 32 funcionários dos distritos da província.</p> <p>3.7. Supervisionado o processo de estudo da legislação diversa nos sectores segundo o decreto 30/2001.</p>	<p>3.2. Os seminários no âmbito do registo e controlo de receitas têm como objectivo ajudar os distritos a melhorar o processo de arrecadação de receitas e por essa via melhorar a capacidade de intervenção do Estado na prestação dos serviços básicos.</p>
<p>Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção</p>	<p>4.1. Constituídas 32 Unidades Gestoras e Executoras de Aquisições (UGEA's) no quadro da implementação do Decreto 54/2005, de 13 de Dezembro.</p> <p>4.2. Simplificado o Guião de Participação e Consulta Comunitária, e testado junto dos Conselhos Consultivos, Equipas Técnicas Distritais de Apoio à Planificação, e ONG's em todos os distritos.</p> <p>4.3. Tramitados 21 processos disciplinares, sendo 8 resultado em expulsão, 9 em demissão, 1 de despromoção e 3 de rescisão de contrato, por desvio de fundos, falsificação de certificados, falta de assiduidade, e acidentes de viação por condução não autorizada e em estado de embriaguez.</p> <p>4.4. Treinadas e capacitadas as UGEA'S no manual de procedimentos do Decreto 54/2005 de 13 de Dezembro a todos os níveis</p>	<p>4.1. O bom funcionamento das UGEAs haverá necessidade de treinamento e capacitação dos membros sobre o Manual de Procedimentos do Decreto 54/2005.</p> <p>4.2. Esta actividade é desenvolvida pelo PPF.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>4.5 Instruídos 20 Processos disciplinares, sendo 4 funcionários expulsos, 5 demitidos, 2 despromovidos, 3 multados e 6 rescisão do contrato.</p> <p>4.6. Realizadas 2 visitas de supervisão a todos distritos para a divulgação do Relatório Nacional das acções realizadas no âmbito da RSP e recolha das acções implementadas nos distritos.</p>	

2. Província de Niassa

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<p>1.1. Instalado o GovNet em 6 instituições (Gabinete do Governador, Secretaria Provincial, DPPF, DPEC, DPS, DPA).</p> <p>1.2. Instalada rede de comunicação interna e intersectorial nas Direções Provinciais de Saúde, Educação e Cultura, Plano e Finanças, Gabinete do Governador e a Secretaria Provincial.</p> <p>1.3. Melhorada a capacidade de apoio às Sessões do Governo Provincial em termos de alocação de equipamento informático para organização das Sessões do Governo Provincial.</p> <p>1.4. Criados dois postos de Registo de Nascimentos, um no Hospital Provincial de Lichinga e o segundo no Hospital Rural de Cuamba, o que resultou em 7.252 registos de crianças. O universo de crianças previstas a serem registadas em 2008 em é de 94.315 em toda a Província.</p> <p>1.5. Realizada a campanha de Registo de Nascimentos nos distritos de Sanga e Maúa através de brigadas móveis.</p> <p>1.6. Estabelecido um Balcão de Informação Turística na DPTUR e produzidos boletins informativos mensais na DPIC, DPTUR e DPA.</p> <p>1.7. Definido um quadro de pessoal e afectos novos técnicos para o BAÚ. Reabilitado o BAÚ. Elaborados os termos de referência para o Director do BAÚ.</p>	<p>1.1. Melhorado o processo de articulação e circulação de informação e da coordenação interinstitucional.</p> <p>1.4. O estabelecimento deste serviço no Hospital Provincial de Lichinga e no Hospital Rural de Cuamba reduziu a incidência de número de crianças não registadas após a nascença, aproximando desta feita os serviços de registo ao cidadão.</p> <p>1.3. Com a instalação do equipamento informático e fotocopiadora na sala de sessões foram reduzidos os custos administrativos na reprodução de documentos fundamentalmente, e ficou resolvido o problema de falta de disponibilidade atempada dos documentos a serem apresentados nas sessões do governo.</p> <p>1.6. Foram editados 6 exemplares dos</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>1.8. No âmbito do licenciamento de actividades económicas, reduziu de 12 dias em 2007 para 02 dias no ano de 2008. No âmbito do DUAT reduziu de 100 dias em 2005 para 85 dias, e em 2006 passou para 85 dias, tendo reduzido para cerca de 80 dias em 2007, mantendo-se os 80 dias em 2008.</p> <p>1.9. Introduzida e em funcionamento o sistema informático online de emissão do registo criminal, tendo reduzido de 15 dias para 3 o tempo de emissão. O registo comercial reduziu de 90 dias para 30 dias.</p> <p>1.10. Como consequência da simplificação dos procedimentos na emissão de passaportes e DIRE, reduziu o tempo para obtenção de 15 para 2 dias, e de 45 para 07 dias respectivamente. A emissão de carta de condução já leva no máximo 2 dias para a sua obtenção, exceptuando aqueles casos em que o requerente quer a 2ª Via da Carta emitida noutra Província.</p> <p>1.11. Foi adoptado um mecanismos descentralizado de pagamento de pensões aos antigos combatentes, com recurso aos serviços de correios, estando neste momento a beneficiar 900 antigos combatentes. Esta decisão reduziu os custos com deslocações por parte dos beneficiários.</p> <p>1.12. A publicação de listas de Bis já emitidos e a criação de brigadas móveis, resultou no levantamento até finais do mês de Junho, de 1.461 Bilhetes de Identidade.</p> <p>1.13. Registadas em 2008 52.829 crianças.</p> <p>1.14. Criado na Secretaria Provincial do Niassa, um Gabinete de Consulta Pública, que oferece diversa informação sobre as realizações do Governo Provincial e distritais.</p>	<p>boletins informativos de cada uma das instituições, e divulgado o Decreto de 39/2003 e 49/2004 sobre matérias de redução de barreiras administrativas no licenciamento industrial e comercial.</p> <p>1.10. Estão sendo divulgados os procedimentos que os cidadãos precisam de tomar conhecimento nos procedimentos de emissão de passaportes e DIREs, como também dos processos relacionados com a obtenção de carta de condução.</p>
<p>Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado</p>	<p>2.1. Capacitados 15 Secretários Permanentes Distritais e gestores financeiros dos serviços distritais sobre Regras de Execução dos Orçamentos Distritais. Como resultado dos processos de treinamento e dos mecanismos institucionais já estabelecidos, os actos relacionados com aquisição de bens e serviços pelo Estado são publicitados através de concursos público.</p> <p>2.2. Capacitados 6 técnicos provenientes de (3 distritos e 3 municípios); 15 Directores dos Serviços Distritais de Actividades Económicas e 15 técnicos, nos procedimentos para o licenciamento de actividades económicas e requalificações de estabelecimentos comerciais.</p> <p>2.3. Realizado pelo ISAP o Curso executivo de Liderança e Gestão de Relacionamento a 15 Administradores Distritais e Secretários Permanentes.</p> <p>2.4. no âmbito da capacitação dos governos distritais seleccionados pelo projecto piloto do MAE, foram alocados 7 técnicos em Sanga, Mecnhelas e Ngaúma dos quais 2 técnicos para cada um dos três, sendo 1 superior e 1 médio; e para o Distrito de</p>	<p>2.1. A prática de abertura de concursos público em todas as aquisições de bens e serviços pelo Estado, e a constituição das UGEAs permite um maior controlo dos processos relativos a concursos públicos, no entanto deve-se prestar muita atenção ao aspecto da capacitação dos técnicos da UGEAs, e divulgar mais os procedimentos definidos no Dec. 54/2005.</p> <p>2.4. O processo de alocação de técnicos no âmbito do Projecto de capacitação dos 54 distritos piloto, foram seleccionados 5</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>Marrupa apenas 1 técnico médio.</p> <p>2.5. Treinados funcionários das secretarias distritais na gestão financeira e de recursos humanos nesta última, no que tange a contagem de tempo, promoções, progressões, nomeações provisórias e definitivas e nos processos disciplinares.</p>	<p>distritos de Niassa, Mecula, Marrupa, Mecanhelas, Sanga e Ngaúma.</p>
<p>Profissionalização da Função Pública</p>	<p>3.1. A decorrer desde 20 de Fevereiro de 2008 o Curso Profissional Superior em Administração Pública do Tipo 1, ministrado pelo ISAP, que conta com 32 formandos entre membros do Governo Provincial e outros quadros.</p> <p>3.2. Em formação 158 funcionários públicos da província em Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira, cursos modulares ministrados no âmbito do SIFAP.</p> <p>3.3. Realizadas 10 sessões do Fórum Provincial de Gestores de Recursos Humanos</p> <p>3.4. Capacitados 169 técnicos em gestão documental e arquivos do Estado.</p> <p>3.5. Graduados 35 funcionários públicos pelo IFAPA de Lichinga</p> <p>3.6. Admitidos 14 novos técnicos médios e superiores.</p> <p>3.7. Capacitados 260 membros das UGEAS provinciais e distritais.</p>	
<p>Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção</p>	<p>4.1. Criadas e capacitadas 15 UGEAs distritais em procedimentos de aquisição de bens, prestação de serviços e adjudicação de empreitadas do Estado, à luz do decreto 54/2005 de 13 de Dezembro.</p> <p>4.2. Curso a preparação para o estabelecimento do Fórum Provincial de Contabilistas e chefes de Planificação.</p> <p>4.3. Divulgadas as actividades desenvolvidas pelo BAÚ e dos procedimentos simplificados para obtenção de DIRE, Passaporte e Carta de Condução através da Emissora Provincial da RM. Apresentados os resultados do balanço das actividades sectoriais em debates radiofónicos.</p> <p>4.4. Realizadas acções de capacitação às IPCCs com vista a aumentar o seu domínio dos processos de gestão da coisa pública, com vista a ganharem competência para a fiscalização da implementação dos programas e da gestão e execução financeira.</p> <p>4.5. Realizadas actividades de advocacia nos sectores e divulgada a Estratégia Anti-corrupção. Revitalizada a inspecção administrativa local do Estado.</p>	<p>As UGEAS recentemente criadas vão continuar a beneficiar das acções de formação regular a serem ministradas pela Direcção Provincial do Plano e Finanças.</p> <p>4.3. A realização de debates radiofónicos e a divulgação das acções realizadas pelo governo provincial e das medidas no âmbito da simplificação de procedimentos administrativos é parte da estratégia do governo provincial de alargamento dos mecanismos de participação e de controlo social com vista a promover a transparência na gestão do bem público.</p>

3. Província de Nampula

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentário/Problemas/Medidas de Mitigação
<p>Melhoria da prestação de serviços ao cidadão e ao sector privado</p>	<p>1.1. Estabelecido um Balcão de Informação Turística (BIT) no Aeroporto Internacional de Nampula.</p> <p>1.2. Capacitados cerca de 30 funcionários do sector de turismo em Liderança de Comércio e Serviços no âmbito da integração regional a nível da SADC.</p> <p>1.3. Reduzido de 15 para 5 dias o tempo de licenciamento de actividades económicas ao nível do Balcão de Atendimento Único – BAU.</p> <p>1.4. Unificação dos Serviços de Fiscalização Florestal e Fitossanitário junto ao Porto de Nacala.</p> <p>1.5. No âmbito dos 7 milhões, foram assinados Memorandos de Entendimento entre a Direcção Provincial do Trabalho e todos os Governos Distritais.</p> <p>1.6. Divulgada a Nova Lei do Trabalho nos sectores e a nível dos distritos.</p> <p>1.7. Reaberto o Posto de Registo Civil, no Posto Administrativo de Natikiri. Com a reabertura do posto colocado o serviço de registo civil mais próximo dos cidadãos.</p> <p>1.8. Reduzido o período de emissão de certificados de conclusão de nível escolar de cerca de 4 meses para 1 mês.</p> <p>1.8. No âmbito do programa “A arte de bem construir”, foi assinado um memorando de entendimento entre o MOPH e o PPF para a criação da Vila de Tecnologias de Construção Alternativa (Local) em Namialo.</p> <p>1.9. Em fase conclusiva a criação de um Serviço de Controle de Sanidade, no Aeroporto Internacional de Nampula.</p> <p>1.10. Realizada divulgação da linha de crédito se juros do Fundo Nacional de Turismo aberta para operadores turísticos afectados pelo ciclone “jokwe” que atingiu a zona costeira do província de Nampula.</p>	<p>1.1. O BIT destina-se a prestar informações sobre o potencial turístico da Província de Nampula aos turistas e potenciais investidores.</p> <p>1.3. O BAU possui instalações próprias para funcionamento. No quadro da capacitação institucional do BAU, foi instalado diverso equipamento informático em Janeiro de 2008, através da UTICT, com alocação de 19 computadores, 22 UPS, 20 monitores, 1 fotocopiadora digital, 1 servidor, 1 impressora.</p> <p>1.4. A unificação dos serviços visa fundamentalmente a simplificação de procedimentos para a implementação dos Regulamentos Florestais e de Quarentena Vegetal.</p> <p>1.5. Os constrangimentos na gestão do pacote 7 milhões chamaram a necessidade de capacitação dos Governos Distritais, os jovens empreendedores e outros actores no processo, em matérias de gestão empresarial.</p> <p>1.7. A reabertura do Posto de Registo Civil, no Posto Administrativo de Natikiri irá contribuir para a redução do número de cidadãos sem registos de nascimento. E vai reduzir a pressão sobre os Serviços de Registo e Notariado da Cidade de Nampula.</p>
<p>Fortalecimento da capacidade dos órgãos locais com enfoque no distrito</p>	<p>2.1. Reforçada a capacidade técnica dos Distritos de Eráti, Malema, Memba, Angoche, Nacala-à-Velha, Moma e Lalaua, com a afectação de 13 técnicos contratados pelo MAE no âmbito do projecto de capacitação dos governos distritais integrados (54 distritos piloto).</p> <p>2.2. Reforçada a capacidade técnica de todos os Distritos da Província de Nampula com a formação de 42 técnicos em técnicas de planificação descentralizada.</p>	<p>2.4. Está em curso o processo para a descentralização dos serviços de cadastro para os distritos de Angoche e Ribáuê cuja entrada em funcionamento está prevista para 4º trimestre de 2008.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentário/Problemas/Medidas de Mitigação
	<p>2.3. Formados 100 funcionários, sendo 58 dos sectores a nível da Cidade de Nampula e 42 dos distritos, em matéria de Planificação e Orçamentação para o ano de 2009.</p> <p>2.4. No âmbito do Decreto 93/2005, sobre os 20% de retorno dos fundos de exploração de recursos naturais para o desenvolvimento das comunidades, foram entregues cerca de 3.600 milhões de meticais aos 14 governos distritais, nomeadamente de Meconta, Mogincual, Memba, Nacaro, Muecate, Murrupula, Moma, Mogovolas, Lalaua, Angoche, Malema, Mossuril, Mecuburi e Eráti, para benefício das comunidades respectivas.</p> <p>2.5. Criado e em funcionamento dos Serviços de Cadastro nos Distritos de Monapo, Malema e Mossuril e descentralizada a atribuição de licenças de exploração florestal para o distrito.</p> <p>2.6. Adjudicada a obra de reabilitação do Centro de Boa Governação de Namaíta.</p>	<p>2.5. A desconcentração da aprovação de licenças de operadores florestais pelos governos distritais está a favorecer o envolvimento das comunidades na tomada de decisão.</p> <p>2.6. O Centro de Boa Governação será um dos mais importantes centros de gestão de conhecimento e repositório de expertise em matéria de boa governação, através do qual, experiências de sucesso serão estudadas e replicadas para os diferentes contextos a nível dos governos distritais.</p>
Profissionalização da Função Pública	<p>3.1. Realizadas 4 sessões do Fórum Provincial de Gestores de Recursos Humanos, sendo que a segunda contou com a participação de Sua Excia o Vice-Ministro da Função Pública.</p> <p>3.2. Realizado em parceria com o ISAP um curso sobre Liderança e Gestão de Relacionamento, dirigido aos 20 Administradores e 20 Secretários Permanentes Distritais da Província.</p> <p>3.3. Capacitação de 11 funcionários públicos do Distrito de Mecuburi, sendo 4 em gestão financeira e 7 em gestão de recursos humanos.</p> <p>3.5. Realizadas visitas de troca de experiências entre as DPPF de Sofala e de Nampula em matérias de gestão financeira, gestão de recursos humanos e secretariado.</p> <p>3.6. Realizadas visitas de troca de experiências entre a DPPF e a DPPF da Zambézia em matéria de gestão de procurement.</p>	<p>3.1. O fórum de Gestores de Recursos Humanos é um espaço privilegiado de troca de experiências e espaço por excelência, para aprimoração de práticas de gestão desta importante componente para o desenvolvimento da função pública.</p> <p>3.2. O curso teve como objectivo fazer o alinhamento dos métodos de trabalho entre os Administradores Distritais e respectivos Secretários Permanentes onde se conclui haver espaço para a melhoria das relações de trabalho</p>
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<p>4.1. Premiados os melhores funcionários do ano de 2007.</p> <p>4.2. Criada uma comissão para a censura dos certificados emitidos na Escola</p> <p>4.3. Realizado um seminário dirigido aos funcionários da DPPF sobre a Gestão Patrimonial e Procurement, Decretos 23/2007 e 54/2005 de 9 de Agosto e 13 de Dezembro, respectivamente.</p> <p>4.4. Capacitados 69 funcionários dos diferentes sectores sobre o SISTAFE, sendo 7 de nível distrital.</p> <p>3. Expulsos de 2 funcionários da DPPF por desvio de fundos.</p> <p>4.4. Constituídas 3 UGEAs, nomeadamente na Universidade Lúrio, na Direcção</p>	<p>4.1. Os prémios atribuídos aos funcionários destacados em 2007, constituem um incentivo pelo zelo e dedicação pelo trabalho. Foram contemplados cerca de 63 funcionários dos diferentes sectores, governos distritais.</p> <p>4.2. A actividade visa minimizar e/ou eliminar eventuais casos de viciação de certificados de habilitações literários.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentário/Problemas/Medidas de Mitigação
	Provincial do Trabalho e no Centro Regional de Ciência e Tecnologia, e capacitadas, em coordenação com a UFSA todas as UGEAs a nível provincial. 4.5. Concebido o Barómetro de Boa Governação	4.5. A Província de Nampula, é a única e a primeira a desenvolver/conceber o modelo de Barómetro de Boa Governação. Foi seleccionado o distrito de Mogovolas para o programa piloto. Foi já concebido o modelo Local e apresentado ao Governo Distrital e respectivas equipas Técnicas, que incluem os Conselhos Consultivos Locais.

4. Província da Zambézia

Prioridade	Resultado Alcançado	Comentários/Problemas/ medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de serviços ao cidadão	Extensão dos serviços de registo de nascimento através de brigadas móveis regulares em todos Distritos e também do recurso as unidades fixas nas unidades sanitárias como Hospital Provincial de Quelimane, Rurais de Mocuba, Goruê e Molocué	Fraco conhecimento nas comunidades da necessidade de Registo das crianças
	Redução do tempo de espera para obtenção do Registo Criminal de 45 dias passando para até 3 dias máximo.	Por dificuldades do Sistema frequentemente registam se situações de anormalidade ligadas ao não funcionamento da ligação da Gov-net, que suporta electronicamente a base de dados para este serviço.
	Diálogo permanente dos usuários dos serviços e os prestadores do serviços de saúde, através dos Gabinetes de Utentes nos (Hospital Provincial de Quelimane, Rurais de Goruê, Milange, Molocué, Mocuba e Morrumbala.	Fraca aderência do público aos gabinetes do utente o que pode traduzir se em satisfação das populações em relação aos serviços prestados pelo sector.
	Maior acessibilidade sobre os preços e serviços a pagar nas unidades sanitárias	
Fortalecimento da capacidade dos órgãos locais com enfoque no Distrito	Reforçada capacidade técnica e analítica nos distritos abrangidos pela afectação destes 17 técnicos médios e superiores.	A grande dificuldade para a implementação efectiva de iniciativas como esta tem a ver com a falta de condições que motivem ao técnicos a ficarem nos distritos.
	Concebidos e aprovados em 14 Distritos (Milange, Ile, Mopeia, Chinde, Alto Molocué, Maganja da Costa, Namarroi, Nicoadala, Lugela, Namacurra, Inhansunge, Morrumbala, Pebane e Gilé) instrumentos estratégicos de orientação para o Desenvolvimento do Distrito. Criadas 16 equipas de planificação distrital;	O problema/comentário aqui podemos apontar é a falta de investimentos para corpo as várias iniciativas locais que podem alavancar o desenvolvimento do Distrito
	Flexibilidade na realização da acção governativa na base. Maior transparência na gestão financeira e patrimonial pública na província graças ao desempenho das UGEAS (criadas e consolidadas 64 nas inst.públicas de toda a província).	
	Maior e melhor flexibilidade na gestão financeira e administrativa do estado a nível provincial e distrital (Mocuba, Gurue, Namacurra, Nicoada, Milange) por via do e-SISTAFE.	
	Tramitados 1.809 processos de promoções, progressões e mudança de Carreiras dos funcionários correspondentes a 16.7% da execução do programado.	

Profissionalização da Função Pública	Terminou a parte curricular da formação modular (SIFAP) que vinha decorrendo deste 2007, com estudantes de três turmas de nível médio em Administração Pública, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira e Patrimonial	Demora de pagamento dos ordenados dos facilitadores dos diversos módulos leccionados nos cursos.
	Capacitados 132 gestores Provinciais e distrital, de Recursos Humanos sobre elaboração do quadro de pessoal	Já foi terminado o processo de elaboração do quadro de pessoal da província da Zambézia.
	Realizadas de 10 sessões do Fórum Provincial e 11 Distritais de Recursos Humanos, respectivamente. Criado 1 Forum Provincial de Recursos Humanos e 16 Fora distritais;	
Fortalecimento dos sistemas de boa governação e combate a corrupção	Realizadas acções de Governação aberta e participativa, por Sexa Governador e sua equipa em 13 Distritos, 31 Postos Administrativos 55 Localidades e em 7 povoados.	
	Mecanismos Encontros e diálogo com representantes da sociedade o sector privado, confissões religiosas, funcionários públicos e diversas associações sociais e profissionais;	
	Criadas e consolidadas as Unidades Gestoras e Executoras das Aquisições (UGEA's) em todas Instituições do sector público na Província.	

5. Província de Sofala

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	1.1. Reduzido o tempo para emissão de certidão negativa de 15 para 1 dia. 1.2. Reduzidos os passos de tramitação de processos de gestão de recursos humanos e desconcentrada a competência de gestão do Governador para o Secretário Permanente. 1.3. O tempo para reconhecimento de sociedades comerciais e civis reduziu de 15 dias para 30 minutos. 1.4. Redução do tempo de licenciamento de actividades comerciais e industriais de 60 para 5 dias e 15 para 03 dias. 1.5. Informatização de procedimentos na emissão de despachos nos processos de gestão de recursos humanos ao nível da Secretaria Provincial 1.6. Realizado seminário sobre a gestão de documentação com a participação de 47 funcionários (chefes de secretaria e técnicos). 1.7. Modelo integrado passou a ser implementado em todos os distritos de Sofala; os NUIITS passaram a ser tratados nas secretarias distritais;	
Fortalecimento da Capacidade	2.1. Iniciadas obras de reabilitação do novo edifício do BAÚ.	O edifício no qual funciona o BAÚ possui

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
dos Órgãos Locais do Estado	<p>2.2. Elaboradas propostas de revisão dos limites das circunscrições territoriais da Beira, Dondo e Marromeu; uma proposta de delimitação do território da nova autarquia de Gorongosa; elaborada a proposta para criação de mais três postos administrativos.</p> <p>2.3. Capacitados 240 líderes comunitários em matérias do POG, decreto 15/2000 e LOLE;</p> <p>2.4. Revitalizados 165 núcleos sectoriais e distritais da RSP;</p> <p>2.5. Treinamento dos pontos focais sectoriais;</p> <p>2.6. Divulgação dos principais instrumentos da RSP;</p>	<p>problemas de saneamento e o Governo Provincial decidiu transferir para um edifício da Direcção Provincial do Plano e Finanças</p>
Profissionalização da Função Pública	<p>3.1. Realizada a revalidação dos dados do CUF nos 12 Distritos da Província de Sofala tendo sido abrangidos 13,428 funcionários, correspondendo a 95% do universo total de 14,410 funcionários.</p> <p>3.2. Capacitação de 91 técnicos em matéria de gestão documental e arquivos do Estado, no âmbito do SNAE</p>	<p>3.2. Está em curso a criação de comissões de avaliação de documentos, e ordenamento dos códigos de classificação de documentos alinhando ao SNAE.</p>
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<p>3.1. Em elaboração o plano de operacionalização da implementação do plano provincial de combate a corrupção</p> <p>3.2. Realizadas acções de assistência técnica no âmbito da divulgação da Estratégia Anti-corrupção.</p> <p>3.3. Formação de 120 líderes comunitários em matéria de governação e de combate à corrupção;</p>	

6. Província de Tete

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<p>1.1. Observados os prazos de 01 a 07 dias no licenciamento de actividades económicas ao nível do BAÚ de Tete.</p> <p>1.2. Do total de 129 funcionários foram emitidos 56 cartões de assistência médica e medicamentosa para os funcionários da Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação.</p> <p>1.3. Está em curso a criação de um Gabinete do Utente no Hospital Rural de Mutarara.</p> <p>1.4. Realizada campanha de registo de nascimento de crianças nos distritos de Angónia, Changara, Tsangano e Mutarara.</p> <p>1.5. Garantido o funcionamento dos serviços de Registo e Notariado no distrito de</p>	<p>1.2. A Província de Tete tem vindo a mobilizar desde o ano passado a atribuição de cartão de assistência médica e medicamentosa, para assegurar a satisfação dos direitos que os trabalhadores gozam em matéria assistência médica.</p> <p>1.3. O objectivo da criação do Gabinete do Utente é o de permitir que os utentes tenham um espaço onde poderão apresentar</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	Marávia;	problemas decorrentes da relação com os funcionários do Hospital.
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<p>2.1. Afecção de Técnicos de Planificação e Finanças e de Planeamento e Infra-estruturas nos distritos: Macanga (02 superiores), Changara (02 médios), Moatize (02 médios e 02 superiores), Angónia (03 médios e 01 superior) e Marávia (01 médio).</p> <p>2.2. Colocada uma Técnica de Registos e Notariados (conservadora) no Distrito da Marávia.</p> <p>2.3. Contratados 02 Técnicos médios de Contabilidade e Obras Públicas e 01 Assistente Técnico de contabilidade no âmbito do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) para o Distrito de Mágoè; 01 Técnico médio e 01 Assistente nos Serviços Distritais de Saúde Mulher e Acção Social de Mágoè.</p> <p>2.4. Contratados 36 Professores dos quais 19 N₃ e 17 N₄ e 105 alfabetizadores no Distrito de Mágoè.</p> <p>2.5. Um total de 28 estudantes finalistas das diferentes universidades do país participaram no projecto "Férias Desenvolvendo o Distrito", tendo realizado as suas actividade de estágio e aprendizagem nos distritos de Angónia, Moatize, Macanga, Chiúta, Marávia, Cidade de Tete e Cahora Bassa. Interagiram nas seguinte áreas: Divulgação do Sistema Nacional de Arquivo do Estado "SNAE", Agricultura, Saúde, Pecuária, Educação, Turismo, Comercio, Geologia e minas, Planificação de finanças descentralizadas, Obras públicas, Ambiente e Acção social e a componente de HIV/SIDA.</p> <p>2.6. Em construção o edifício do BAU do distrito de Mutarara.</p> <p>2.7. Reabilitada uma residência de Funcionários no distrito de Moatize e Residência do Chefe de Posto Administrativo de Chitima, Distrito de Cahora Bassa.</p> <p>2.8. Iniciado o processo de colecta de dados para a elaboração dos perfis ambientais dos distritos de Macanga e Chiúta.</p> <p>2.9. Reduzido o tempo de tramitação de expediente de cerca de duas a uma semana para apenas três dias nos distritos de Cahora Bassa, Angónia, Changara, Tsangano e Mutarara.</p>	<p>2.1. Um grande constrangimento para a manutenção dos técnicos tem a ver com falta de residências ao nível dos distritos. É importante a definição de uma política de construção de habitações para os funcionários que são contratados para trabalhar no distrito.</p> <p>2.4. Os professores contratados possuem formação psico-pedagógica.</p> <p>2.5. A experiência foi boa para os estudantes e para os distritos uma vez que foi possível da interacção com a realidade observar cenários e propor medidas práticas de melhoria na maneira como é realizado o trabalho, ao mesmo tempo que criou um espaço importante de oportunidade de emprego e de aprendizagem do saber fazer por parte dos estudantes.</p>
Profissionalização da Função Pública	<p>3.1. Até ao dia 31 de Março de 2008, do total de 10.959 Funcionários e Agentes do Estado, foram validados com conformidade Sectorial 9.594 funcionário e Agentes do Estado o correspondente a 88%.</p> <p>3.2. Graduados 8 funcionários provenientes dos Sectores Provinciais (Provincia 05, Distrito de Chifunde 01 e Distrito de Moatize 02) e Governos Distritais em</p>	<p>3.3. Um número significativo de gestores de recursos humanos carece de uma forte capacitação na elaboração do quadro de pessoal. Ao nível dos governos distritais há necessidade de se aprovarem os estatutos</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>Administração Pública e Autárquica no IFAPA da Beira.</p> <p>3.3. Concluída a elaboração dos quadro de pessoal provincial e distrital graças a forte assistência técnica dada pela Secretaria Provincial a todos os sectores e distritos.</p> <p>3.4. Constituída uma comissão de gestores de RH para a triagem dos processos a enviar ao Tribunal Administrativo representada pelas (Direcções Provinciais de Saúde, Educação e Cultura, Agricultura Obras Públicas e Habitação e Secretaria Provincial).</p> <p>3.5. Pelo menos 53 quadros do Comando Provincial da PRM-Tete (Directores, Chefes dos departamentos, Comandantes Distritais e Chefes das Brigadas da PIC) foram capacitados em conjunto com a Procuradoria Provincial.</p> <p>3.6. Tramitados 1013 processos de nomeação provisória com maior número para a Direcção Provincial da Educação e Cultura, e 1.023 processos de promoções e progressões dos quais 854 são de progressões.</p> <p>3.7. Realizado o curso executivo de Liderança e Gestão de relacionamentos para os administradores distritais e 10 secretários permanentes distritais.</p> <p>3.8. Reconhecimento do desempenho dos funcionários mais empenhados através de atribuição de diplomas a 77 melhores funcionários do ano 2007.</p>	<p>orgânicos dos serviços distritais.</p> <p>3.4. Pretende-se que seja criada uma capacidade técnica a nível provincial para análise prévia do expediente a enviar ao TA como forma eliminar os erros frequentes que resultam na devolução de processos.</p> <p>3.5. O objectivo da capacitação foi a implementação da nova filosofia relativa ao exercício da Instrução Preparatória dos Processos Crimes,</p> <ul style="list-style-type: none"> - Circular da execução permanente, - Prazos a observar na tramitação dos processos, - Tratamento legal dos instrumentos de crime, - Observância do dispositivo legal sobre arquivo dos processos-crime.
<p>Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção</p>	<p>4.1. Elaborada a primeira versão da ficha de inquérito que servirá de instrumento para medir o grau de satisfação dos cidadãos com relação aos serviços de saúde</p> <p>4.2. Constituída uma Equipa Multi-Sectorial para Análise das Sugestões e Reclamações dos Cidadãos, composta por 05 membros (Comando Provincial da PRM, DPSaúde, DPEducação e Cultura, Conselho Municipal de Tete e DPJustiça)</p> <p>4.3. Instaurados 16 processos disciplinares destacando-se 7 da Saúde, 4 da Educação e Cultura, 3 das Obras Públicas e Habitação, 1 das Pescas e 01 dos Serviços Distritais de Actividades Económicas no Distrito de Mágoè por abandono do posto de trabalho.</p> <p>4.4. Realizadas 03 sessões de estudo da legislação em todos Serviços Distritais de Mágoè.</p> <p>4.5. Elaborada uma proposta de programa radiofónico</p> <p>4.6. Criada Unidade Gestora de Aquisições (UGEA) no BAU composta por 09 funcionários de diferentes sectores. A equipa criada está subdividida em 03 subgrupos que corresponde: Obras, Bens e Serviços</p> <p>4.7. Criada a Unidade Gestora de Aquisição de Bens e Serviços no Distrito de Mágoè.</p> <p>4.8. Regularizado o processo de pagamento de salários via Banco para 12 funcionários</p>	<p>O programa terá lugar nos meses de Abril a Novembro (total de 08 debates) abarcando as áreas da PRM, Procuradoria Provincial e Justiça, Saúde, Educação e Cultura, BAU e o Conselho Municipal de Tete</p> <p>4.5. O programa radiofónico terá lugar entre os meses de Abril a Novembro, e cerca de 8 debates serão realizados, e vai incidir sobre algumas áreas tais como: Polícia, Procuradoria Provincial e Justiça, Saúde, Educação e Cultura, BAU e o Conselho Municipal de Tete.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>dos Serviços Distritais Saúde, Mulher e Acção Social de Mágoè.</p> <p>4.9. Realizados dois (02) seminários sobre a contratação de empreitadas de obras públicas e fornecimento de bens e serviços para os técnicos (06) de contabilidade nos serviços existente no Distrito de Chiúta.</p> <p>4.10. Realizados debates radiofónicos e interactivos entre os dirigentes dos sectores provinciais e cidadãos (PRM, Procuradoria Provincial da República, Saúde, Educação e Cultura, BAÚ e Conselho Municipal.</p> <p>4.11. Consolidação da inspecção financeira interna no Distrito de Tsangano.</p> <p>4.12. Divulgada a estratégia anti-corrupção aos membros das IPCCs ao nível dos distrito de Zumbo.</p>	

7. Província de Manica

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<p>1.1. Reorganizada a escala de serviço do pessoal médico nas consultas externas do Hospital Provincial de Chimoio, o que permitiu reduzir o tempo médio de acesso ao médico após a marcação de uma consulta externa na Medicina, dos anteriores 5 dias registados em 2007 para os actuais 2 a 3 dias;</p> <p>1.2. Ainda na sequência da reorganização da escala de serviço do pessoal médico nas consultas externas do Hospital Provincial do Chimoio, reduziu o tempo médio de atendimento médico dos pacientes no Banco de Socorros, dos anteriores 45 mn para os actuais 30 mn;</p> <p>1.3. Reduzido o tempo médio de acesso aos medicamentos pelos pacientes após entrega das receitas médicas nas farmácias do Hospital Provincial de Chimoio e do Centro de Saúde Eduardo Mondlane, dos anteriores 20 à 25 mn para os actuais 5 à 10 mn, como resultado do reforço do efectivo, da disponibilidade de embalagens para o empacotamento dos medicamentos, do pré-empacotamento dos medicamentos, e da introdução da taxa única do preço dos medicamentos que eliminou o tempo levado para calculo do preçário em função do tipo e da quantidade de medicamentos receitados;</p>	<p>Na sequência das recomendações de S. Excia a Ministra da Função Pública à Província de Manica, e do Workshop realizado em Namaacha, houve necessidade de rever as actividades inscritas no Plano Provincial-2008, de modo a adequa-lo às novas exigências do Programa da Reforma do Sector Público na sua Fase II, que é o da melhoria da qualidade de prestação de serviços e redução do tempo de resposta às solicitações dos cidadãos.</p> <p>Neste quadro, considerou-se pertinente o trabalho junto dos sectores, visando colher dados indicativos sobre a melhoria na prestação de serviços, com enfoque para o</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>1.4. Reduzido o tempo médio de acesso aos resultados da análise de malária para casos urgentes no Centro de Saúde Eduardo Mondlane, dos anteriores 30 à 45 mn para os actuais 10 à 15 mn, como resultado da introdução do teste rápido;</p> <p>1.5. Reduzido o tempo médio de acesso aos resultados da análise de rotina (urina, fezes e expectoração) no Centro de Saúde Eduardo Mondlane das anteriores 24 horas para as actuais 3 à 4 horas, na sequência do reforço do efectivo no laboratório local;</p> <p>1.6. Descongestionado o atendimento externo dos pacientes no Centro de Saúde Eduardo Mondlane, com a abertura de mais 3 gabinetes de atendimento contra os 2 anteriormente existentes, totalizando actualmente 5 gabinetes;</p> <p>1.7. Descongestionado o atendimento no Gabinete do Programa Alargado de Vacinações nos dias de maior afluxo de utentes (2ª e 6ª-Feira), através do reforço do efectivo;</p> <p>1.8. Reduzidos os custos para registo de recém-nascidos dos 0 aos 4 meses e aproximado o serviço ao cidadão, com a instalação da Brigada de Registo de Nascimento de menores no Hospital Provincial de Chimoio, tendo no I Semestre de 2008 sido registados 24 recém-nascidos;</p> <p>1.9. Reduzido o tempo médio de obtenção de Certidão de Óbito das anteriores 24 horas para as actuais 1 à 2 horas e dos custos para sua obtenção, como resultado da instalação da Brigada de Registo de Nascimento e de Óbitos no Hospital Provincial de Chimoio.</p> <p>1.10. Reduzido o tempo médio de emissão de Registo Criminal na Conservatória dos Registos e Notariado dos anteriores 45 dias para os actuais 3 a 4 dias, na sequência da introdução do Sistema Informatizado, em condições normais de operacionalidade do sistema;</p> <p>1.11. Reduzido o tempo médio para conclusão do processo de Registo Comercial, na Conservatória dos Registos e Notariado, dos anteriores 20 dias para os actuais 20 dias;</p> <p>1.12. Reforçado o conhecimento dos utentes sobre o reconhecimento de assinatura de documentos, com a fixação na Conservatória dos Registos e Notariado de uma informação sobre assinatura gratuita nas repartições públicas, de acordo com o n.º 1 do artigo 53 do Decreto 30/2001 de 15 de Outubro.</p> <p>1.13. Aproximado o Serviço de Identificação Civil aos utentes e conseqüentemente reduzido o afluxo dos utentes dos serviços que se verificava no acto de levantamento dos bilhetes de identidade, com o envio de listas e dos B.Is</p>	<p>tempo médio de resposta as solicitações dos cidadãos, para daí poderem-se redefinir actividades claras que correspondam com a essência e o espírito do Programa.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>produzidos e recebidos aos bairros.</p> <p>1.14. Aumentou a capacidade de elaboração diária de documentos para 10 contra os anteriores 5, como resultado da aquisição e instalação de 2 computadores.</p> <p>1.15. Ainda na sequência da instalação de 2 computadores, melhorou a qualidade de produção de listas de B.I produzidos e aguardando pelo levantamento pelos respectivos proprietários; uma vez que as listas passaram a ser digitadas e não manuscritas.</p> <p>1.16. Reduzido o tempo médio para atribuição de passaportes aos utentes dos anteriores 10 à 15 dias para os actuais 1 à 10 dias horas, de acordo com a natureza do pedido, como resultado dos mecanismos de controlo introduzidas e da regularidades das sessões de estudo colectivo de legislação diversa onde se analisam, também, a questão do tempo médio de resposta às solicitações dos utentes.</p> <p>1.17. Reduzido o tempo médio de obtenção de atestado de residência dos anteriores 7 à 15 dias para os actuais 3 à 7 dias para os pedidos normais e 1 dia para os pedidos urgentes, como resultado do reforço da capacidade técnica e da instalação de computadores que facilitou o processo de emissão dos documentos.</p> <p>1.18. Reduzido o tempo médio de tramitação de pedidos para construção (autorização do pedido de ocupação de terreno, legalização da ocupação do terreno e aprovação do projecto para construção), dos anteriores 85 dias para os actuais 45 dias, devido a flexibilidade imprimida nas sessões de apreciação e aprovação dos processos.</p> <p>1.19. Reduzido o tempo médio de emissão de Certidões de Equitação (documento comprovativo de que um fornecedor de serviços ao Estado está legalizado e tem as suas contribuições fiscais regularizadas, quando pretende submeter sua proposta num concurso público para fornecimento de bens e serviços ou de empreitada) das anteriores 72 horas para as actuais 24 horas, como consequência das medidas de controlo introduzidas no sector e que influenciam no mérito dos funcionários.</p> <p>1.20. Reduzido o tempo médio de emissão de Certidões de Equitação (documento comprovativo de que um agente económicos tem as suas contribuições para Segurança Social regularizadas, quando pretende submeter sua proposta num concurso público para fornecimento de bens e serviços ou de empreitada) das anteriores 72 horas para as actuais 24 horas, como consequência do reforço da capacidade técnica.</p> <p>1.21. Facilitado o levantamento dos subsídios aos pensionistas, devido a</p>	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>transferência do pagamento das pensões via banco (BCI) através de Cartões de Crédito Grátis (via ATM) e da assinatura de um contrato para o efeito com o posto de venda da Shell.</p> <p>1.22. Aproximado o serviço de pagamento de subsídios aos pensionistas nos distritos, através de Brigadas criadas para o efeito.</p> <p>1.23. Criado o Centro de Produção e Difusão de Informação Estatística na Delegação Provincial do INE, que tem como finalidade a celeridade na recolha e difusão de informação estatística e facilitar o acesso a informação estatística aos usuários e ao público interessado.</p> <p>1.24. Introduzida a Carta de Condução de Padrão Internacional a 29 de Fevereiro de 2008 tendo sido entregues 490 Cartas Definitivas das 600 recebidas. Para obtenção da Carta Provisória leva-se 12 a 15 mn, contra as 24h ou 48h levadas antes da introdução do novo sistema, em condições normais de operacionalidade do sistema.</p> <p>1.25. Reduzido o tempo médio de licenciamento de actividades económicas, dos anteriores 45 dias para os actuais 1 a 6 dias, dependendo da natureza do expediente, na sequência da introdução do Balcão Único de Atendimento (BAÚ), facto louvado por alguns agentes económicos através do Livro de Sugestões e Reclamações;</p> <p>1.26. Reduzido o tempo médio de emissão de Certidões de quitação (documento comprovativo de que um fornecedor de serviços ao Estado está legalizado e tem as suas contribuições fiscais regularizadas, quando pretende submeter sua proposta num concurso público para fornecimento de bens e serviços ou de empreitada) das anteriores 72 horas para as actuais 24 horas, como consequência das medidas de controlo introduzidas no sector e que influenciam no mérito dos funcionários;</p> <p>1.27. Reduzido o tempo médio de emissão de certidões de efectividade dos anteriores 15 dias para os actuais 5 dias;</p> <p>1.28. Reduzido o tempo médio de emissão de procurações, dos anteriores 25 mn para os actuais 10 mn;</p> <p>1.29. Reduzido o tempo médio de emissão da Declaração de Empréstimos Bancários para Pensionistas, dos anteriores 40 dias para os actuais 20 dias;</p> <p>1.30. Reduzido o tempo médio de Confirmação do Cabimento Orçamental, dos anteriores 15 dias para os actuais 5 a 7 dias;</p> <p>1.31. Reduzido o tempo médio de emissão do Título de Propriedade de Imóveis, dos anteriores 10 dias para os actuais 5 dias;</p>	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>1.32. Reduzido o tempo médio de emissão de Certidões de Bens Abatidos, dos anteriores 7 dias para os actuais 3 dias.</p> <p>1.33. Reforçado o mecanismo de controlo do tempo médio de tramitação interna de expediente na Direcção Provincial de Educação e Cultura, através da introdução de recibos confirmativos da entrega de expediente pelo utente à Secretaria e de livros de controlo em todos os departamentos;</p> <p>1.34. Reduzido o tempo médio de emissão de Certificados de Habilitações Literárias, dos anteriores 30 dias para os actuais 7 dias, na Escola Secundária e Pré-Universitária Samora Macheie, fruto do reforço da capacidade técnica;</p> <p>1.35. Reduzido o tempo médio de emissão de Declarações, dos anteriores 10 dias para os actuais 2 dias, na Escola Secundária e Pré-Universitária Samora Macheie, fruto do reforço da capacidade técnica.</p>	
<p>Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado</p>	<p>2.1. Reforçada a capacidade técnica dos distritos de Manica, Gondola, Guro, Macossa e Mossurize, com a afectação de 12 técnicos contratados pelo MAE no âmbito do projecto de capacitação de 54 distritos piloto, sendo 4 de nível superior, e 8 de nível médio, formados nas áreas de economia, planificação, e infra-estruturas.</p> <p>2.2. Seleccionada a melhor proposta para consultoria para concepção e instalação de um banco de dados para agentes económicos do distrito de Gondola;</p> <p>1.3. Seleccionada a melhor proposta para concepção e instalação de um banco de dados para gestão de processos pedagógicos no Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Manica;</p> <p>1.4. Reforçada a capacidade técnica dos distritos de Manica, Gondola, Guro, Macossa e Mossurize, com o recrutamento e afectação de 12 técnicos, sendo 4 de nível superior, e 8 de nível médio, formados nas áreas de economia, planificação, e infra-estruturas;</p> <p>1.5. Reforçado o conhecimento dos governos distritais de Macossa e Tambara, sobre o Programa da Reforma do Sector Público – Fase II (2006-2011), e sobre a LOLE, num seminário sobre a matéria, com 30 participantes, entre Secretários Permanentes Distritais, Directores de Serviços Distritais e técnicos da Secretaria Distrital e dos Serviços Distritais.</p> <p>1.6. Reforçada a capacidade de organização e preparação das sessões do Governo Provincial com a aquisição e instalação de uma máquina fotocopidora para a Secretaria Provincial.</p> <p>1.7. Visando reforçar a capacidade técnica da Secretaria Provincial, foi lançado um</p>	<p>2.1. No âmbito capacitação dos órgãos locais em recursos humanos qualificados, através do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas – PPFDD foram também, alocados na Secretaria Provincial e na Direcção Provincial do Plano e Finanças, 6 técnicos, sendo 1 jurista e 5 técnicos profissionais.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>concurso público de ingresso no Aparelho do Estado, tendo sido apurados 1 jurista e 6 técnicos profissionais em Administração Pública.</p>	
<p>Profissionalização da Função Pública</p>	<p>3.1. Capacitados e reciclados 67 usuários do SISTAFE, sendo 40 de nível provincial e 27 de nível distrital;</p> <p>3.2. Reforçado o conhecimento dos gestores de recursos humanos das Secretarias Distritais e dos Serviços Distritais de Gondola e Machaze, sobre a implementação do Decreto 5/2006 e operacionalização do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado, visando reduzir os índices de devolução de processos para nomeação e promoção pelo Tribunal Administrativo, através de trabalhos de assistência técnica sectoriais;</p> <p>3.3. Capacitados técnicos dos Distritos de Bárue, Guro, Mossurize e Manica, em matéria de atendimento ao público e tramitação de expediente à luz do Decreto 30/2001, em parceria com a GTZ-Manica;</p> <p>3.4. No âmbito da implementação do Sistema Nacional de Arquivo do Estado aprovado pelo Decreto 36/2007 de 27 de Agosto, a Secretaria Provincial em coordenação com o CEDIMO realizou acções de divulgação do sistema aos membros do Governo Provincial, aos Administradores Distritais, aos técnicos que lidam com a gestão de arquivo nas Direcções e Serviços Provinciais, e nos distritos de Gondola, Sussundenga, Bárue e Guro;</p> <p>3.5. No âmbito da implementação do Decreto 5/2006, de 12 de Abril que atribui competências aos Governadores Provinciais e aos Administradores Distritais na Gestão dos Recursos Humanos, foram transferidos até o I Semestre de 2008, 7.051 processos individuais do nível provincial para o distrito;</p> <p>3.6. Do universo projectado de 11.581 funcionários e agentes do Estado na província, foram recenseados, até o I Semestre de 2008 10.063 funcionários e agentes do Estado e validados 9.882;</p> <p>3.7. Realizado um curso de capacitação aos Administradores Distritais, Directores dos Serviços Distritais das Actividades Económicas e Chefes de Postos Administrativos, sobre matérias diversas, onde foram abordados temas directamente relacionados com a função pública como: a Lei 8/2003; o Decreto 30/2001; o Decreto 5/2006; o papel do Tribunal Administrativo na gestão responsável dos recursos públicos e o papel dos Governos Locais; Resultados do Programa da Reforma do Sector Público-fase II; Finanças Públicas; Planificação Participativa, entre outros. Participaram no total 88 funcionários;</p>	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	3.8. Foram realizadas 6 Sessões do Fórum Provincial de Gestão de Recursos Humanos, e 3 sessões por cada Distrito.	
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<p>4.1. Constituídas 32 Unidades Gestoras e Executoras de Aquisições (UGEA's), no âmbito da implementação do Decreto 54/2005, de 13 de Dezembro;</p> <p>4.2. Reduzidos os índices de reclamações dos fornecedores de bens e serviços ao Estado por atraso no pagamento de serviços prestados ou fornecidos, como fruto da implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE);</p> <p>4.3. Produzidos 708 Crachás de identificação dos funcionários, sendo 35 da Secretaria Provincial, 420 do Sector da Saúde, 144 do sector de Educação e Cultura 90 do Governo do Distrito de Sussundenga e 19 da Secretaria Distrital de Guro;</p> <p>4.4. Tramitadas 3 reclamações e sugestões recebidas, em anonimato, através da Linha Verde do Gabinete do Governador;</p> <p>4.5. Instalada uma "linha verde" no Gabinete de Inspeção Provincial do sector de Saúde;</p> <p>4.6. Tramitados 11 processos disciplinares, sendo 7 por desvio de fundos, 2 por cobranças ilícitas e 2 por falsificação de documentos, tendo sido aplicadas 8 penas de demissão, 1 pena de multa e 2 de expulsão;</p> <p>4.7. Realizados 14 encontros de auscultação aos líderes comunitários e sociedade civil para avaliar o grau de satisfação dos serviços prestados pelas unidades sanitárias, sendo 3 ao nível da cidade de Chimoio, 4 no distrito de Gondola e 7 no distrito de Manica, com 455 participantes, sendo 122 ao nível da cidade de Chimoio, 90 do distrito de Gondola e 243 do distrito de Manica. Foram abordadas questões ligadas ao mau atendimento, cobranças ilícitas, trabalho em estado de embriagues, uso de parturientes para trabalhos de limpeza nos distritos e falta de divulgação na rádio sobre as farmácias de serviço na cidade de Chimoio;</p> <p>4.8. Gratificados 125 funcionários, com medalhas de bronze, pelo tempo de serviço prestado ao Estado;</p> <p>4.9. Realizadas 25 sessões de estudo colectivo do Decreto 30/2001 no sector da Saúde (DPS, Hospital Provincial de Chimoio e Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social) e Serviço Provincial de Migração;</p> <p>4.10. Reforçado o conhecimento dos funcionários do sector da Educação e Cultura sobre Parâmetros para Nova Política Salarial", num seminário de auscultação sobre a matéria, com 55 participantes</p> <p>4.11. Realizado 1 seminário, na cidade de Chimoio, sobre combate a corrupção, promovido pelo Gabinete Central de Combate a Corrupção, que contou com a</p>	<p>4.1. A operacionalização efectiva das UGEA's passa pelo treinamento e capacitação dos seus membros sobre o Manual de Procedimentos do Decreto 54/2005.</p> <p>4.2. Esta acção contou com a parceria da Agência de Cooperação e Assistência Técnica Alemã (GTZ) operando na província de Manica, no âmbito da Planificação e Finanças Descentralizadas.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>participação de 161 participantes entre membros do Governo Provincial, Magistrados, Líderes Comunitários, representantes de Confissões Religiosas e de Instituições de Ensino e Agentes Económicos;</p> <p>4.12. Realizado um encontro de sensibilização sobre combate a corrupção, no âmbito da preparação de exames externos, na Escola Secundária e Pre-Universitária Samora Machel;</p> <p>4.13. Realizados 2 encontros com os Conselhos de Pais nas Escolas Secundária e Pré-Universitária Samora Machel e, Industrial e Comercial Joaquim Marra;</p> <p>4.14. Reforçado o mecanismo de prevenção a práticas corruptivas no Serviço Provincial de Migração, através do apetrechamento da vitrina com informações públicas sobre tabelas de taxas cobradas pela prestação de serviço, modelos de pedidos de documentos, prazos de entrega de documentos e minutas de requerimentos diversos.</p>	

8. Província de Inhambane

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
<p>Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado</p>	<p>1.1. Alocado equipamento informáticos na Secretaria Provincial, Gabinete do Governador, sala de sessões do Governo Provincial, Palácios de Justiça dos Governos dos Distritos de Morrumbene e Massinga, e as Secretarias Distritais de Zavala, Panda e Vilankulos.</p> <p>1.2. Melhorada a comunicação interna e externa através da instalação de rede de internet Banda Larga na Secretaria Provincial e Gabinete do Governador.</p> <p>1.3. Registo gratuito de 74.420 crianças nos distritos pilotos de Zavala, Inharrime, Jangamo, Panda e Massinga;</p>	
<p>Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado</p>	<p>2.1. A Secretaria Provincial ficou reforçada tecnicamente com a contratação de 10 funcionários médios para diferentes áreas.</p> <p>2.2. Capacitados Directores Provinciais e Administradores Distritais em matéria de Liderança e Gestão de Relacionamento incorporado no Programa da Reforma do Sector Público.</p> <p>2.3. O Ministério da Administração Estatal colocou 15 Técnicos, 03 para cada um dos 05 distritos seleccionados (Zavala, Inharrime, Morrumbene, Massinga e Govuro) dos quais 2 de nível superior e 1 médio). A Secretaria Provincial em parceria com a GTZ e PPF, contratou 24 Técnicos dos quais 6 Superiores e 18 Médios para a Cidade de Inhambane, Distritos de Zavala, Inharrime, Jangamo, Panda, Homoíne, Maxixe, Morrumbene, Massinga, Funhalouro, Mabote, Vilankulo, Inhassoro e Mabote.</p> <p>2.4. Afectados 3 técnicos dos quais 2 de nível superior e 1 de nível médio para cada distrito seleccionado (Zavala, Inharrime, Morrumbene, Massinga e Govuro) no âmbito do projecto do MAE de capacitação de 54 distritos piloto na implementação da estrutura integrada do governo distrital.</p> <p>2.5. Com vista a melhoria da qualidade dos trabalhos nas sessões do governo provincial, foi alocado um LapTop e um DataShow à sala de sessões do governo.</p>	<p>2.3. De referir que os Técnicos alocados aos Distritos estão nas áreas de Planeamento e Infra-estruturas, planificação e Contabilidade.</p>
<p>Profissionalização da Função Pública</p>	<p>3.1. Monitoria e Avaliação do e-CAF nos distritos de Zavala, Inharrime, Inhambane, Maxixe e Massinga.</p> <p>3.2. Tramitados 439 actos administrativos, dos quais 63 promoções e 17 progressões.</p> <p>3.3. Formados técnicos distritais em matéria de gestão de Recursos Humanos, no que concerne a elaboração de quadro de pessoal, promoções e progressões.</p>	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<p>4.1. Workshop promovido pela Secretaria Provincial, Direcção Provincial do Plano e Finanças e Direcção da Área Fiscal em parceria com a GTZ/PPFD nos distritos de Online e Massinha sobre o melhoramento da colecta fiscal, onde participaram Secretários Permanentes Distritais e um Representante dos Líderes Comunitários de cada distrito.</p> <p>4.2. Tramitados 81 processos disciplinares, dos quais 2 ainda em tratamento e 79 já finalizados, devido a violação das normas consagradas no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.</p> <p>4.3. Tramitados 439 actos administrativos, envolvendo promoções e progressões.</p>	Regista-se decréscimo da colecta da receita.

9. Província de Gaza

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<p>1.1. Aumentada a celeridade na circulação de informação com a entrada em funcionamento do modelo conceptual de controlo de expediente pela Secretaria Geral para controle de expediente e redução do tempo na tramitação de expediente na Secretaria Provincial de uma média de 13 dias para 7 dias.</p> <p>1.2. Iniciado o processo para a montagem de uma rede interna de computadores e montagem de internet na Secretaria Provincial ligadas ao GovNet.</p> <p>1.3. Elaborado o primeiro draft dos ToRs para o Director Executivo do BAÚ.</p> <p>1.4. Reduzido o tempo para registo de nascimentos como consequência da integração dos serviço de registo de nascimentos no Hospital Provincial de Xai-Xai.</p> <p>1.5. Reduzidos os prazos na tramitação de expediente no Balcão de Atendimento Único de Gaza de uma média de 16 para 10 dias.</p> <p>1.6. Realizada formação aos técnicos do BAÚ sobre o Decreto 30/2001 (necessidade de maior celeridade na tramitação dos processos de licenciamento e outros) cuja consequência resultou na redução do tempo de tramitação de expediente de 19 dias para cerca de 14 dias.</p> <p>1.7. Instalada a rede electrónica do Governo (GovNet) na DPPF, SP, DPS, DPA, INE-Delegação de Gaza, DIPREME, CPRD, DPRN.</p>	<p>1.1 Foram elaborados três modelos diferentes de controlo de expediente: a) para a secretaria geral, que controla os prazos desde a recepção até a resposta ao peticionário; b) para cada departamento, para controlo interno dos prazos de tramitação; c) de registo e controlo de informação classificada e petições no Gabinete da Secretária Permanente.</p> <p>1.2. Em coordenação com o CPRD, CRCT e DARH da SP a instalação de uma rede física e lógica com acesso ao GovNet na Secretaria Provincial.</p> <p>1.4. A integração de serviços visa a diminuição das distâncias a serem percorridas pelos cidadãos do hospital para a conservatória dos registos e desta para o</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
		Conselho Municipal, e por consequência o tempo para que o cidadão tenha a resposta definitiva. Actualmente o processo leva entre 1 a 2 dias, pretendendo reduzir-se para cerca de 30 minutos.
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<p>2.1. Capacitação dos Administradores e Secretários Permanentes Distritais em Liderança e Gestão de relacionamento num curso executivo ministrado pelo ISAP, na Praia do Bilene, de 19 a 22 de Março.</p> <p>2.2. Preparado o processo de procurement para capacitação institucional de três Secretarias Distritais, nomeadamente as de Massangena, Chigubo e Chicualacuala, em matérias ligadas a LOLE, Decreto 30/2001, Decreto 54/2005, elaboração de relatórios trimestrais (capacitação em serviço), e fornecimento de três computadores aos distritos com vista a emprestar maior celeridade quer na emissão de atestados de residências, declarações e outros documentos solicitados pelos cidadãos (de uma semana para apenas algumas horas), quer no envio de relatórios à Secretaria Provincial bem como a sistematização de um banco de dados sobre diversas matérias (SIP, Autoridade Comunitária, etc.).</p> <p>2.3. Construídas 5 residências para funcionários públicos e em construção outras 8 como elemento de motivação para os técnicos afectos ao distrito de Massangena, pois actualmente o distrito está desprovido de residências para funcionários que na maior parte dos casos vem de outros distritos.</p> <p>2.4. Colocados em 5 distritos, 13 técnicos sendo 7 superiores e 6 médios no âmbito do projecto de capacitação dos governos distritais integrados através do MAE.</p> <p>2.5. Capacitados os distritos de Massangena e Chigubo em equipamento informático com vista a aumentar a eficiência na prestação de serviços.</p> <p>2.6. Realizada capacitação a 71 conselhos consultivos locais com a perspectiva de se criar maior capacidade de actuação do ponto de vista de sua participação nos processos de elaboração de planos económicos e sociais distritais, avaliação do desempenho dos governos distrital e participação na consulta comunitária.</p> <p>2.7. Pelo menos cerca de 40% de planos distritais e sectoriais da RSP elaborados e integrados nos PES/PESOD.</p>	<p>2.1. A capacitação tinha por objectivos melhorar as habilidades de liderança dos Administradores Distritais e SPD's, e saberem encontrar mecanismos para harmonizarem os diferentes pontos de vista dos funcionários nos distritos, de forma a evitar conflitos, frisando-se sempre que o relacionamento é a base para a formação de uma equipa de alto desempenho.</p> <p>2.2. Na viagem de serviço a decorrer na semana de 14 a 18 de Abril corrente, a Secretária Permanente irá fazer a entrega do material informático já adquirido, onde irão igualmente ser capacitados alguns técnicos distritais.</p> <p>2.3. As residências foram construídas com recurso aos 7 milhões alocados aos distritos envolvendo artesãos locais. Estas residências serão parcialmente atribuídas aos novos ingressos ao distrito o que permitirá a melhoria das condições de vida do servidor público e por consequência a sua predisposição para melhoramento dos serviços.</p>
Profissionalização da Função Pública	3.1. Aumento da capacidade técnica distrital em matérias de gestão de recursos humanos e gestão do processo da estrutura integrada dos Governos distritais. Capacitados 21 técnicos de quatro distritos do norte da província em liderança e	Foi considerada a necessidade de capacitação das lideranças ao nível provincial com vista a despertar maior interesse e

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>gestão de relacionamento, incluindo a capacitação em serviço sobre a implementação conjunta e efectiva da LOLE, Decretos 5 e 6 /2006.</p> <p>3.2. Realizada uma capacitação de gestores de recursos humanos, que teve lugar em Chókwè, e criado o respectivo Fórum dos gestores de RH.</p> <p>3.3. Realizadas seis sessões do Fórum de Gestores de Recursos Humanos tendo sido aprovado o calendário anual das reuniões e os temas a serem debatidos.</p> <p>3.4. Realizadas sessões capacitação a 21 técnicos em matéria de liderança, gestão de mudança e de relacionamentos, construção de equipas de trabalho.</p> <p>3.4. Formados 18 funcionários dos sectores da província e 25 dos distritos, e em formação de outros 12 em matéria de tecnologias de informação e comunicação pelo CPRD de Gaza.</p> <p>3.5. Introduzida a publicação mensal "Folheto do Funcionário" que tem como objectivo divulgar a legislação e das principais realizações da administração pública na Província.</p> <p>3.6. Capacitados 72 técnicos de 7 distritos (Massangena, Chigubo, Chicualacuala, Mabalane, Guijá, Bilene-Macia e Chókwè) em matérias ligadas á planificação distrital, procurement, recursos humanos e administração pública;</p>	<p>comprometimento em relação aos serviços distritais, nomeadamente através da capacitação em recursos humanos especializados e assistência técnica.</p>
<p>Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção</p>	<p>4.1. Recebidas 4 reclamações e petições no distrito de Guijá, e respondidas dentro dos prazos legalmente estabelecidos. Os assuntos tem a ver com tratamento hospitalar de cidadãos e a falta de observância do estatuído para a assistência médica e medicamentosa.</p> <p>4.2. Instaladas ao nível das Direcções Provinciais 29 UGEA`s com vista a tornar o procurement mais transparente.</p> <p>Instaurados 6 processos disciplinares tendo resultado em 2 expulsões, duas devoluções e um em tramitação. As expulsões deveram-se basicamente a desvio de fundos do Estado.</p>	<p>4.2. Embora criadas, algumas UGEA`s tem diminuta capacidade na interpretação do Decreto 54/2005.</p>

10. Província de Maputo

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	1.1. Reduzido o tempo para o licenciamento das rotas de transporte de 30 dias em 2006 para 5 dias. 1.2. Criadas brigadas móveis para a emissão de passaportes nos distritos fronteiriços. 1.3. Reduzido o processo de atribuição de licenças de actividades económicas de 90 para 3 dias. 1.4. Simplificados procedimentos de para a concessão de alvarás de construção civil tendo reduzido para 15 dias o tempo máximo para a sua atribuição. 1.5. Reduzido de 45 para 07 dias o tempo necessário para responder as propostas de projectos de intervenção na área do HIV/SIDA. 1.6. Descentralizado o pagamento de DUAT para os distritos.	
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	2.1. Capacitados os administradores e Secretários Permanentes Distritais e 28 directores de serviços distritais sobre liderança e gestão de relacionamentos. 2.2. Capacitados 880 membros dos conselhos consultivos de um total de 2575 sobre organização e funcionamento dos Conselhos Consultivos Locais. 2.3. Discutida e proposta a revisão do Guião de Funcionamento dos Conselhos Consultivos Locais. 2.4. Submetidas propostas de criação de novos serviços distritais nos distritos de Marracuene e Matutuíne para apreciação superior.	
Profissionalização da Função Pública	3.1. Acompanhamento das acções dos cursos modulares; 3.2. Testados manuais sobre elaboração de quadro de pessoal para técnicos de Recursos Humanos (SIFAP-Secretaria Provincial DPPF-PPFD) 3.3. Elaborado e apreciado pelo governo provincial o quadro de pessoal da província de Maputo. 3.4. Realizadas 419 progressões das 3.356 previstas (12%) e 296 promoções das 1.796 previstas o que corresponde a 16%. 3.5. Reduzido o número de processos devolvidos pelo Tribunal Administrativo como resultado das actividades dos Fóruns de Gestores de Recursos Humanos criados a nível provincial e distrital. 3.6. Elaborado o plano de formação da província. 3.7. Capacitados 35 novos técnicos distritais em matéria do Decreto 30/2001, de 15 de Outubro, SNAE, liderança e gestão da mudança, reforma do sector público, ética e deontologia profissional, processos disciplinares e finanças públicas. 3.8. Foi iniciada o processo de regularização de 3.966 contratos de educação e	

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	cultura desde 1999.	
Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção	<p>4.1. Reduzido de 30 para 07 dias o prazo de resposta as petições/exposições na Procuradoria Provincial da República.</p> <p>4.2. Institucionalizado 01 dia para o atendimento ao público pelo procurador-chefe. Instaurados 21 processos disciplinares a funcionários públicos tendo resultado em 3 expulsões, 4 demissões, 6 despromoções, 1 multa, 3 rescisões de contratos, 1 repreensão pública e 3 processos ainda em tramitação.</p>	<p>3.1. Aguarda-se pela aprovação do quadro de pessoal pelo Ministério da Função Pública</p> <p>3.4. O plano está em fase de revisão para a posterior aprovação.</p>

11. Maputo Cidade

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão e ao Sector Privado	<p>1.1. Elaborado o ToRs para o estudo de avaliação do grau de satisfação dos cidadãos da Cidade de Maputo com relação aos serviços prestados pelo Governo da Cidade.</p> <p>1.2. Criadas condições para elevação do Posto de Registo à categoria de Conservatória de Registo Civil, instalado equipamento para melhorar a capacidade em equipamento de suporte de actividades do Posto de Registo Civil da Catembe a ser elevado à Categoria de Conservatória de Registo Civil com competência Notarial.</p> <p>1.3. Capacitado institucionalmente o BAU da cidade de Maputo pelo PARESP;</p> <p>1.4. Capacitado institucionalmente os Serviços da Secretaria da Cidade de Maputo pelo PARESP;</p> <p>1.5. Reduzido de 15 para 8 dias o tempo de atendimento às petições dos cidadãos (educação, saúde, indústria e comércio, procuradoria da cidade);</p>	<p>1.2. Foram adquiridos 3 computadores, 1 impressora, 2 secretarias, 2 cadeiras giratórias, 4 cadeiras fixas e 1 mesa para computador. A aprovação do Despacho para a elevação do Posto de Registos da Catembe para categoria de Conservatória de Registo Civil poderá acontecer durante o segundo semestre.</p>
Fortalecimento da Capacidade dos Órgãos Locais do Estado	<p>2.1. Desconcentração da gestão de matrículas da Direcção Distrital de Educação e Cultura (DDEC) para as escolas, cabendo a DDEC o papel de supervisão do processo.</p> <p>2.2. Elaboradas orientações sobre a articulação com os distritos municipais bem como o guião para a elaboração dos relatórios distritais.</p> <p>2.3. Capacitados 80 membros do Conselho Consultivo da Ilha de Inhaca e do distrito da Catembe em planificação participativa e elaboração de projectos;</p> <p>2.4. Os distritos da Catembe e Inhaca foram contemplados com o orçamento de</p>	<p>A gestão dos processos de matrículas a partir dos distritos veio a eliminar as enchentes, e esquemas de corrupção que se vinham verificando quando todo o processo era gerido pela Direcção da Educação e Cultura.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	<p>investimento de Iniciativa Local (OIL);</p> <p>2.5. Concebido o Programa de Acção para a Implementação dos Fundos alocados ao distrito da Catembe que é operacionalizado pela Comissão Técnica para a Concepção e Análise de Projectos (CTCAP) no âmbito da aplicação e gestão do OIIL.</p>	
<p>Profissionalização da Função Pública</p>	<p>3.1. Criados no âmbito do Fórum dos Gestores de Recursos Humanos (FGRH) 8 subcomissões de trabalho: i) de análise dos processos de Progressão e Promoção; ii) de análise da responsabilidade disciplinar; iii) de avaliação do desempenho dos funcionários; iv) de controlo da implementação do livro de ponto e de reclamações; v) de verificação do uso de crachás e uso de uniformes para motoristas e serventes; vi) de análise das qualificações académicas dos funcionários; vii) de verificação do estudo da legislação; e viii) de verificação da remuneração dos funcionários. Foram realizadas 05 sessões do fórum de Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>3.2. Uniformização dos mecanismos e procedimentos normativos de Gestão de Recursos Humanos da Função Pública no Governo da Cidade de Maputo.</p> <p>3.3. Um total de 118 funcionários responsabilizados disciplinarmente com penas que variam de multa até expulsão.</p> <p>3.4. Em curso o processo de elaboração do quadro de pessoal.</p> <p>3.5. Realizadas 8 sessões do Fórum de Gestores de Recursos Humanos;</p> <p>3.6. Capacitados 27 funcionários em matéria do Sistema Nacional de Arquivo do Estado;</p> <p>3.7. Capacitados 10 funcionários da Secretaria da Cidade em matéria de prestação de contas e prática do sistema de contratação pública;</p> <p>3.8. Capacitados 26 gestores de RH no SIP;</p> <p>3.9. Realizadas 982 promoções e 102 progressões de uma previsão de 1482 e 1697 respectivamente;</p>	<p>3.1. A criação das subcomissões de actividades do FGRH, os gestores de RH efectua, todos os meses, visitas de trabalho aos diversos sectores para avaliar o grau de cumprimento do estatuto nas normas de funcionamento da Administração Pública.</p> <p>3.2. Constante devolução do expediente do TA resultante da má instrução dos processos. Como medida de mitigação foi elaborado um documento que identifica as principais situações que ditam a devolução do expediente e definidas as medidas correctivas com vista a melhorar a instrução dos processos enviados ao TA.</p>
<p>Fortalecimento dos Sistemas de Boa Governação e Combate à Corrupção</p>	<p>4.1. Diminuição das reclamações e aumento de elogios dos serviços prestados pelos sectores de actividades comparativamente aos anos anteriores.</p> <p>4.2. Facilitação dos agentes económicos no pagamento dos impostos ao Estado, com a criação no BAÚ de um serviço para pagamento de impostos.</p> <p>4.3. Instaurados 70 processos disciplinares dos quais 5 foram expulsos, e os restantes sancionados com penas de multa, despromoção outros ainda em tramitação.</p> <p>4.3. Foram remetidos as diversas instituições do governo da cidade de Maputo, 286 reclamação, 310 denúncias e 11 elogios. As denúncias por terem carácter disciplinar levou a instauração de 27 processos disciplinares.</p>	<p>4.1. Alguns sectores ainda não dispõem dos meios para apresentação de reclamações e sugestões, e outros sectores não divulgam a existência dos mecanismos disponíveis.</p> <p>4.3. Através da Subcomissão do controle da implementação do livro de reclamações do FGRH, foi elaborada uma circular no sentido de todos os sectores terem os meios bem como divulgar a sua existência.</p>

Prioridades	Resultados Alcançados	Comentários/Problemas/medidas de mitigação
	4.4. Capacitação de 32 funcionários de diversos sectores em matéria de gestão financeira, patrimonial e procurement; 4.5. Produção do anuário estatístico provincial; 4.6. informatização de dados relativos ao licenciamento de transporte;	